



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**LUCIANO KENNEDY VIEIRA E SILVA**

**EIS QUE A LÍNGUA SE FEZ NOVA: *VOCÊ, VOCÊS, A GENTE* E OS REARRANJOS  
GRAMATICAIIS EM TRÊS VERSÕES DA BÍBLIA**

**FORTALEZA**  
**2023**

LUCIANO KENNEDY VIEIRA E SILVA

EIS QUE A LÍNGUA SE FEZ NOVA: *VOCÊ, VOCÊS, A GENTE* E OS REARRANJOS  
GRAMATICAIIS EM TRÊS VERSÕES DA BÍBLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito de avaliação para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: Linguística

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Silvana Militão de Alencar.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S581e Silva, Luciano Kennedy Vieira e.

Eis que a língua se fez nova : você, vocês, a gente e os rearranjos gramaticais / Luciano KennedyVieira e Silva. – 2023.  
142 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Maria Silvana Militão de Alencar.

1. Pronomes inovadores. 2. Rearranjos gramaticais. 3. Bíblia Sagrada. 4. Variação e mudança. I. Título.

CDD 410

---

LUCIANO KENNEDY VIEIRA E SILVA

EIS QUE A LÍNGUA SE FEZ NOVA: *VOCÊ, VOCÊS, A GENTE* E OS REARRANJOS  
GRAMATICAIS EM TRÊS VERSÕES DA BÍBLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC), para obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 21/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Silvana Militão de Alencar (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Fabrício Paiva Mota (Membro externo)  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Silva de Aragão (Membro interno)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Para a melhor metade de mim, Lisyane Raquel.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que por meio da palavra criou todas as coisas e as faz novas por intermédio do seu Verbo.

A minha amada Lisyane Raquel, por ser a razão dos dias bons e meu consolo nos dias difíceis.

A minha mãe, Maria do Socorro, minha primeira e eterna professora.

A meu pai, Antônio Vieira (*in memoriam*), pelo riso fácil que sempre me animava.

A meus irmãos, Elias, Marlene, Erineide e Elisbetânia, que, de variadas maneiras, nunca se furtaram de contribuir para minha formação.

A meu avô, Bento Eleotério (*in memoriam*), por ser inspiração e afeto.

A meus sogros, Cleanira e João Pinheiro, que me acolhem como a um filho e sempre se fazem presentes.

A meu primo, Eliese Eleutério e sua amada família, que me abrigaram e me ajudaram durante o período de estudos *on-line* e trabalho presencial.

A meus amigos, Santana Filho, Nayandra e Mayra, família linda, com quem temos a alegria de participar da fraternidade e da graça imensurável de Deus.

A meu amigo, David Carvalho, por compartilhar comigo experiências acadêmicas e dicas de leitura.

A meu amigo, Morisjance Sousa, pela gentileza de me emprestar, por dois anos, uma de suas Bíblias.

A meu mestre, amigo e irmão, Prof. Me. Joaquim Lopes por suas publicações escritas e audiovisuais, que muito me ajudaram nesta pesquisa.

A minha querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Militão, pelos valiosos conselhos e pela enorme paciência.

Aos professores, Dr. Saymon de Albuquerque e Dr. Paulo Bernarde pela *live* de junho de 2022 que realizaram juntos. Aquela transmissão me deu a força de que eu precisava em um dos momentos mais difíceis do curso.

A meus professores, Dr. Ricardo Leite, Dr.<sup>a</sup> Maria Elias Soares, Dr.<sup>a</sup> Márluce Coan, Dr.<sup>a</sup> Hebe Carvalho e Dr. Valdecy Pontes, pelos preciosos ensinamentos.

Aos professores, Dr. Fabrício Mota, Dr.<sup>a</sup> Socorro Aragão e Dr.<sup>a</sup> Alexandra Castro, pelas pertinentes observações, que muito contribuíram para a construção deste trabalho.

À Universidade Federal do Ceará e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelo robusto curso *stricto sensu* oferecido.

É melhor que os gramáticos nos censurem, do  
que ficar o povo sem entender.

Santo Agostinho – Comentário aos Salmos;  
138, 20.



## RESUMO

O estudo dos pronomes inovadores demonstra que a implementação das formas pronominais  *você* ,  *vocês*  e  *a gente*  tem provocado rearranjos gramaticais no português do Brasil, como o uso do pronome possessivo de terceira pessoa para representar a segunda pessoa, variações na expressão do modo imperativo e a chamada “mistura de tratamento”. Os manuais e a gramática tradicional, por seu turno, ainda não contemplam em seu quadro pronominal essas formas inovadoras e, conseqüentemente, não apresentam as reorganizações delas decorrentes. Tomando por base a Teoria da Variação e Mudança, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar e descrever reorganizações gramaticais em três edições bíblicas em português: A Bíblia Viva, a Nova Tradução na Linguagem de Hoje e a Nova Almeida Atualizada. Essas versões da Bíblia empregam em seus textos as formas  *você* ,  *vocês*  e  *a gente* , condicionando a ocorrência de rearranjos gramaticais em sua redação. Por ser um livro sagrado para o Cristianismo, em suas diversas vertentes, a Bíblia pode ser considerada uma publicação de prestígio social, também pode ser classificada como um texto sensível. Para além, textos considerados sagrados, em tese, seriam mais resistentes à variação e à mudança. Orientado por Weinreich, Labov e Herzog (2006), Labov (2006, 2008 [1972]), Lopes (2004, 2007, 2008 e 2012), Scherre (2007), Faraco (2007, 2008 e 2017) e Faraco e Zilles (2017) este estudo busca cumprir seu objetivo geral por meio dos seguintes objetivos específicos: (I) Examinar o grau de alternância  *tu / você* ,  *vós / vocês e nós / a gente*  no texto bíblico. (II) Investigar possíveis reorganizações no quadro dos pronomes possessivos. (III) Averiguar mudanças na forma de representação do modo imperativo. (IV) Verificar a ocorrência de “mistura de tratamento” nos textos analisados. A fim de alcançar esses objetivos, foram selecionados para análise, das três versões bíblicas estudadas, o Pentateuco, formado pelos cinco primeiros livros do Antigo Testamento (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) e os Evangelhos, formados pelos quatro primeiros livros do Novo Testamento (Mateus, Marcos, Lucas e João). Os dados levantados demonstram altos níveis percentuais das variantes  *você*  e  *vocês* , com baixa recorrência da variante  *a gente* . Os números apontam ainda para a obsolescência da forma  *vós* . Diante disso, verificaram-se também, na amostra, rearranjos gramaticais no quadro de pronomes possessivos, na forma de representação do modo imperativo, bem como a ocorrência de “misturas de tratamento”.

**Palavras-chave:** Pronomes inovadores; Rearranjos gramaticais; Bíblia Sagrada; Variação e Mudança.

## ABSTRACT

Innovative pronouns' study shows that pronoun forms implemented as *você*, *vocês* and *a gente* has caused grammatical rearrangements in Brazilian Portuguese, such as the third person possessive pronouns use to represent the second one, variations in imperative mood and the so-called “address mixture”. Manuals and traditional grammar, in turn, still do not consider in their pronominal chart the use of those innovative forms, consequently, they do not introduce its resulting reorganizations. Based on the Theory of Language Variation and Change, this research has the general objective of analyze and describe grammatical reorganizations in three Brazilian Portuguese biblical editions: *A Bíblia Viva* (Living Bible), *Nova Tradução na Linguagem de Hoje* (Today’s English Version) and *Nova Almeida Atualizada* (similar to the English Standard Version). These Bible versions use *você*, *vocês* and *a gente* in their texts, conditioning grammatical rearrangements occurrence in their redaction. Because it is a sacred book for Christianity, in its many aspects, the Bible could be considered a social prestige publication and be classified as a sensitive text. Furthermore, texts considered sacred, in theory, would be more resistant to variation and change. Guided by Weinreich, Labov and Herzog (2006), Labov (2006, 2008 [1972]), Lopes (2004, 2007, 2008 and 2012), Scherre (2007), Faraco (2007, 2008 and 2017), and Faraco and Zilles (2017), this study seeks to fulfill its general objective through the following specific objectives: (I) To examine the alternation degree *tu / você*, *nós / vocês* and *nós / a gente* in the biblical text. (II) To investigate possible reorganizations in the possessive pronouns context. (III) To inquire changes in the imperative mood form of representation. (IV) To verify the “mixture of treatment” occurrence in the analyzed texts. In order to achieve these objectives, from the three biblical versions studied were selected for analysis, the Pentateuch, formed by the Old Testament's five first books (Genesis, Exodus, Leviticus, Numbers and Deuteronomy) and the Gospels formed by the New Testament's four first books (Matthew, Mark, Luke and John). The data collected show high percentage levels of *você* and *vocês* variants, with low recurrence of the variant *a gente*. The numbers point to the obsolescence use of *vós* as well. Given the above, were also found in the sample, grammatical rearrangements regarding possessive pronouns use, representing the imperative mood, as well as the “mixtures of treatment” occurrence.

**Keywords:** Innovative pronouns; Grammatical rearrangements; Holy Bible; Variation and Change.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ARA	Almeida Revista e Atualizada
ARC	Almeida Revista e Corrigida
NAA	Nova Almeida Atualizada
BV	Bíblia Viva
NTLH	Nova Tradução na Linguagem e Hoje
AT	Antigo Testamento
NT	Novo Testamento
N	Nome
P1	Primeira pessoa do singular
P2	Segunda pessoa do singular
P3	Terceira pessoa do singular
P4	Primeira pessoa do plural
P5	Segunda pessoa do plural
P6	Terceira pessoa do plural
PB	Português Brasileiro
SBB	Sociedade Bíblica do Brasil
VC1	Variante concorrente 1
VC2	Variante concorrente 2

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrências das variantes <i>tu</i> e <i>você</i> .....	89
Tabela 2 – Ocorrências da variação <i>vós</i> e <i>vocês</i> .....	91
Tabela 3 – Ocorrências da variação <i>nós</i> e <i>a gente</i> .....	93
Tabela 4- Comparativo de <i>seu/sua</i> com valor de segunda pessoa e de terceira pessoa nas versões bíblicas em análise .....	97
Tabela 5- Variação <i>seu/sua</i> e <i>teu/tua</i> nas versões bíblicas em análise .....	100
Tabela 6- Variação entre <i>vosso/vossa</i> e <i>seu/sua</i> nas versões bíblicas em análise .....	105
Tabela 7- Variação entre <i>seu/sua</i> e <i>de vocês</i> nas versões bíblicas em análise .....	108
Tabela 8- Ocorrências de <i>dele/dela</i> nas três versões bíblicas em análise.....	112
Tabela 9- Variação entre <i>dele/dela</i> e <i>seu e sua</i> nas versões bíblicas em análise.....	112
Tabela 10- Variação entre <i>deles/delas</i> e <i>seu e sua</i> nas versões bíblicas em análise.....	114
Tabela 11- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Bíblia Viva .....	117
Tabela 12- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Bíblia Viva .....	118
Tabela 13- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Nova Tradução na Linguagem de Hoje .....	119
Tabela 14- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Nova Tradução na Linguagem de Hoje .....	120
Tabela 15- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Nova Almeida Atualizada.....	121
Tabela 16- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Nova Almeida Atualizada.....	122
Tabela 17- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Almeida Revista e Corrigida.....	124
Tabela 18- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Almeida Revista e Corrigida.....	125

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cânon bíblico ocidental.....	49
Quadro 2- Quadro de ocorrências das variantes <i>vós</i> e <i>vocês</i> .....	88
Quadro 3- Representação do modo imperativo negativo na Bíblia Viva .....	126
Quadro 4- Representação do modo imperativo negativo na Nova Tradução na Linguagem de Hoje .....	128
Quadro 5- Representação do modo imperativo negativo na Nova Almeida Atualizada.....	129
Quadro 6- Representação do modo imperativo negativo na Almeida Revista e Corrigida.....	131

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>23</b>
2.1 VARIAÇÃO E MUDANÇA .....	23
2.2 PROBLEMAS EMPÍRICOS .....	26
<b>2.2.1 O problema dos fatores condicionantes.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2.2 O problema da transição.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.3 O problema do encaixamento.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2.4 O problema da avaliação .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2.5 O problema da implementação .....</b>	<b>29</b>
2.3 PRINCÍPIOS PARA O ESTUDO DA MUDANÇA.....	30
2.4 A NORMA LINGÜÍSTICA .....	31
<b>2.4.1 Diferentes normas linguísticas.....</b>	<b>32</b>
<b>2.4.2 Quatro modelos de norma .....</b>	<b>34</b>
2.4.2.1 <i>Norma culta</i> .....	34
2.4.2.2 <i>Norma-padrão</i> .....	36
2.4.2.3 <i>Norma gramatical</i> .....	36
2.4.2.4 <i>Norma curta</i> .....	37
<b>3 UMA BREVE HISTÓRIA DA BÍBLIA .....</b>	<b>39</b>
3.1 A COMPOSIÇÃO DA BÍBLIA? .....	39
<b>3.1.1 As línguas originais da Bíblia .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1.2 O cânon da Bíblia .....</b>	<b>41</b>
3.1.2.1 <i>O cânon do Antigo Testamento</i> .....	42
3.1.2.2 <i>O cânon do Novo Testamento</i> .....	45
3.2 OS DOCUMENTOS TEXTUAIS DA BÍBLIA.....	50
<b>3.2.1 Os manuscritos bíblicos .....</b>	<b>51</b>
3.2.1.1 <i>Os manuscritos mais importantes do Antigo Testamento</i> .....	52
3.2.1.2 <i>Os manuscritos mais importantes do Novo Testamento</i> .....	52
<b>3.2.2 A padronização dos textos .....</b>	<b>53</b>
3.3 AS PRINCIPAIS TRADUÇÕES DA BÍBLIA NA HISTÓRIA MUNDIAL.....	54
<b>3.3.1 A Septuaginta (LXX).....</b>	<b>55</b>
<b>3.3.2 Os Targuns .....</b>	<b>55</b>
<b>3.3.3 A Vetus Latina .....</b>	<b>56</b>
<b>3.3.4 A Peshitta .....</b>	<b>57</b>

<b>3.3.5 A Vulgata Latina .....</b>	<b>57</b>
<b>3.3.6 A tradução de Lutero .....</b>	<b>58</b>
<b>3.3.7 A Bíblia de Genebra .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3.8 A Bíblia do Urso.....</b>	<b>59</b>
<b>3.3.9 A Versão do Rei Tiago .....</b>	<b>60</b>
<b>3.3.10 A tradução de João Ferreira de Almeida .....</b>	<b>61</b>
<b>3.3.11 A tradução de Antônio Pereira de Figueiredo .....</b>	<b>62</b>
<b>3.3.12 Outras traduções bíblicas importantes na história .....</b>	<b>62</b>
<b>3.4 AS PRINCIPAIS TRADUÇÕES DA BÍBLIA NO BRASIL .....</b>	<b>64</b>
<b>3.4.1 O Novo Testamento de Frei Nazaré.....</b>	<b>64</b>
<b>3.4.2 A Tradução Brasileira.....</b>	<b>65</b>
<b>3.4.3 A Bíblia Ave-Maria .....</b>	<b>65</b>
<b>3.4.4 Almeida Revista e Atualizada.....</b>	<b>65</b>
<b>3.4.5 Almeida Revista e Corrigida .....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.6 A Bíblia de Jerusalém.....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.7 A Bíblia Viva .....</b>	<b>68</b>
<b>3.4.8 A Bíblia na Linguagem de Hoje .....</b>	<b>68</b>
<b>3.4.9 Bíblia Pastoral.....</b>	<b>69</b>
<b>3.4.10 Nova Versão Internacional .....</b>	<b>69</b>
<b>3.4.11 Nova Tradução na Linguagem de Hoje.....</b>	<b>70</b>
<b>3.4.12 Bíblia Sagrada de Aparecida .....</b>	<b>70</b>
<b>3.4.13 Nova Almeida Atualizada (NAA).....</b>	<b>71</b>
<b>4. OS PRINCIPAIS MODELOS DE TRADUÇÃO BÍBLICA .....</b>	<b>73</b>
<b>4.1 TRADUÇÃO E VERSÃO .....</b>	<b>74</b>
<b>4.2 A SENSIBILIDADE DO TEXTO BÍBLICO .....</b>	<b>75</b>
<b>4.3 OS MODELOS DE EQUIVALÊNCIA EM TRADUÇÃO DA BÍBLIA .....</b>	<b>77</b>
<b>4.3.1 Equivalência formal .....</b>	<b>78</b>
<b>4.3.2 Equivalência dinâmica .....</b>	<b>79</b>
<b>4.3.3 A aplicação dos modelos de equivalência de Nida .....</b>	<b>80</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>84</b>
<b>5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>84</b>
<b>5.1.1 Corpus .....</b>	<b>84</b>
<b>5.1.2 Forma de abordagem .....</b>	<b>86</b>
<b>5.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE DA AMOSTRA.....</b>	<b>86</b>

<b>5.2.1</b>	<b>Objetivo da pesquisa .....</b>	<b>86</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Procedimento da pesquisa .....</b>	<b>87</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>89</b>
6.1	<i>TU E VOCÊ</i> .....	89
6.2	<i>VÓS E VOCÊS</i> .....	91
6.3	<i>NÓS E A GENTE</i> .....	93
6.4	A NOVA DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS .....	96
<b>6.4.1</b>	<b>O uso variável de <i>seu/sua</i> na representação da segunda e da terceira pessoa</b>	<b>96</b>
<b>6.4.2</b>	<b>Variação <i>teu/tua</i> e <i>seu/sua</i> na representação da segunda pessoa do singular</b>	<b>100</b>
<b>6.4.3</b>	<b>Variação <i>vosso/vossa</i> e <i>seu/sua</i> na representação da segunda pessoa do plural</b>	<b>104</b>
<b>6.4.4</b>	<b>Variação <i>seu/sua</i> e <i>de vocês</i> na representação da segunda pessoa do plural</b>	<b>107</b>
<b>6.4.5</b>	<b>O uso das formas pronominais <i>dele/dela</i> e <i>deles/delas</i>.....</b>	<b>111</b>
6.5	A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO DOS VERBOS .....	116
<b>6.4.1</b>	<b>A representação do modo imperativo afirmativo nos textos bíblicos .....</b>	<b>117</b>
<b>6.4.2</b>	<b>A representação do modo imperativo negativo nos textos bíblicos .....</b>	<b>125</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Assim como não há norma “pura”, não há também nenhuma norma estática.

Carlos A. Faraco

O grupo dos pronomes, ainda que seja classificado como um grupo fechado, não está isento a mudanças dos seus elementos. De acordo com Ilari (2015, p. 9), as classes fechadas possuem uma formação mais lenta de novos itens e destaca: “pense-se no tempo que foi necessário para que a expressão de tratamento *Vossa mercê* se tornasse *você*, hoje indiscutivelmente um pronome de segunda pessoa”.

A mudança linguística que levou a forma de tratamento *Vossa Mercê* até o pronome *você* é possivelmente um dos exemplos mais utilizados para se tratar didaticamente da variação diacrônica da língua portuguesa. Entretanto, é preciso ressaltar que há um processo evolutivo entre as duas formas. Coutinho (1974, p.255) propõe o seguinte: “vossa mercê > vossemecê > vosmecê > você. Nascentes (1956, p.117), por sua vez, ao acrescentar formas hipotéticas e formas mais reduzidas que figuraram no processo de erosão fonética, aponta a seguinte cadeia: vossa mercê > vossemecê > vosmecê > vosm'cê\* > voscê\* > você > ocê > cê. Ainda conforme Nascentes (1956), há outras formas, não necessariamente diacrônicas, decorrentes desse processo de erosão fonética, como “*Vancê*”, “*Mincê*” e “*Ucê*”.

Numa abordagem histórica, partindo de *vossa mercê* até *você*, Chaves (2006, p.17-18) indica que *vossa mercê* é “tido como o primeiro título honorífico direcionado exclusivamente ao rei”. De acordo com a autora, a forma de tratamento é desenvolvida no fim do sistema feudal como forma de reforçar a figura do rei diante das transformações sociais e da necessidade de atender ao surgimento de novos cargos hierárquicos.

Também numa abordagem histórica do percurso entre *vossa mercê* e *você*, Faraco (2017, p.116) considera a instabilidade no sistema pronominal herdado do latim e parte do contexto social para analisar a implementação de *vossa mercê* como forma de tratamento: “No século XIV e especialmente no século XV, formas de tratamento com a estrutura Vossa + N (*Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência*, *Vossa Majestade*), usadas de início exclusivamente para o tratamento do rei, foram introduzidas na língua”. A partir disso, o autor descreve os movimentos sociais e históricos em Portugal que conduziram a forma analisada para o tratamento de um interlocutor não íntimo.

A forma de tratamento *vossa mercê*, após o processo social descrito por Chaves (2006)

e Faraco (2017), e o percurso fonético apresentado por Nascentes (1956), adquire características de pronome pessoal, ou seja, assume traços dêiticos, até mesmo comportando a concepção de pessoa gramatical, de acordo com a definição apresentada por Lopes (2007). Isso pode levar à competição entre *você* e *tu*, principalmente no Brasil, haja vista que em Portugal a forma inovadora é de uso mais restrito, inclusive sendo estigmatizada, ainda que seja de uso crescente na variedade europeia do português, conforme Gonçalves (2008). A variação entre as formas de segunda pessoa *tu* e *você* tem rendido vários estudos, como Menon (1999), Lopes (2008), Costa, Gomes, Silva (2018), Guimarães (2019), Scherre; Andrade; Catão (2021), que são importantes para o mapeamento e para a compreensão das circunstâncias de uso das variantes concorrentes.

Entretanto, a forma inovadora *você*, ainda que de amplo uso no Brasil de acordo com Faraco (2017), sofre resistência por parte de alguns gramáticos em ser classificada como pronome pessoal, conforme Lopes (2007). A autora aponta controvérsia de posicionamentos, o que pode ser atestado em Bechara (2019), que classifica a forma inovadora como “forma indireta de tratamento”; Cunha e Cintra (2017), por seu turno, concebem-na como “pronome de tratamento”. No entanto, gramáticos há que já classificam *você* como pronome pessoal, a exemplo de Rocha Lima (2019), mesmo com a ressalva de que seu uso é familiar. Castilho e Elias (2017) incluem essa forma diretamente no seu quadro de pronomes pessoais, bem como outras formas apresentadas por Nascentes (1956).

Dessa forma, compreende-se que pode haver uma mudança em curso com a entrada de *você* com valor pronominal na língua e reconhecida por gramáticas mais recentes. Contudo, é preciso destacar a resistência de *tu* em variedades regionais, conforme Faraco (2017, p. 121) e Scherre; Andrade; Catão (2021). Acompanhando esse curso de mudança, é necessário lembrar-se da variação entre as formas de segunda pessoa do plural *vós* e *vocês*, que para Lopes (2007, p. 120), já se consolidou em mudança. A autora destaca ainda que o *vós* é um “pronome arcaizante que se faz presente apenas em textos bíblicos lidos em templos religiosos”. (LOPES, 2007, p.117).

Importa salientar que, como pronome, *vocês* não é um plural de *você*, assim como *vós* não é plural de *tu*, conforme ensinado em gramáticas tradicionais, de acordo com Lopes (2007, p. 3). Bassetto (2016, p.232), ao descrever a história interna do latim vulgar, preconiza que as formas de 1ª e de 2ª pessoas do plural não são propriamente o plural das formas de 1ª e de 2ª pessoas do singular, antes, são coletivos destas.

Os pronomes *você* e *vocês* foram implementados na língua indicando a 2ª pessoa do singular (P2) e a 2ª pessoa do plural (P5), respectivamente. Faraco (2017), entretanto, indica

que essa implementação provocou rearranjos internos na língua, o que levou esses pronomes a concordarem com verbos em 3ª pessoa. Destarte, os compêndios tradicionais de gramática estabelecem que *você/vocês* devem concordar sempre com 3ª pessoa, como aponta Lopes (2007, p. 1). Entretanto, Faraco (2017, p. 125) afirma que, no Brasil, a concordância orientada pela gramática tradicional só ocorre em contextos formais. Essa afirmação é reforçada por Barcia (2006), cuja pesquisa apresenta a ocorrência da chamada “mistura de tratamento” desde o século XIX. Mistura essa que, conforme Barcia (2006) e Lopes (2008), é rechaçada pelos manuais escolares.

Outra forma que tem entrado no quadro pronominal do português é *a gente*, que faz referência à primeira pessoa do plural. De acordo com Omena e Braga (1996) e Lopes (2004), a forma inovadora tem origem do coletivo *gente*, ou seja, o pronome tem origem em um substantivo. Essa forma, como pronome, também sofre resistência por parte de gramáticos tradicionais, que reconhecem seu uso amplo no português, contudo, a deixam de fora do quadro pronominal, como em Rocha Lima (2019), em que *a gente* sequer é considerada; em Cunha e Cintra (2017), em que a forma é apresentada como “fórmula de representação da 1ª pessoa” e observada como sendo de uso coloquial e em Bechara (2019), que apresenta a combinação da preposição “a” com o substantivo *gente* como pronome, porém fora do quadro pronominal e sob a advertência de que não deve ser usada na fala cerimoniosa. Mesma advertência que é reforçada por Bechara e Mahmud (2016, p.15): “Na linguagem cuidada e polida devem-se usar os pronomes pessoais *eu* ou *nós*”.

Ainda que haja relutância por parte dos manuais tradicionais de gramática, a forma inovadora *a gente* tem sofrido um processo de gramaticalização, conforme aponta Lopes (2004), ao realizar um estudo em tempo real de curta e longa duração. Nesse estudo é robustecida a hipótese de que a forma inovadora tem se tornado gramatical.

Com a implementação de *a gente* no português com valor pronominal, ela passa a competir com a forma *nós*. Essa variação, assim como a variação *tu/você* e *vós/vocês*, também é objeto de diversos estudos, como Tamaine (2002), Viana e Lopes (2012), Araújo (2016) e Silva e Camacho (2017). Alguns estudos concentram-se na relação entre a variação *nós/a gente* e a escala de saliência fônica, como é o caso de Scherre, Naro e Yacovenco (2018), em que observam a perda da desinência *-mos* dos verbos conjugados com a forma pronominal *nós* e a recuperação da concordância no uso de *a gente* preenchendo a posição de sujeito. De acordo com os autores, a saliência fônica interfere na escolha da forma pronominal utilizada pelo falante.

Lopes (1998) ressalta ainda utilização do pronome inovador *a gente* como forma de o

falante não se comprometer em seu discurso, haja vista que em sua origem como coletivo envolve outras pessoas, tornando seu uso mais vago e genérico. Esse aspecto é observado em Lopes (2004), que apresenta a característica indeterminadora tanto em *você* quanto em *a gente*. Silva e Vitória (2021, p.202), em sua análise, confirmam esse uso genérico no português do Brasil.

Para Duarte (2018, p. 86), em seu estudo de peças teatrais dos séculos XIX e XX, a competição entre *nós* e *a gente* já tem se decidido pelo predomínio da forma inovadora desde os anos 1970. Omena e Braga (1996) corroboram para essa posição ao afirmarem que *a gente* tem frequência de 69% na fala, contudo, conforme Duarte (2018, p. 86), o sintagma nominal com valor de pronome já é preferido até na modalidade escrita. Essa forte entrada de *a gente* como pronome no português do Brasil (PB) repercute diretamente na concordância verbal. De acordo com Lopes (2007, p.6), a forma *a gente* mantém o traço formal de 3ª pessoa, mas com a inclusão do falante em sua interpretação semântica confere ao sintagma o valor pronominal. Dessa forma, o traço semântico muda, porém o traço formal mantém-se inalterado, levando o verbo conjugado em 1ª pessoa do plural a concordar com pronome que representa P4. Diante disso, Duarte (2018, p.85) ressalta a mudança de um sistema formalmente rico para um funcionalmente rico.

Omena e Braga (1996, p.81) destacam ainda que o pronome *a gente* possui uma variação sintática, quando o verbo é conjugado na 1ª pessoa do plural. De acordo com as autoras, essa variação está presente na fala de crianças e de pessoas menos escolarizadas. Entretanto, conforme Silva e Vitória (2021), em estudo realizado no Alto Sertão Alagoano, há maior ocorrência de concordância: *nós* com o verbo conjugado na 1ª pessoa do plural, e *a gente* com o verbo conjugado na 3ª pessoa do singular, predominando o uso do pronome inovador quando há a marcação do sujeito.

A implementação de *você* e *a gente* tem provocado consideráveis alterações no paradigma verbal do PB, “que perde sua riqueza flexional passando de seis para três formas básicas (*eu falo, tu/você/ele/a gente fala, vocês/eles falam*)”, conforme Lopes (2007, p.1). A autora relaciona a perda da flexão verbal a um maior preenchimento do sujeito, considerando que os pronomes passam a carregar a única indicação de pessoa. Isso indicaria que o PB está perdendo sua característica de língua *pro-drop*, ou seja, com o paradigma verbal empobrecido, o sujeito explícito torna-se obrigatório. Duarte (2018) discute a ocorrência dessa mudança. Esse maior preenchimento do sujeito também pode ser relacionado ao aumento de objeto nulo no PB, o que é discutido em Cyrino (2018).

Além da alteração no paradigma verbal, os estudos demonstram ainda que a imple-

mentação de *você*, *vocês* e *a gente* no PB tem produzido outros rearranjos ou reorganizações gramaticais. Antes, é necessária a compreensão de que, por sua origem, essas formas pronominais inovadoras reúnem características próprias. Peculiaridades essas elencadas por Neves (2015, p. 20): “São sempre tônicas”, “levam o verbo para a 3ª pessoa quando desempenham o papel de sujeito”, “podem desempenhar o papel de objeto direto sem sofrer qualquer alteração de forma [...] e sem exigir a anteposição da preposição *a* [...]” e “aceitam preposição”.

Isso posto, os rearranjos gramaticais provocados pela implementação de *você*, *vocês* e *a gente* no PB podem ser constatados, seguindo a lista proposta por Faraco (2017, p. 122), ao discutir as repercussões gramaticais impostas pela mudança no sistema de tratamento do interlocutor: primeiramente, a arcaização do *vós*, discutido em Barcia (2006), Chaves (2006), Lopes (2007) e Faraco (2017). Depois, sistema pronominal também sofre alterações importantes no quadro dos possessivos, discutido em Menon (1995), Lopes (2007; 2008), Costa, Gomes e Silva (2018) e Cerqueira (2018). Outro rearranjo observado está no quadro dos complementos, tanto dativos quanto acusativos. Por fim, variação no quadro dos argumentos é pensada em Menon (1995), Gomes (2003), Oliveira (2015), Faraco (2017), Cyrino (2018), Nunes (2018) e Pagotto (2018).

Outra repercussão provocada pela implementação das formas pronominais inovadoras e considerada nos estudos é o maior preenchimento do sujeito, o que é descrito em Barcia (2006), Faraco (2017), Costa, Gomes e Silva (2018) e Duarte (2018). Ainda vêm sendo estudados, também, os rearranjos na estrutura de representação do modo imperativo no PB, provocados pelo encaixamento das formas inovadoras. Lopes (2004, 2008), Scherre *et al* (2007), Scherre (2007) e Faraco (2017).

Considerando os estudos referentes ao encaixamento e à implementação das formas pronominais inovadoras, torna-se pertinente pensar sobre como textos bíblicos que introduziram novas formas pronominais acomodaram-nas e sobre os movimentos de reorganização gramatical realizados para sua implementação. Essa reflexão se faz necessária por perceber a Bíblia Sagrada como um texto de prestígio social e que goza do *status* normativo para grande parcela da população, haja vista que, conforme IBGE (2010), a maioria dos brasileiros professa o Cristianismo (em suas diversas vertentes) como religião pessoal. Além disso, é levada em consideração sua classificação como texto sensível (Cf. 4.2) e sua importância cultural, observando que ela serviu de base para que fossem formadas parte das tradições da civilização ocidental, mesmo sendo originada no Antigo Oriente, de acordo com Gisler e Nix (2006).

Diante disso, cabe ressaltar que este estudo foi motivado a partir do trabalho de tradução de uma peça religiosa, realizado pelo pesquisador, que se interessou em investigar como

textos sensíveis se comportam diante das inovações no quadro pronominal do português, à vista de que a aplicação dessas formas envolveria a movimentação de toda a norma linguística empregada na redação de textos consagrados e até considerados como “divinamente inspirados”.

Dessa forma, também se faz necessário ressaltar que a Bíblia passa por constantes revisões, que têm por objetivo atualizar o texto, além de direcioná-lo a públicos distintos e com objetivos diversos. É possível citar, a título de exemplo, a tradução de João Ferreira de Almeida, tida como a primeira tradução da Bíblia completa em língua portuguesa, conforme Teixeira e Zimmer (2014). Publicada em 1753, a tradução de Almeida recebeu correções, revisões e atualizações em 1898, 1959, 1993, 1995, 2010 e, mais recentemente, em 2017, com a 3ª edição da versão “Almeida Revista e Atualizada” (ARA) sob o título “Nova Almeida Atualizada” (NAA). Esta última edição introduz os pronomes inovadores *ocê* e *ocês*. Além dela, outros textos bíblicos em português implementaram formas pronominais inovadoras, como “Nova Tradução na Linguagem de Hoje” (NTLH), de 2000, e Bíblia Viva (BV), de 1981.

A entrada de novas formas pronominais em textos bíblicos faz surgir os seguintes questionamentos: 1) Qual o grau de alternância entre as formas pronominais inovadoras e as formas canônicas no texto bíblico? 2) Há rearranjos no quadro de pronomes possessivos empregados no texto bíblico em decorrência da implementação de pronomes inovadores? 3) Ocorrem misturas de tratamento nesses textos? 4) Há variações na representação do modo imperativo na Bíblia Sagrada? Todas essas questões direcionam para a seguinte problemática: Quais as movimentações ocorrem no texto bíblico com a implementação de pronomes inovadores em recentes versões da Bíblia Sagrada e se recaem efeitos de sentido pela escolha de uma forma ou outra?

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo descrever, conforme apresentados pela literatura, os rearranjos gramaticais decorrentes do encaixamento das formas pronominais inovadoras *ocê/você* e *a gente* no texto de recentes versões da Bíblia em português. Para isso, serão objeto de análise a alternância entre os pronomes inovadores e os pronomes canônicos, a reorganização do quadro pronominal dos possessivos, as eventuais ocorrências de “misturas de tratamento”, bem como a representação do modo imperativo.

Para a realização das análises, o *corpus* escolhido é composto por três versões da Bíblia em português: Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH), do ano 2000; Bíblia Viva (BV), do ano 1981 e a Nova Almeida Atualizada (NAA), do ano 2017. A escolha justifica-se por serem versões que implementaram as formas pronominais inovadoras *ocê/você* e *a gente*

e por possuírem o objetivo de atualizar o texto, tornando-o mais compreensível ao leitor. Foi observado, ainda, o fato de serem versões relativamente recentes, sendo a BV da penúltima década do século XX, a NTLH do último ano do século XX e a NAA, do século XXI com intervalos temporais relativamente semelhantes entre elas. Para fins de comparação quanto ao uso da norma, foi selecionada a versão Almeida Revista e corrigida, publicada em 1969, ou seja, meados do século XX.

O presente estudo, com tudo já exposto acima, torna-se necessário por analisar e descrever o processo de variação e mudança linguística em um texto sensível e considerado sagrado. Em tese, um texto sagrado seria mais resistente a mudanças. No entanto, o texto bíblico, parece estar aberto às mudanças linguísticas, buscando adequar-se a normas urbanas contemporâneas. Por tratar-se de um texto de caráter normativo, goza de prestígio por parte de adeptos religiosos que a ele buscam conformar seu comportamento. Assim, um documento de prestígio social e também autoritativo que introduz mudanças já implementadas entre os falantes do português deve ser perscrutado e descrito com o propósito de que outros documentos conceituados, bem como manuais escolares, contemplem também as mudanças que já são vistas de forma corrente entre os falantes.

Assim, este trabalho está organizado da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta os pressupostos teóricos que servem de base para a análise dos dados; no terceiro capítulo, é realizada uma breve exposição a respeito da constituição da Bíblia e suas principais traduções no mundo e no Brasil; em seguida, o quarto capítulo discorre sobre os métodos aplicados às traduções do texto bíblico; por sua vez, o quinto capítulo reporta a metodologia empregada neste estudo; o sexto capítulo apresenta a análise dos dados, seguido pelas considerações finais e as referências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pedro negou outra vez, respondendo: — Juro que não conheço esse homem!

Pouco depois, os que estavam ali chegaram perto de Pedro e disseram: — O seu modo de falar mostra que, de fato, você também é um deles.

Mateus 26.72-73, NTLH

Conforme mencionado anteriormente, este capítulo apresenta as bases teóricas sobre as quais esta pesquisa se estabelece. Dessa maneira, é discutida a Teoria da Variação e Mudança a partir dos problemas empíricos levantados por ela e sua perspectiva da língua como sistema heterogêneo. Essa concepção possui incidência sobre as questões que envolvem a norma linguística, que é apresentada logo em seguida. São tomados, assim, para direcionamento do texto Weinreich, Labov e Herzog (2006), Labov (2006, 2008 [1972]), Bortoni-Ricardo (2017), Faraco (2008), Coelho, Monguilhott e Severo (2014) e Faraco e Zilles (2017).

### 2.1 VARIAÇÃO E MUDANÇA

Esta pesquisa toma por base a Teoria da Variação e Mudança linguística, ou Sociolinguística Variacionista, que surgiu de maneira sistemática como reflexão no campo da Linguística durante a segunda metade do século XX, a partir do trabalho de U. Weinreich, W. Labov e M. Herzog, o qual contestava os pressupostos metodológicos formalistas, até então predominantes por meio do Estruturalismo e do Gerativismo.

Durante a maior parte do século XX, os estudos linguísticos privilegiaram, em sua maioria, a reflexão sincrônica da língua. Como diz Cohen (1995, p. 11): “Os estudos de natureza diacrônica praticamente não tiveram lugar dentro do que se chama linguística moderna”. Isso se deve ao fato de o Estruturalismo ter adquirido forte proeminência a partir da publicação do “Curso de Linguística Geral”, em 1916, que direcionou os estudos linguísticos para o aspecto descritivo do sistema. Saussure apresenta um quadro dicotômico em que opõe *langue* (língua) a *parole* (palavra). Esta, uma manifestação concreta e individual, aquela, um sistema abstrato e homogêneo de signos compartilhado pelos indivíduos. É significativo que Mattos e



Silva (2008, p. 55) afirma: “Entre 1916 e os fins dos anos 1950 ou início dos anos 1960, reinou na linguística ocidental o ‘campo do signo’”.

Essa afirmação se justifica, pois, em sua perspectiva metodológica Saussure escolheu analisar a *langue*. Para ele, a língua seria um sistema homogêneo e que não sofreria diretamente interferência dos fatores externos, sejam eles políticos, geográficos, sociais ou históricos. Segundo Saussure (2006, p. 30):

Enfim, tudo quanto se relaciona com a extensão geográfica das línguas e o fracionamento dialetal revela da Lingüística externa. Sem dúvida, é nesse ponto que a distinção entre ela e a Lingüística interna parece mais paradoxal, de tal modo o fenômeno geográfico está intimamente associado à existência de qualquer língua; entretanto, na realidade, ele não afeta o organismo interno do idioma.

Para Saussure, os elementos externos poderiam explicar características individuais na realização comunitária da língua, mas esses fatores não poderiam interferir no sistema; portanto, eles não seriam considerados como objeto das reflexões do que ele chamou de “Linguística interna”, que buscaria descrever o sistema como abstrato, uniforme e livre da interferência de outros campos do saber.

Entretanto, nos anos 1960, é inaugurada de maneira sistematizada a partir do trabalho “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística” de Ulrich Weinreich, William Labov e Marvin Herzog, publicado em 1968, a Sociolinguística Variacionista. Essa nova abordagem põe em questão as perspectivas metodológicas que idealizavam a língua como um sistema homogêneo, assim como compreendiam os descritivistas. A argumentação sociolinguística era de que a língua não era um sistema uno; antes, ela é heterogênea e composta por sistemas diversificados: “O caráter heterogêneo dos sistemas linguísticos discutidos até agora é o produto de combinações, alternâncias e mosaicos de subsistemas distintos, conjuntamente disponíveis”. (WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M., 2006, p. 98).

A proposta sociolinguística compreendia a língua não como um sistema homogêneo, fechado em si, mas como um sistema composto por normas diversas, em que cada comunidade de fala compartilha uma norma e emprega na língua sua identidade, cultura e o próprio modo de vida.

Diante dessa argumentação, Mattos e Silva (2008, p. 56) destaca:

Cai no ostracismo o “sistema homogêneo” saussuriano, que permitiu um grande salto teórico da linguística do século XX por um lado, mas excluiu dela aspectos fundamentais para o estudo das línguas e da linguagem humana, como sabemos, sendo um deles a sua historicidade.

Isso não significa dizer que os estudos descritivistas foram esquecidos ou que as pesquisas sobre a mudança da língua retomaram o protagonismo nas ciências da linguagem. Contudo, as investigações que consideravam os fatores sociais e culturais para a mudança conquistaram força e maior projeção, inclusive no Brasil, ainda que retardatariamente. Sobre essa renovação de ânimo, a que chamou de “A Fênix finalmente renascida”, Tarallo propõe a analogia: “A Fênix diacrônica, por conseguinte, renasce com todo seu aromatismo; o sol queima seu leite, e ela inicia um vôo ainda mais alto” (TARALLO, 1984, p.98).

É preciso salientar que as pesquisas históricas e filológicas eram o centro dos estudos da língua mesmo antes do nascimento da Linguística como uma ciência autônoma. Orientados pelo método histórico-comparativo, os pesquisadores tinham como objetivo encontrar traços de similaridades sistemáticos entre idiomas e recuperar a língua comum da qual eles se originam. Conforme Faraco (2007, p. 134):

Com isso, podemos não só explicar o parentesco entre línguas (isto é, dizer uma língua pertence ou não a uma determinada família), como também determinar, por inferência, características da língua ascendente comum de um certo conjunto de línguas.

Graças ao método histórico-comparativo foi possível entender melhor os processos de variação e mudança sofridos pelas línguas. Houve, também, um grande avanço em relação ao resgate de línguas pouco documentadas, como é o caso do Latim Vulgar, cujas fontes documentais são escassas.

Os estudos pré-saussurianos, no entanto, sofreram certa resistência por adotar uma metodologia atomizada, em que os recortes analisados não consideravam a generalidade dos sistemas linguísticos em que estavam inseridos. Sobre isso, Cohen (1995, p. 11) relata:

Este atomismo, típico tanto da gramática histórica filológica, quanto dos comentários lingüísticos encontrados nas edições críticas de texto, apesar de indispensáveis pelo fato de registrarem fatos lingüísticos, não lograram alcançar o grau de generalização necessário a uma análise propriamente lingüística.

No início do século XX, o Estruturalismo entra em cena buscando uma abordagem generalizante e aplicável a todas as línguas. No entanto, desenvolve-se de forma paralela a Dialetoлогия, que se contrapõe ao descritivismo estruturalista. Conforme Bortoni-Ricardo (2017, p. 51), os estudos dialetológicos na Europa concentravam-se em levantar características da fala de comunidades isoladas. Ainda de acordo com a autora, os dados dialetológicos levantados eram contrastantes com aqueles obtidos pelos estudos estruturalistas: “pois os primeiros refletiam a heterogeneidade regional, que é própria de qualquer comunidade real de fala. Já os

segundos tinham como pressuposto a homogeneidade da língua, como postulada por Saussure”. (BORTONI-RICARDO, 2017, p. 51). Então, a autora conclui: “Esse contraste vai ser crucial no desenvolvimento da Sociolinguística” (BORTONI-RICARDO, 2017, p. 51).

Tanto a pesquisa sociológica quanto o método histórico-comparativo e, mesmo a Dialektologia, podem ser compreendidos como parte das “três vias” dos estudos históricos da língua que aponta Faraco (2005, p. 118): “Pode-se dizer que há três vias para o estudo histórico das línguas: voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente, estudar o presente para iluminar o passado”. Para o autor, a Sociolinguística Variacionista explora a terceira via, que busca explicar o passado ao se concentrar no presente.

Entretanto, a mudança linguística, numa opinião geral, sofre resistência tendo como ponto de partida aquilo que Labov (2006) chama de “Princípio da era de ouro”. De acordo com o autor, na perspectiva do senso comum, a percepção de mudanças na língua traz aos falantes a impressão de que o sistema sofre de uma doença sem cura. Assim, as inovações fazem com que a língua vá “de mal a pior”. O autor reporta que, em seus estudos, essa resistência à mudança é unânime, ainda que em graus variados. Isso o leva a refletir no paradoxo que há entre a boa recepção às inovações eletrônicas e tecnológicas e a rejeição às inovações na linguagem. Essa reflexão de Labov demonstra que há uma necessidade de se explicar sistematicamente as mudanças ocorridas na língua.

## 2.2 PROBLEMAS EMPÍRICOS

Para ancorar na explicação a respeito da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006) propõem cinco problemas empíricos: o problema dos fatores condicionantes, o problema da transição, o problema do encaixamento, o problema da avaliação e o problema da implementação, como observados em seguida.

### 2.2.1 O problema dos fatores condicionantes

O problema dos fatores condicionantes, conforme os autores, é um objetivo a ser considerado no estudo da mudança, pois busca estabelecer as prováveis modificações e o conjunto de fatores possíveis para que isso ocorra. Dessa maneira, determinadas alterações partem de elementos que as condicionam. Esses fatores podem ser de ordem interna da língua, quando itens da estrutura linguística favorecem a variação. Esses elementos podem partir de uma reorganização sistêmica. Porém, os fatores também podem ser de ordem externa ao sistema,

como referências sociais, culturais, regionais, políticas, entre outras. Todos esses fatores podem ocasionar as transformações no sistema linguístico.

Entretanto, Weinreich, Labov e Herzog (2006) salientam que nem todas as combinações de fatores linguísticos e extralinguísticos são observadas nos estudos. A observação dos autores se dá porque nem todos os condicionantes são levados em consideração nos recortes metodológicos realizados pelos pesquisadores. Ainda assim, é possível depreender que nem todos os fatores agem sobre determinada mudança. Há combinações distintas que a condicionam, de maneira que a mudança não ocorre uniformemente e que nem todas as variações consolidam-se em mudança.

O problema dos fatores condicionantes, apresentado pelos autores, também possibilita o estudo do sistema em tempo real ou em tempo aparente. Em tempo real, na análise de duas ou mais sincronias para se observar determinadas variações e mudanças ocorridas no sistema. Em tempo aparente, quando se analisa a distribuição dos fenômenos em diversas faixas etárias.

### **2.2.2 O problema da transição**

Outro problema empírico apresentado por Weinreich, Labov e Herzog (2006) é o da transição. Conforme apresentado no ensaio dos autores, as mudanças observadas apresentam uma distribuição através das faixas etárias da população. Isso quer dizer que é possível perceber as mudanças em acontecimento ao se comparar essas faixas etárias.

Contudo, essa mudança é sutil, ou seja, a mudança não é tácita. Para utilizar a nomenclatura adotada por Faraco (2004), ela não é discreta. As variantes, tanto a inovadora quanto a arcaizante, passam por um período de disputa até que uma delas prevaleça e a mudança se concretize ou não. Nesse período, as variantes convivem e são distribuídas entre as faixas etárias.

Conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006): “Esta transição ou transferência de traços de um falante para outro parece ocorrer por meio de falantes bidialetais ou, mais geralmente, falantes com sistemas heterogêneos caracterizados pela diferenciação ordenada”. Para os autores, a mudança ocorre ao passo que o falante convive com duas variantes e aprende a forma inovadora. Com o tempo, a variante conservadora perde espaço e se torna obsoleta. Dessa maneira, os autores ponderam sobre essa transição ocorrer entre pares em grupos de faixas etárias levemente diferentes.

Isso indicaria que, conforme a população vai envelhecendo, a variante inovadora ga-

nha espaço entre as faixas etárias mais baixas e a arcaizante torna-se cada vez menos usual, até o ponto em que entra em obsolescência e a mudança, de fato, seja implementada, formando um *continuum* de mudança.

### 2.2.3 O problema do encaixamento

O problema do encaixamento versa sobre como a mudança está encaixada na estrutura linguística e na estrutura social. Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), a mudança linguística deve ser analisada em seu encaixamento tanto na estrutura linguística quanto na estrutura social.

No que tange ao encaixamento na estrutura linguística, os autores observam que “um conjunto limitado de variáveis altera seus valores modais gradualmente de um pólo a outro”. Dificilmente, conforme os autores, a mudança é um movimento de um sistema inteiro. Dessa forma, é possível compreender que há uma cadeia de valores sendo movimentada no sistema.

O encaixamento na estrutura social está intimamente ligado à estrutura linguística, de forma que um seria incompleto sem o outro, pois, de acordo com os autores, a estrutura linguística em mudança está encaixada no contexto da estrutura social. Desse modo, as variações sociais são elementos próprios do sistema, ou seja, a estrutura social pesa sobre a estrutura linguística. Isso é reforçado por Labov (2008 [1972], p.20), ao afirmar que nenhuma mudança ocorre em um vácuo social, pois elas correm em tempo e local específico.

No entanto, observam os autores que essa importância da estrutura social não se traduz em uniformidade no sistema linguístico, haja vista a própria variação social e geográfica, de maneira que a mudança não é distribuída uniformemente, pois:

No desenvolvimento da mudança linguística, encontramos estruturas linguísticas encaixadas desigualmente na estrutura social; e nos estágios iniciais e finais de uma mudança, pode haver muito pouca correlação com os fatores sociais. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 123).

Assim, a mudança repercute no sistema, podendo ser observada a maneira como seu encaixamento está de fato interligado à estrutura social.

### 2.2.4 O problema da avaliação

O problema da avaliação está ligado a correlatos subjetivos; ou seja, eles, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006), “não podem ser deduzidos de variáveis dentro da estrutu-

ra linguística”. Também, o nível de consciência dos falantes é parte inerente ao problema da avaliação.

Dessa maneira, é possível dizer que os falantes avaliam as formas variantes e podem determinar os rumos da mudança, no sentido de perceberem as variantes de prestígio social ou aquelas que são estigmatizadas. Naturalmente, as formas estigmatizadas passam a ser menos usuais, o que impulsiona o processo de mudança. Ainda de acordo com os autores, esse investigar os correlatos é importante para aprofundar a compreensão de como a categorização discreta é imposta nesse processo de mudança.

Importa, também, destacar que a variante padrão ou canônica nem sempre é a forma carregada de prestígio e a forma inovadora, a variante estigmatizada. Podem existir contextos em que a variante inovadora alcança prestígio social e a forma canônica passa a ser estigmatizada com grande probabilidade de entrar em obsolescência.

### **2.2.5 O problema da implementação**

O problema da implementação pode ser considerado a partir dos fatores condicionantes. Ele pode abranger a estrutura social e a estrutura linguística. Por isso, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006), “A dificuldade do enigma da implementação da mudança é evidente no número de fatores sociais que influenciam a mudança”. Dessa maneira, o problema empírico da implementação, levantado pelos autores, tem por objetivo a análise de como a mudança é implementada.

Os contextos sociais diversificados recebem a implementação de formas distintas. A mudança não ocorre de maneira homogênea, pois os fatores condicionantes agem de maneiras diferentes sobre comunidades diversas e em momentos também distintos. Isso explicaria o fato de uma mudança ocorrer numa língua, em determinada época, mas não ser produtiva em outras línguas no mesmo período e também não se distribuir igualmente por todo o sistema. Esses variados contextos devem, ainda assim, ser examinados, conforme os autores, na busca por uma visão ampla do processo de mudança.

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), é sugestivo que a mudança tenha início quando um dos traços característicos da variação se difunde através de um subgrupo da comunidade. Quando essa mudança é encaixada na estrutura da língua, ela então passa a se generalizar em outros elementos do sistema de forma lenta e gradual. O avanço da mudança, de acordo com os ensaístas, é acompanhado pela elevação no nível de consciência dos falantes e pelo estabelecimento de um estereótipo social até que a mudança se complete.

Entretanto, a implementação da mudança só pode ser analisada, de fato, quando essa mesma mudança já está encaixada na estrutura linguística e na estrutura social, depois que ela se completou, passando de uma variável para uma constante na língua:

Por fim, a completção da mudança e a passagem da variável para o *status* de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer significação social que o traço possuía. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exhibe é o produto desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da seleção de uma das alternativas como uma das constantes (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.125).

Os problemas empíricos apresentados por Weinreich, Labov e Herzog (2006) podem ser tomados como extensões que direcionam os estudos referentes aos mecanismos de variação e mudança nas línguas de maneira abrangente e sistemática. A partir disso, os autores elencam algumas assertivas relativas à natureza da mudança.

### 2.3 PRINCÍPIOS PARA O ESTUDO DA MUDANÇA

Ao apresentar princípios gerais para o estudo da mudança, Weinreich, Labov e Herzog (2006) expõem descobertas empíricas que uma teoria da variação e mudança deve explicar. Dessa forma, arrolam sete assertivas sobre a natureza dessa mudança.

Os autores asseveram que “a mudança lingüística não deve ser identificada como deriva aleatória procedente da variação inerente na fala” Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 125). Isso reforça a percepção de que a mudança em si é sistêmica e não apresenta características precárias e desordenadas no sistema.

Em seguida, Weinreich, Labov e Herzog (2006) declaram que é uma ilusão associar estrutura à homogeneidade, haja vista que a estrutura linguística congrega a diferenciação dos falantes e estilos dentro de uma ordem, assim como as regras que governam a mesma comunidade de fala. Os autores propõem ainda que o falante nativo controle essas estruturas heterogêneas do sistema.

Outra assertiva apresentada por Weinreich, Labov e Herzog (2006) é a de que nem toda variação implica mudança. Isso quer dizer que, ainda que haja variedades e formas inovadoras na língua, não significa que todas elas se completarão como mudanças consolidadas. Entretanto, conforme os pesquisadores, toda mudança implica variação. Significa dizer que o estabelecimento da mudança se inicia com uma variação.

A quarta declaração feita por Weinreich, Labov e Herzog (2006) em relação à natureza da mudança linguística é a de que a generalização da mudança não se dá uniformemente e

nem de maneira imediata. É necessário um considerável intervalo temporal de covariação de mudanças associadas para sua difusão. Os autores ainda apontam como reflexo disso a distribuição de isoglossas por áreas do espaço geográfico.

Em mais uma assertiva, Weinreich, Labov e Herzog (2006) enfatizam que as gramáticas em que a mudança acontece são da comunidade de fala, haja vista que as variáveis linguísticas são determinadas por funções sociais, de modo que os idioletos não oferecem base para gramáticas autônomas.

Ainda, é apresentada a afirmação de que a mudança linguística é transmitida dentro da comunidade. Essa mudança não está bem definida em etapas, pois ela não é discreta – mais uma vez utilizando o conceito apresentado por Faraco (2004). Conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006), rupturas nessa mudança são resultados de descontinuidades específicas.

Por fim, Weinreich, Labov e Herzog (2006) consideram que os fatores linguísticos e sociais estão inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Desse modo, os autores consideram que as explicações para a mudança que se limitem apenas ao aspecto social ou apenas à perspectiva linguística não serão bem-sucedidas. Para que haja uma explicação mais precisa da mudança, é necessário que os fatores linguísticos e sociais sejam observados.

Diante disso, é possível compreender que o arcabouço teórico desenvolvido no campo da Sociolinguística trouxe significativas contribuições para a compreensão e descrição das mudanças ocorridas na língua, inclusive no que se refere a discussões a respeito da norma linguística, conforme apresentado na próxima seção.

#### 2.4 A NORMA LINGUÍSTICA

A concepção de que as línguas são sistemas heterogêneos, de acordo com a proposta sociolinguística, possibilitou uma discussão mais produtiva no que diz respeito à norma linguística, pois, como observam Faraco e Zilles (2017, p. 34), cada falante adquire as características dialetais “normais” do grupo social com o qual ele interage. Essas características podem ser fonético-fonológicas, morfossintáticas, léxicos-semânticas ou discursivas e constituem um conjunto de traços próprios que diferenciam uma norma linguística de outras.

Todavia, o conceito de norma linguística teve seu início dentro dos estudos formalistas. Para Coelho, Monguilhott e Severo (2014, p. 51-52), o conceito de norma é complexo e tem-se modificado no decorrer dos anos. As autoras destacam pelo menos três concepções de norma linguística. A conceituação de E. Coseriu, na década de 1950, que encontra determina-



das insuficiências na dicotomia entre *langue* e de *parole* oferecida por Saussure e apresenta uma abstração intermediária, de acordo com Coelho, Monguilhott, Severo (2014, p.53), que seria “um modelo abstrato que se observa nas características normais, comuns e mais ou menos constantes à língua”.

São, ainda, apresentados os conceitos de norma no Brasil. Ataliba Castilho, na década de 1970, entende-a como hábitos da classe social prestigiada, isso em três aspectos: a “norma objetiva”, que seria o padrão real da classe de maior prestígio social e que se identifica como culta; a “norma subjetiva”, entendida como um padrão irreal que é esperado do falante diante de determinadas situações e, por fim, a “norma prescritiva”, difundida nas escolas e compreendida como a combinação das outras duas normas, tendo sobre si o ideal de perfeição (COELHO, MONGUILHOTT, SEVERO, 2014, p. 60).

O conceito de norma apresentado por Faraco (2008) rompe com os resquícios homogeneizantes ainda presentes nos dois conceitos anteriores e propõe quatro modelos de norma: a “norma padrão”, que seria um modelo abstrato extraído do uso real e com aspirações homogeneizantes; a “norma gramatical”, apresentada pelos gramáticos e menos rígida que a norma padrão; a “norma curta”, que se apresenta de forma estreita e purista, ligada à norma padrão e a “norma culta”, que é um conjunto de características da escrita ou da fala mais monitorada, habitualmente usada por falantes escolarizados (COELHO, MONGUILHOTT, SEVERO, 2014, p. 63).

Levando em consideração os conceitos apresentados por Coelho, Monguilhott e Severo (2014), é possível perceber que a proposta apresentada por Faraco (2008) busca abranger, de forma mais diversificada e contextualizada, o fenômeno da norma a partir de uma perspectiva da variação e mudança. Tomando essa discussão como referência, torna-se relevante pensar sobre o assunto da norma linguística.

#### **2.4.1 Diferentes normas linguísticas**

O termo “norma linguística” pode ser compreendido de formas diferentes. Conforme Faraco e Zilles (2017, p. 12), no que se refere aos estudos da linguagem verbal, “norma” possui um sentido geral e um sentido específico. No sentido geral, é equivalente à variedade linguística, isso é, cada variedade da língua, com os mesmos traços, utilizada numa comunidade de fala pode ser considerada uma norma. No sentido específico, porém, o termo é concernente a um conjunto de princípios que compõem o chamado “bom uso”, o que os autores apontam como uso socialmente prestigiado.

É possível dizer que o sentido específico de “norma” parte de um ideal purista, no qual há um modo “certo” de se utilizar a língua e que, qualquer outro uso diferente, estaria “errado”. No entanto, como observa Faraco (2008, p. 31): “nenhuma língua é uma realidade unitária e homogeneia”. Isso quer dizer que os idiomas possuem conjuntos de normas, cada uma dessas normas tem estrutura (gramática) própria. Desse modo, Faraco (2008, p. 36) postula que essa compreensão da heterogeneidade da língua e de que toda norma linguística possui estrutura própria deposita suspeição sobre a ideia de “erro”, haja vista que cada norma possui uma gramática e que os enunciados previstos em uma estrutura não poderiam ser avaliados pelos parâmetros de outra gramática.

Essas normas, embora distintas uma da outra, estão em contato. Nesse sentido, Faraco (2008, p. 42) afirma:

Não existe, em suma, norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos.

Isso seria reflexo, conforme Faraco (2008, p. 42), da complexidade social em que as próprias interações sociais entre grupos diferentes e seus membros promovem o contato de normas distintas. Esse cenário é acentuado, porque, de acordo com Faraco (2008, p.37), cada comunidade linguística possui várias normas, pois seus membros participam simultaneamente de redes sociais diversas.

A partir de todo esse contexto, é possível a constatação de que um falante pode dominar diferentes normas linguísticas, seja fazendo uso delas ou as compreendendo, ainda que não as utilize ativamente. Entretanto, Faraco (2008, p. 37) lembra que há grupos de falantes que não dominam, ou dominam de maneira precária, determinadas normas linguísticas. Nesse sentido, pode haver estigmatização de grupos ou de falantes que não dominem alguma norma em particular.

Segundo Faraco e Zilles (2017, p. 44), “é comum os falantes que estigmatizam determinadas variedades afirmarem que elas constituem formas erradas de falar a língua”. Essa atitude expõe a cultura linguística normativa, que enxerga uma variedade como aquela com a qual a língua se confunde. Em outras palavras, é razoável afirmar que a cultura normativa entende a língua como uma hierarquia em que uma variedade está no topo enquanto as outras são menos importantes ou vistas como “desvios” e “erros”.

Essa hierarquização da língua manifesta a hierarquização social, segundo Faraco e Zilles (2017, p. 49). Conforme os autores, os grupos que impõem essa estrutura hierárquica estão

em posição privilegiada do ponto de vista econômico, social e cultural. Assim, aqueles que estão em grupos sociais dominantes confundem sua variedade com a própria língua. Isso pode revelar, a partir do senso comum, uma compreensão dúbia a respeito da norma, haja vista que, de acordo com Faraco (2008, p. 21-29), termos como “norma culta”, “norma-padrão” e “norma gramatical” são utilizados, por vezes, para o mesmo fenômeno, inclusive como modo de disfarçar a cultura normativa, dando ares de renovação e modernidade a ela. Com isso, é possível que o conceito de norma seja compreendido apenas em seu sentido específico, dificultando reflexão do tema em seu sentido geral, pois Faraco e Zilles (2017, p. 47) afirmam que essa noção, baseada no senso comum, possui dificuldades em compreender a heterogeneidade da língua por ser orientada pela ideologia da “norma-padrão”.

Diante disso, torna-se necessária uma definição mais precisa dos fenômenos que constituem a discussão a respeito da norma e sua diferenciação, a fim de que seja elucidada a natureza heterogênea da língua e seu funcionamento enquanto sistema constituído por diferentes normas, ou conjunto de normas. Assim, Faraco (2008) propõe quatro modelos de norma.

#### **2.4.2 Quatro modelos de norma**

Conforme já exposto, parece haver uma confusão no que se refere às terminologias empregadas na definição de fenômenos relacionados à norma linguística. Todavia, há de se destacar que cada uma dessas terminologias aponta para fenômenos distintos e que precisam ser definidos com maior precisão, a fim de não mais encobrir, de acordo com Faraco (2008, p. 28), os problemas desafiadores, tanto na compreensão da realidade linguística quanto no ensino de português.

##### *2.4.2.1 Norma culta*

Por entender que “norma culta” tem sido utilizada com imprecisão, sendo inclusive confundida com outros modelos de norma, Faraco (2008) parte desse conceito na tentativa de fornecer maior exatidão a ele. O autor observa (p.22) que “norma culta”, no uso comum, recebe pelo menos três sentidos diferentes. O primeiro seria em substituição ao termo “gramática”, levando em consideração as críticas feitas à gramática tradicional no âmbito universitário. O discurso pedagógico teria absorvido essas críticas, passando a condenar na totalidade o ensino de gramática. Desse modo, para Faraco (2008, p.23):

A expressão *norma culta* caiu como uma luva. Não era uma expressão desgastada (porque era até então de uso restrito) e vinha do discurso científico (o que lhe garantia *pedigree*). Passou a ser usada, então, em substituição ao termo *gramática*.

O segundo sentido dado pelo uso comum ao termo “norma culta” teria surgido da tentativa de renovar velhos preceitos conservadores. Nesse contexto, alguns compreenderam que as críticas à gramática tradicional visavam a abandonar os preceitos normativos e, então, passaram a utilizar o termo “norma culta” para, segundo Faraco (2008, p. 25), “reiterar os mesmos velhos e dogmáticos preceitos.

O terceiro sentido que “norma culta” teria recebido é de equivalente à expressão escrita, ou seja, confunde-se “norma culta” com a variedade esperada em uma situação formal de escrita. De acordo com Faraco (2008, p.26), existem dois gestos reducionistas nessa perspectiva: “Primeiro, toma-se a parte pelo todo; segundo, limita-se a prática social da escrita a alguns de seus gêneros”. Para o autor, a expressão escrita pode envolver outras variedades além da norma culta, a depender do gênero textual.

À vista disso, Faraco (2008, p. 43) reconhece que não é simples conceituar “norma culta”. Entretanto, apoiando-se em outros estudiosos, como Bortoni-Riardo (2005) e Preti (1997), o autor observa que pesquisas sociolinguísticas demonstraram que os dados de informantes considerados cultos em situação monitorada de fala possuem pouca distinção da “linguagem urbana comum”. Essa linguagem urbana comum seriam variedades ligadas aos movimentos de urbanização do Brasil nas últimas décadas. Essas variedades são dominantes nos meios de comunicação e exercem força centralizadora. De acordo com Faraco (2008, p. 45 [Sic.]): “Trazem para mais perto de si as variedades rurais e rurbanas faladas pelas populações que, por força do intenso êxodo rural das últimas décadas, se tornaram urbanas só mais recentemente”.

Embora não seja uniforme ou homogênea, a linguagem urbana comum possui peculiaridades que, segundo Faraco (2008, p. 47-50), são reportadas pela tradição gramatical como “erros comuns”. Essas características estariam, por exemplo, o uso de “ele” como objeto direto. O autor ainda destaca que há distinção entre a norma culta falada e a norma culta escrita, apresentando como exemplo a uso, na escrita, de pronomes oblíquos de terceira pessoa, enquanto na oralidade eles quase não são usados.

Assim, Faraco (2008, p. 47) afirma:

Em suma, é esta linguagem urbana comum que baliza de fato o falar culto (o que se poderia chamar tecnicamente de *norma culta falada*) e, ao mesmo tempo, tem poderoso efeito homogeneizante sobre as variedades do chamado português popular brasileiro.

#### 2.4.2.2 Norma-padrão

A norma-padrão, como o próprio nome sugere, seria uma tentativa de homogeneizar a língua, ou seja, padronizá-la. Faraco (2008, p. 72-73) informa que na Europa, durante o século XV, buscava-se a unificação linguística, haja vista a diversidade de línguas decorrente do caráter fragmentário da sociedade feudal. Dessa forma, foram instituídos instrumentos normativos, como gramáticas, padronizar a língua dos Estados Centrais Modernos.

Esses instrumentos não refletem necessariamente o uso real da língua, mas procuram prescrever o padrão pelo qual o uso da língua deve ser balizado. Dessa maneira, Faraco (2008, p. 73) diz que “a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística”. Assim, conforme o autor, os instrumentos normativos foram vistos como reguladores do comportamento, inclusive sendo esperado que os usos da língua se conformassem a eles.

No tangente ao Brasil, o modelo abstrato de língua adotado pelos instrumentos normativos, no século XIX, não foi a norma culta brasileira. Conforme Faraco (2008, p. 78), a elite letrada brasileira teria tomado como padrão de língua um modelo lusitano do romantismo. Segundo o autor, isso se deve ao fato de essa elite letrada aspirar a um Brasil de características europeias.

Dessa maneira, o projeto da norma-padrão no Brasil teria como objetivo principal, unificar a língua e condenar as variedades do português popular. Para Faraco (2008, p. 80):

Se no século XVIII, com o *Diretório dos índios*, se buscou implantar uma política que visava calar as línguas indígenas, em especial a chamada língua geral, no século XIX, a intenção era calar as variedades rurais e (progressivamente) rurbanas. Nesse afã, os formuladores e defensores da norma padrão se opuseram com igual furor às características das variedades populares e às das variedades cultas faladas aqui. O excessivo artificialismo do padrão que estipularam impediu, porém, que ele se estabelecesse efetivamente entre nós.

Diante disso, Faraco (2008, p. 80), considera que o projeto de padronização da língua fracassou no Brasil, embora ainda seja motivo de preocupação “na mão dos pseudopuristas”.

#### 2.4.2.3 Norma gramatical

Os instrumentos normativos do século XIX não foram suficientes para ditar os usos linguísticos no Brasil. Desenvolveram-se no país variedades às quais se pode chamar de linguagem urbana comum, que se assemelham a variedade dos falantes cultos em situação monitorada de fala. Faraco (2008, p. 80-81), considerando que há uma grande distância entre a

norma-padrão e a norma culta, apresenta o conceito de norma gramatical.

A norma gramatical seria, conforme Faraco (2008, p. 80-82), uma abertura dos instrumentos normativos às variedades urbanas expressas na literatura contemporânea. Segundo o autor, os bons gramáticos e dicionaristas desde a segunda metade do século XX já não defendem com rigidez os preceitos abstratos da norma-padrão. Dessa forma, os manuais passam a considerar também a norma culta, embora não sejam propriamente descrições dela.

Assim, é possível definir a norma gramatical como um instrumento que não determina o padrão da língua, mas apresenta possibilidades às regras gramaticais a partir do uso real das variedades brasileiras urbanas do português.

#### 2.4.2.4 Norma curta

Embora os bons instrumentos como gramáticas e dicionários tenham demonstrado postura mais flexível em relação à norma-padrão, ainda há aqueles que se mantêm com posicionamento austero em relação a ela. Essa afeição à norma abstrata pode inclusive tomar contornos dogmáticos. De acordo com Faraco (2008, p. 92), essa postura intransigente tem dominado o ambiente escolar, a mídia, editoras e bancas de concurso público. Segundo o autor, essa é uma norma estreita que pode ser chamada de “norma curta”.

Norma curta é uma terminologia empregada por Faraco (2008) para ironizar o uso infundado de regras abstratas e restritivas confundidas com a língua. Conforme o autor (p.92): “Trata-se de um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos”.

Para Faraco (2008, p. 92), a norma curta se baseia na cultura do erro e é prejudicial para o estudo adequado da norma culta. Ela seria uma espécie de redução da norma-padrão que buscaria a “pureza” da língua. Entretanto, ao tentar resgatar preceitos normativos do século XIX acaba por confundir regras abstratas com a língua. Isso impediria uma reflexão, por parte de seus defensores, sobre conceitos mais precisos de norma linguística.

A norma curta seria, então, uma tentativa de homogeneização da língua, distorcendo os conceitos de norma e excluindo os falantes que não a dominam. Faraco (2008, p. 92) afirma que ela desrespeita os estudos linguísticos e atrapalha o desenvolvimento de projetos educacionais.

Diante de tudo isso, é possível perceber que a compreensão adequada a respeito da norma linguística ajuda a entender que ela não se trata de postulados rígidos, mas apresenta um cenário no qual as línguas são heterogêneas e dinâmicas. Dessa forma, a língua não está

presa a critérios abstratos, mas os instrumentos normativos devem se basear no seu uso real a fim de que o funcionamento do idioma seja compreendido com precisão pelos falantes.

Assim, esses pressupostos corroboram para o objetivo desta pesquisa, haja vista que as versões da Bíblia aqui analisadas, A Bíblia Viva (BV), Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH) e Nova Almeida Atualizada (NAA), tendem a adotar normas linguísticas distintas, a depender do propósito de publicação, e possivelmente apresentar rearranjos gramaticais que ocorrem em diferentes normas do português, pela entrada das formas pronominais inovadoras *você*, *vocês* e *a gente*. Ligado a isso, tratando-se a Bíblia de um texto sensível (Cf. 4.2), e teoricamente mais resistente a mudanças, o conceito de norma, em seu sentido geral, auxiliará na análise dos dados coletados a fim de responder às questões desta pesquisa.

### 3 UMA BREVE HISTÓRIA DA BÍBLIA

Com a minha própria mão escrevo isto: Saudações de Paulo. É assim que assino todas as minhas cartas; é assim que escrevo.

2 Tessalonicenses 3.17, NTLH

É possível dizer que as crenças e tradições cristãs ajudaram a moldar a cultura e os costumes do ocidente. A organização do tempo, festas anuais, o comportamento religioso e até princípios econômicos e jurídicos sofreram influência do Cristianismo no decorrer da história. É provável que o ponto de partida para a expansão cristã tenha sido o Edito de Milão, assinado no século IV pelo imperador romano Constantino I (272 d.C.- 337 d.C.). O Edito trouxe à religião cristã legalidade oficial, encerrando o período de perseguição religiosa e concedendo ao Cristianismo um importante prestígio, haja vista que o próprio imperador declarou-se cristão.

O Cristianismo, por sua vez, tem sua origem no Judaísmo, a religião do povo hebreu. As doutrinas judaicas baseiam-se em diversos escritos, entre eles os de Moisés, os Salmos, os livros históricos e dos profetas, conhecidos na atualidade ocidental como o Antigo Testamento (AT). A ele o Cristianismo somou os evangelhos e as cartas dos apóstolos de Jesus no compêndio denominado de Novo Testamento (NT). A compilação dos livros que formam o Antigo e o Novo Testamento resultou na Bíblia, livro sagrado para o Cristianismo.

Considerando que o presente estudo toma versões da Bíblia para compor seu *corpus*, faz-se necessária sua contextualização para que seja alcançada a compreensão dos fatos que levaram o texto sagrado dos cristãos à forma constatada nas três versões em tela, a saber, A Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada. Dessa forma é feita, na sequência, a apresentação da estrutura e do percurso histórico da Bíblia até a atualidade, tomando como orientação Comfort (1998); Geisler e Nix (2006); Giraldo (2008); Teixeira e Zimmer (2014); Zimmer e Teixeira (2014); Scholz e Zimmer (2014); Scholz (2014); Raupp (2015) e Won (2020).

#### 3.1 A COMPOSIÇÃO DA BÍBLIA?

Como já exposto anteriormente, a Bíblia é o livro sagrado do Cristianismo e para os cristãos ela seria a palavra do próprio Deus. Conforme Geisler e Nix (2006, p. 05), o nome



Bíblia vem do grego *biblos*, que significa “livro” e designava uma casca de papiro. Essa palavra chegou às atuais línguas vernáculas por meio do francês *Bible*. Ainda de acordo com os autores, a nomenclatura grega passou a ser usada pelos cristãos já nos primeiros séculos da Era Cristã para designar os escritos sagrados. Scholz e Zimmer (2014, p. 08) atribuem a Orígenes (185 d.C.- 253 d.C.) o primeiro uso de *biblos* ainda no ano de 250 d.C. para mencionar o Novo Testamento.

Para a tradição cristã, a Bíblia foi escrita por cerca de 40 pessoas diferentes em um intervalo temporal calculado em 1.500 anos entre o primeiro livro escrito, possivelmente Jó (1.400 a.C.), e o último componente da coletânea, que seria Apocalipse (90 d.C.). Embora tenha sido escrita por homens, segundo os cristãos, a Bíblia foi “inspirada (ou soprada) por Deus”, conduzindo os escritores, por meio de uma iluminação especial, a escreverem exatamente o que Deus falava. Assim, ele revelaria sua mensagem em línguas humanas.

### 3.1.1As línguas originais da Bíblia

Por ter sua origem no seio do povo hebreu, naturalmente a primeira língua a ser empregada na escrita da Bíblia teria sido o hebraico, língua semítica falada pelos judeus na antiga região da Palestina. Embora o processo de escrita tenha se desenvolvido a partir de pictogramas, conforme Geisler e Nix (2006, p. 127), o hebraico é a língua original predominante na escrita do Antigo Testamento.

Em alguns poucos trechos do AT, em especial no livro de Ester e no livro de Daniel, foi empregada a escrita siríaca ou aramaica. O aramaico era, assim como o hebraico, uma língua semítica. Porém, diferente de sua língua irmã, o aramaico era amplamente difundido e utilizado como língua franca no Oriente Próximo, como afirmam Geisler e Nix (2006, p.125): “Durante o século IV a.C., o aramaico se tornou língua geral de todo o Oriente Próximo”. Além disso, para os autores, a língua dos sírios ainda exerceu interferência sobre diversos topônimos descritos no Antigo Testamento.

O Novo Testamento, por seu turno, foi todo escrito em grego. No entanto, a variedade empregada nos escritos bíblicos foi o chamado grego *coiné*, um *pidgin* de base grega e amplamente difundido no reino dividido de Alexandre Magno (356 a.C.- 323 a.C.). De acordo com Geisler e Nix (2006, p. 126), essa língua era falada em todo o mundo conhecido durante o século I a.C..

Geisler e Nix (2016, p. 126) ainda observam que, mesmo com o emprego da língua grega na produção do Novo Testamento, há marcas características das línguas semíticas pre-

sentes no texto, como expressões idiomáticas traduzidas. Essa informação é significativa, pois, ainda que os registros dos apóstolos tenham sido em grego, sua língua materna era o aramaico, haja vista que o hebraico estava em desuso desde o século IV a.C.. Considerando isso, compreende-se que a escolha de produzir o Novo Testamento em grego *coine* se deve às características dessa variedade. Malgrado fosse mais simples que o grego clássico, Scholz (2014, p. 43) afirma que o *coine* “permitia a escrita de textos bem elaborados”. Além disso, há de se considerar que o emprego de uma língua franca utilizada em todo o mundo conhecido ampliaria o alcance da mensagem cristã e contribuiria para sua expansão, como aconteceu de fato nos séculos posteriores.

Posto isso, é possível compreender que as línguas nas quais a Bíblia foi escrita originalmente são três: hebraico, aramaico e grego. O uso dessas línguas nos contextos sociais que as envolvem torna-se um fator importante para leitura dos textos pelos cristãos de regiões diversas, e que falavam idiomas variados, o que favoreceu a ideia da formação de um cânon bíblico.

### 3.1.2 O cânon da Bíblia

A palavra “cânon” ou “cânone” é proveniente do grego *kanon*, que, segundo Geisler e Nix (2006, p. 61) possui origem no hebraico *kaneh*. Trata-se de um nome genérico dado a caniços longos e de caule reto. Por essas características, a palavra passou a ser utilizada para diversas finalidades expressivas. Zimmer e Teixeira (2014, p. 20) dizem:

Assim, além de planta, *kanon* começou a referir-se à cana como um dos primeiros instrumentos de medida e, dessa maneira, veio a designar a “cana de medida”. Quase na mesma época, *kanon* também designou um instrumento de alisar ou nivelar, similar à hodierna “régua de pedreiro”. Depois, figuradamente, passou a significar “aquilo que regula, julga, ou serve como norma ou modelo para outras coisas”.

Entretanto, a primeira vez que o termo foi utilizado em alusão às escrituras cristãs, segundo Zimmer e Teixeira (2014, p. 21), teria sido por Atanásio de Alexandria (296 d.C.-373 d.C.) em 352 d.C. no Concílio de Niceia.

À vista disso e considerando toda a produção religiosa, tanto no Judaísmo antigo quanto no primeiro século do Cristianismo, fazia-se necessário, na perspectiva cristã, definir um padrão para distinguir o que seria escrita “inspirada por Deus” daquilo que fosse apenas “literatura comum”. Nesse ensejo, Geisler e Nix (2006, p. 63-64) apresentam duas concepções para o cânon bíblico, os quais seriam o “ativo”, pelo qual a Bíblia seria o próprio cânon ou

padrão de todas as coisas e o “passivo”, pelo qual um escrito seria medido a fim de compor a Bíblia.

Dessa forma, durante a história do Cristianismo, foram apresentadas diversas propostas de configuração canônica da Bíblia. No Brasil, os desenhos canônicos mais comuns são dois, quais sejam o católico romano e o protestante. No entanto, Zimmer e Teixeira (2014, p. 21) afirmam haver grande variedade de cânones pelo mundo. De acordo com os autores, apenas no bloco das igrejas ortodoxas há, ao menos, cinco propostas diferentes de cânon bíblico: Cânon Luciânico, Cânon Copta, Cânon Esloveno Antigo, Cânon Georgiano Antigo e Cânon Armênio Clássico. As diferenças concentram-se no número de livros do Novo Testamento, principalmente em relação às cartas dos apóstolos Pedro e João.

### 3.1.2.1 O cânon do Antigo Testamento

Em sua apresentação do tema, Geisler e Nix (2006) dividem em duas etapas as discussões a respeito da formação do cânon. Num primeiro momento abordam a constituição canônica do Antigo Testamento (p. 73-98) e, depois, a formação do Novo Testamento (p. 99-122). No entanto, introduzem a exposição com os critérios usados pelas igrejas cristãs para determinar a canonicidade de um livro. Conforme os autores, para que fosse confirmada a “inspiração divina” de um escrito, ele deveria possuir autoridade, ou seja, ele precisaria reivindicar de alguma forma que sua mensagem vinha da parte de Deus; deveria ter sido escrito por alguém de notória reputação religiosa; necessitaria ser digno de confiança por parte dos leitores; também teria de conter dinamismo intrínseco para “transformar vidas” e, ainda, careceria de aceitação por parte das pessoas para as quais o escrito fora destinado.

Esses critérios, porém, não foram suficientes para impedir que impasses ocorressem a respeito do rol de livros que deveriam compor a Bíblia. Dessa forma, Geisler e Nix (2006, p. 76-98) apresentam dois entendimentos distintos por parte das igrejas cristãs sobre a abrangência do cânon do Antigo Testamento. O primeiro posicionamento toma como referência o cânon hebreu. De acordo com os autores, 22 livros compunham esse rol, eles abrangem três categorias de escritos, a Lei (*Torá*), compreendendo cinco livros de Moisés (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) e os profetas (*Neviim*), produções religiosas, desde o livro de Josué até o livro de Malaquias, que foram coligadas e preservadas. Livros como Jó, Salmos, Provérbios e Ester eram colocados entre os Escritos (*Khetuvim*), com alguns flutuando em sua classificação, como o livro dos Salmos, por vezes elencado entre os livros dos profetas. Essa divisão, conforme Zimmer e Teixeira (2014, p. 26), aparece na Bíblia Hebraica

Stuttgartensia sob o anagrama “*TaNaKH*”. Esse entendimento de abrangência ainda é adotado nas versões protestantes, que se utilizam da divisão judaica do Antigo Testamento e separam em diferentes volumes alguns escritos da Bíblia Hebraica, alcançando, dessa forma, 39 livros para a primeira parte da Bíblia cristã.

O segundo entendimento a respeito da abrangência canônica do Antigo Testamento apresenta, além da Lei, dos Profetas e dos Escritos, livros produzidos no período posterior aos escritos de Malaquias, que compreenderia uma janela entre os anos 400 a.C. e 50 d.C.. Nessa categoria, segundo Geisler e Nix (2006, p. 91), há em torno de 15 livros chamados de “apócrifos”, entre eles se destacam sete: Tobias, Judite, 1º Macabeus, 2º Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico e Baruque. Embora não fizessem parte do cânon hebraico, esses sete livros constam em diversas cópias e tradução antigas da Bíblia, como a Septuaginta (Cf. 3.3.1), a Vulgata Latina (Cf. 3.3.6) e, inclusive, são encontrados na tradução da Bíblia feita por Martinho Lutero (Cf. 3.3.8) para o alemão. Dessa forma, parte das igrejas cristãs, como no caso das igrejas ortodoxas, aceita a canonicidade desses sete livros, ainda que sejam do período posterior a Malaquias, por isso lhes classificam como “deuterocanônicos (Cânon secundário)”, pois só foram arrolados à Bíblia posteriormente, a exemplo da Igreja Católica Apostólica Romana, que os inseriu definitivamente em seu cânon durante Concílio de Trento, em 1545.

As divergências em relação ao cânon do Antigo Testamento não cessam com os distintos entendimentos sobre sua abrangência, além disso, há livros que compõem o rol hebraico cuja “inspiração divina” é discutida pelas igrejas cristãs. Aparentemente, os livros da Lei (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), não sofrem oposição por parte de qualquer seguimento do Judaísmo ou do Cristianismo. Todavia, algumas produções literárias judaicas, incluindo as dos grupos dos Profetas e dos Escritos são alvo de resistência e dúvidas quanto à sua autenticidade.

Considerando esse cenário, Geisler e Nix (2006, p. 85) afirmam que foi desenvolvida uma terminologia para classificar os livros aceitos ou evitados nos diferentes cânones. Essa classificação possibilita melhor compreensão das configurações canônicas existentes nos variados ramos do Cristianismo. Ela divide os esses livros em quatro categorias, a saber, *homologoumena*, *pseudepígrafos*, *antilegomena* e *apócrifos*.

Os *homologoumena* seriam os livros do Antigo Testamento aceitos em todos os cânones, sejam eles judeus ou cristãos. De acordo com Geisler e Nix (2006, p. 85), que tomam como referência a divisão cristã do AT, dos 39 livros, 34 não sofrem objeção por parte de qualquer dos cânones conhecidos.

Ao contrário dos *homologoumena*, os livros classificados como *pseudepígrafos* seri-

am aqueles rejeitados por todos os cânones. Por não corresponderem aos critérios de canonicidades mencionados anteriormente, esses volumes deveriam ser considerados “falsos escritos” ou “literatura comum”. Por apresentarem propriedades diversas, os pseudepígrafos receberam uma subclassificação, conforme Geisler e Nix (2006, p. 87): os “lendários”, a exemplo de O livro do Jubileu e O martírio de Isaías; os “apocalípticos”, assim como 1º Enoque e O oráculo sibilino; Os “didáticos”, como 3º Macabeus e A história de Aicar; os “poéticos”, exemplificados por Salmos de Salomão e o Salmo 151; por fim, os “históricos”, representados por fragmentos de uma obra de Sodeque. Esses escritos, segundo os autores, somam 14 obras.

Os *antilegomena* seriam as obras contestadas por alguns. Elas somam cinco livros, de acordo com Geisler e Nix (2006, p. 88), são eles Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Ester, Ezequiel e Provérbios. Segundo os autores, esses livros fizeram parte outrora do cânon hebraico, mas por controvérsias de ordem teológica alguns mestres judeus passaram a questionar a sua autoridade, iniciando discussões que sempre têm reaparecido no decorrer da história. Os argumentos apresentados para a não aceitação dessas produções por aqueles que as rejeitam são diversos. O livro de Cântico dos Cânticos é acusado de possuir conteúdo sexual e, por essa razão, não seria “puro” para integrar o cânon. O livro de Eclesiastes, por sua vez, apresentaria reflexões céticas a respeito da vida. No caso do livro de Ester, a alegação apresentada é de que ele não faz qualquer menção ao nome de Deus. Ezequiel sofreria resistência por, aparentemente, não estar em harmonia com os livros da Lei e Provérbios seria rejeitado por conter possíveis contradições internas.

E, mesmo que a tradição hebraica já os tenha colocado de volta em seu rol canônico, por entender que as objeções feitas a esses livros não são graves, segundo Geisler e Nix (2006, p. 88), ainda há alguns rabis que se opõem a eles, fazendo com que sejam classificados como *antilegomena*.

A última categoria é a dos livros *apócrifos*, aquelas obras aceitas por uma parte dos religiosos. De acordo com Won (2020, p. 63), “apócrifo” é proveniente da palavra grega *apokryphon*, que tem o sentido de “oculto”, ou seja, seriam livros de autoridade não comprovada. Como já dito, conforme Geisler e Nix (2006, p. 91), seriam cerca de 15 os livros que compõem esse grupo. Vale ressaltar que, deles, sete volumes são aceitos pelo bloco das igrejas ortodoxas e pela Igreja Católica Apostólica Romana como canônicos e, por isso, elas os classificam como *deuterocanônicos*, não como *apócrifos*, pois fariam parte de um cânon posterior. Por serem aceitos pelos católicos romanos e ortodoxos e rejeitados por judeus e protestantes, esses livros recebem a classificação de *apócrifos/deuterocanônicos*.

Dessa maneira, é possível observar que a configuração do Antigo Testamento possui

caráter variável, a depender da tradição judaica ou cristã que o adote, e que essa variação se dá principalmente em dois aspectos: na abrangência, as discussões se concentram em relação à canonicidade das obras escritas após o livro de Malaquias e na extensão, os debates se dão especialmente em torno de livros específicos classificados em quatro grupos de acordo com sua aceitação.

### *3.1.2.2 O cânon do Novo Testamento*

A formação do cânon do Novo Testamento, por sua vez, é um processo diferente e, de certa forma, ainda mais complexo que o procedimento utilizado para estabelecer o cânon do AT. Isso se deve especialmente a dois fatores, o primeiro é de que o cristianismo não teria se limitado ao território da antiga Palestina, mas alcançou regiões mais distantes do Império Romano. Geisler e Nix (2006, p. 99) afirmam:

O cristianismo foi desde o começo religião internacional, não havia comunidade profética fechada que recebesse os livros inspirados e os coligisse em determinado lugar. Faziam-se coleções aqui e ali, que se iam completando, logo no início da igreja; não há notícias, todavia, da existência oficial de uma entidade que controlasse os inscritos inspirados.

Diferentemente do AT, os escritos iniciais do Cristianismo não possuíam uma compilação uniforme, o que resultou em coleções diversas de livros e cartas distribuídas em várias localidades do território dominado por Roma. Muitas dessas coleções eram particulares e até secretas, haja vista que a religião cristã era considerada ilegal no século I. Isso teria dificultado o conhecimento e, por conseguinte, o reconhecimento de todos esses documentos pelas comunidades cristãs existentes, pois, conforme Zimmer e Teixeira (2014, p. 32), “Por volta do ano 97 d.C., todos os 27 livros reconhecidos como canônicos por católicos romanos e protestantes já haviam sido escritos”, porém, ainda conforme os autores, a maior parte das igrejas só teria conhecido um bom número dos escritos apenas no segundo século.

O segundo fator de complexidade na formação do cânon do Novo Testamento teria sido a quantidade de obras existentes nos primeiros séculos. Para Geisler e Nix (2006, p. 100) havia inúmeros livros em circulação e se tornava necessário saber quais deveriam ser utilizados como fundamentação doutrinária. Dessa maneira, os autores apresentam três motivos pelos quais se fazia necessária a definição de um cânon para os escritos, seriam eles o “eclesiológico”, que buscava definir os livros a serem lidos nas cerimônias religiosas; o “teológico”, que deveria delimitar os ensinamentos dos apóstolos e o “político”, pois, conforme os autores,

o imperador Constantino I teria encomendado a Eusébio de Cesareia (265 d.C.- 339 d.C.) a preparação de exemplares da Bíblia.

Considerando esses motivos, os líderes cristãos dos primeiros séculos teriam buscado reconhecer uma lista definida para o cânon do que ficaria conhecido como Novo Testamento. Importante ressaltar que, conforme se tem conhecimento, a Bíblia Hebraica era plenamente aceita pelos cristãos como “divinamente inspirada” e que esse novo rol canônico seria uma continuação ou complementação daquele cânon judaico tomado como referência pelos escritores cristãos. Inclusive as referências feitas pelos apóstolos a livros do Antigo Testamento teria sido um fator determinante para o recebimento do cânon hebreu pelos cristãos.

À vista disso, seriam necessários determinados critérios, a exemplo do Antigo Testamento, para que se reconheçam os livros a comporem o cânon do NT. Nesse sentido, Won (2020, p. 79) aponta três critérios, os quais seriam “ortodoxia”, ou seja, os escritos deveriam ser conformados aos ensinamentos apostólicos; “apostolicidade”, isso quer dizer que o autor dos escritos deveria ser um apóstolo ou alguém próximo a ele e “catolicidade”, significa dizer que as igrejas deveriam reconhecer sua autoridade e que os lessem em suas cerimônias. Esses critérios são similares aos apresentados por Geisler e Nix (2006, p. 66-70) quando procuram demonstrar a formação do cânon nos primeiros séculos da igreja cristã, para estes autores a “seleção de livros fidedignos”, a “leitura de livros autorizados” e a “circulação e a compilação de livros” seriam evidências da formação canônica do Novo Testamento.

Os livros que compõem o rol do Novo Testamento teriam sido aprovados por esses crivos. No entanto, o número de 27 escritos que aparecem no cânon ocidental (católicos romanos e protestantes) não foi unanimidade entre os cristãos. Ao desenvolverem o tema, Zimmer e Teixeira (2014, p. 22) relatam que a Igreja Siríaca possui um Novo Testamento com 22 livros, pois não inclui em seu cânon 2ª Pedro, 2ª e 3ª João, Judas e Apocalipse. Além disso, os autores dizem que os livros de Hebreus e Tiago também foram alvo de contestação por determinadas confissões cristãs. O que parece ter levado uma parte do Cristianismo a aceitar o rol com 27 livros teria sido a recorrência que esses escritos tiveram em traduções antigas, seu uso litúrgico por várias comunidades e sua presença em listas possivelmente feitas por líderes cristãos do século II.

A lista canônica mais antiga de que se tem conhecimento teria sido feita por Marcião de Sinope (85 d.C.- 160 d.C.), por volta de 140 d.C.. Nessa lista, ele teria excluído os evangelhos, com exceção de Lucas; as cartas de Paulo a Timóteo e a Tito e todas as chamadas “cartas católicas”, a saber, Hebreus, Tiago, 1ª Pedro, 2ª Pedro, 1ª João, 2ª João, 3ª João, Judas e Apocalipse. Todavia essa proposta não teria credibilidade entre as diversas comunidades, pois

Marcião era acusado de heresia.

É possível que a lista canônica proposta por Marcião de Sinope, embora não fosse bem recebida, tenha servido de inspiração para o desenvolvimento de outras listas, como a encontrada no fragmento muratório datada do ano 170 d.C., conhecida como cânon muratório. Nessa lista, os únicos livros excluídos são Hebreus, Tiago e as duas cartas de Pedro. Ainda conforme Won (2020, p. 77), os evangelhos de Mateus e Marcos não aparecem nessa lista, mas diz que parte dessa lista se perdeu. Isso deixaria margem para que se acredite que esses evangelhos estivessem na listagem muratória.

Posteriormente, foram apresentados os cânones barocócio, em 206 d.C e o apostólico, em 300 d.C.. Nessas duas listagens aparecem 26 livros, a única exclusão é a do livro de Apocalipse de João. Essas listas aproximam-se da proposta de Eusébio de Cesareia (265 d.C.- 339 d.C.), de 340 d.C., que, de acordo com Geisler e Nix (2006, p. 108), rejeitou definitivamente Apocalipse de João e classificou como “questionadas por alguns” a carta a Tiago, as duas cartas de Pedro, 2ª João e 3ª João. Entretanto, Won (2020, p. 78-79) afirma:

À época em que Eusébio escreve, o Evangelhos, Atos, as 13 cartas de Paulo, 1Pedro e 1João eram universalmente aceitos nas igrejas. Ao longo do século seguinte, os demais livros contestados foram sendo aceitos e ratificados nos sucessivos concílios ecumênicos.

Atanásio de Alexandria (296 d.C.- 373 d.C.) apresenta sua versão do cânon do Novo Testamento por volta de 367 d.C. e é o primeiro a listar os 27 livros do cânon ocidental. A lista de Atanásio, conforme Geisler e Nix (2006, p. 109), teria sido endossada por Jerônimo (347 d.C.- 420 d.C.) e por Agostinho de Hipona (354 d.C.- 430 d.C.). Isso confirmaria a progressiva aceitação, por parte dos cristãos ocidentais, daqueles escritos outrora objetos de dúvidas e de contestações, assim como apontado por Won (2020, p. 78-79).

Dessa maneira, é possível entender que, da lista de 27 livros, cinco ou sete deles teriam sido alvos de objeção. Geisler e Nix (2006, p. 111) afirmam que 20 foram recebidos por todas as tradições cristãs; Zimmer e Teixeira (2014, p. 33), em contrapartida, entendem que 22 escritos seriam unânimes entre as diversas confissões. Há de se ressaltar, no entanto, que em relação a essa lista canônica ocidental, com 27 volumes, não existiriam apenas aqueles contestados, mas orbitavam em torno dela diversas obras citada por alguns e rejeitadas por outros, a exemplo do livro chamado “O pastor de Hermas” (outras vezes, apenas “O pastor”), que parece ter desfrutado de forte prestígio por parte de líderes cristãos do século II.

Essas divergências levaram a serem aplicadas ao cânon do Novo Testamento as mesmas classificações que foram dadas aos escritos quando da definição canônica do Anti-



go Testamento. Os escritos foram separados mais uma vez em quatro grupos: *homologoumena*, *pseudepígrafos*, *antilegomena* e *apócrifos*.

Os *homologoumena* (aceitos por todos) seriam aqueles livros do Novo Testamento recebidos pelas tradições cristãs sem que houvesse contra eles fortes contestações. Como já mencionado, alguns pesquisadores compreendem ser 20 o número desses livros, porque sobre Hebreus e 1ª Pedro teriam recaído oposições. Outros, porém, concordam que seria 22 o total, como Zimmer e Teixeira (2014, p.33), que têm seu posicionamento corroborado pela argumentação de Won (2020, p. 75): “Entretanto, já sabemos por outras fontes que as cartas de 1Pedro e Hebreus já eram aceitas nas igrejas do mundo mediterrâneo nessa época [segunda metade do século II]”.

Os *pseudepígrafos* (rejeitados por todos) possuem um elevado número, chegando a cerca de 300. A maior parte deles teria sido rejeitada por endossar ensinamentos rechaçados como heresia nos concílios ecumênicos, por possuir narrativas consideradas fantasiosas pelos líderes cristãos ou por serem avaliados como falsificações. Geisler e Nix (2006, p. 112-114) elencam alguns *pseudepígrafos* considerados de maior relevância, separando-os por características composicionais da seguinte maneira: os evangelhos, entre os quais estariam Evangelho de Tomé, Evangelho dos ebionitas, Evangelho de Pedro, Proto-Evangelho de Tiago, Evangelho dos egípcios, Evangelho arábico da infância e o Evangelho dos doze.

Na segunda secção, Geisler e Nix (2006, p. 113) listam exemplos de alguns livros de “atos”, seriam eles Atos de Pedro, Atos de João, Atos de Tomé, Atos de Paulo, Atos de Matias, Atos de Filipe e Atos de Tadeu. As epístolas aparecem em seguida, tendo como exemplos Carta perdida aos coríntios e Carta de Paulo aos laodicenses. Ainda há os escritos apocalípticos representados por Apocalipse de Pedro, Apocalipse de Paulo, Apocalipse de Tomé, Apocalipse de Estevão, Segundo apocalipse de Tiago, Apocalipse de Messos e Apocalipse de Dositheu. Os autores ainda citam a três obras descobertas em meados do século XX no Egito, elas seriam de origem copta e possuiriam conteúdo acusado de heresia pelos concílios ecumênicos das igrejas cristãs.

Tomando como referência os 27 livros do cânon ocidental, aqueles classificados com *antilegomena* (questionados por alguns) seriam Tiago, 2ª Pedro, 2ª João, 3ª João, Judas e Apocalipse. Há controvérsias sobre a classificação da carta aos Hebreus, pois sua autoria nunca foi determinada com precisão, o que dificultaria sua entrada no cânon, embora alguns acreditem que ela teria sido escrita por Paulo ou Barnabé. Apesar disso, as igrejas ocidentais teriam aceitado a “apostolicidade” dessa carta baseando-se em seu conteúdo. Dessa forma, não haveria oposição suficiente para classificá-la neste grupo. Situação bem diferente da

segunda carta de Pedro, cuja autenticidade teria sido questionada e sua autoria contestada por diversos líderes. Conforme Geisler e Nix (2006, p. 116), o problema dessa carta estaria na discrepância de estilo entre ela e a primeira carta atribuída ao mesmo autor, porém achados arqueológicos posteriores teriam confirmado sua autoria, possibilitando sua inserção no rol do Novo Testamento.

Por fim, estão os escritos classificados como *apócrifos* (aceitos por alguns). Diferentemente dos *pseudepígrafos*, os *apócrifos* são aqueles cuja autenticidade teria sido reconhecida pelos líderes cristãos, inclusive sendo aceitos como canônicos por alguns desses líderes, entretanto, para a maioria, não teriam autoridade suficiente que lhes permitisse a inclusão no cânon do Novo Testamento. Todavia, por não possuírem ensino contrário às prescrições apostólicas, seriam indicados para leitura particular. É preciso ressaltar que, alguns desses escritos foram reputados como *pseudepígrafos* por alguns cristãos, podendo assim a aparecer nas duas classificações.

Entre os escritos classificados como *apócrifos*, Geisler e Nix (2006, p. 119-122) listam a Epístola do Pseudo-Barnabé, Epístola de Clemente aos coríntios, Homilia antiga de Clemente, O pastor de Hermas, Didaquê, Apocalipse de Pedro, Atos de Paulo e de Tecla, Carta aos laodicenses, Evangelho segundo os hebreus, Epístola de Policarpo aos filipenses e Sete epístolas de Inácio.

Embora haja um grande número de obras cristãs possivelmente dos séculos I, II e III, parte das igrejas do Oriente recebeu como canônicos 22 livros. O cânon ocidental aceita 27 livros no rol do Novo Testamento. Esse entendimento de um Novo Testamento com 27 volumes é compartilhado por católicos romanos e protestantes, que possuem os cânones bíblicos atualmente mais comuns no Brasil. À vista disso, o Quadro 1 apresenta lista de livros da Bíblia completa com o rol católico romano e o protestante.

Quadro 1- Cânon bíblico ocidental

<b>Bíblia católica romana</b>	<b>Bíblia protestante</b>
ANTIGO TESTAMENTO Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1º Samuel, 2º Samuel, 1º Reis, 2º Reis, 1º Crônicas, 2º Crônicas, Esdras, Neemias, Tobias, Judite, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Sabedoria, Eclesiástico,	ANTIGO TESTAMENTO Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1º Samuel, 2º Samuel, 1º Reis, 2º Reis, 1º Crônicas, 2º Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações,

(Continua)

(Continuação)

Quadro 1- Cânon bíblico ocidental

Isaías, Jeremias, Lamentações, Baruque, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacucque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias, 1º Macabeus, 2º Macabeus	Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacucque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias
NOVO TESTAMENTO	NOVO TESTAMENTO
Evangelho de Mateus, Evangelho de Marcos, Evangelho de Lucas, Evangelho de João, Atos dos Apóstolos, Romanos, 1ª Coríntios, 2ª Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1ª Tessalonicenses, 2ª Tessalonicenses, 1ª Timóteo, 2ª Timóteo, Tito, Filemon, Hebreus, Tiago, 1ª Pedro, 2ª Pedro, 1ª João, 2ª João, 3ª João, Judas, Apocalipse.	Evangelho de Mateus, Evangelho de Marcos, Evangelho de Lucas, Evangelho de João, Atos dos Apóstolos, Romanos, 1ª Coríntios, 2ª Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1ª Tessalonicenses, 2ª Tessalonicenses, 1ª Timóteo, 2ª Timóteo, Tito, Filemon, Hebreus, Tiago, 1ª Pedro, 2ª Pedro, 1ª João, 2ª João, 3ª João, Judas, Apocalipse.

Fonte: Adaptado de *abiblia.org*

Considerando as informações do quadro, é possível perceber que a distinção entre os dois modelos canônicos encontra-se apenas na lista do Antigo Testamento com a presença de Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, 1º Macabeus e 2º Macabeus no rol católico romano. Quanto ao Novo Testamento, não há distinções, inclusive com esporádico aproveitamento de uma única tradução pelas duas tradições cristãs.

Com esses formatos canônicos, a Bíblia tem sido transmitida através do tempo por meio de diversas cópias e traduções das quais as mais importantes se estendem desde o Período Helenístico até os dias atuais.

### 3.2 OS DOCUMENTOS TEXTUAIS DA BÍBLIA

Diversos materiais serviram como suporte de escrita durante a história da humanidade. Tábuas de argila ou de pedra e placas de cera são exemplos de materiais utilizados para a escrita por diferentes povos desde o mundo antigo. Os instrumentos de escrita, correspondentes aos elementos de suporte, também foram diversos, desde estiletos cuneiformes até a pena com o tinteiro. Durante o período em que os livros que compõem a Bíblia teriam sido escritos, materiais diferentes também foram empregados para a sua produção. É provável que papiro, feito a partir de plantas, e peles de animais tenham sido os principais suportes desses livros, embora outros tenham eventualmente sido utilizados.

A maior parte desses materiais, no entanto, era perecível. Ainda que tratados e preparados para receber marcações, as peles de animais desgastavam-se com o tempo e os papiros podiam sofrer com apagamentos. Em virtude disso os autógrafos bíblicos, isto é, os manuscritos originais da Bíblia, se perderam. O caráter precário do material utilizado na escrita fazia necessária a realização de cópias dos textos.

### 3.2.1 Os manuscritos bíblicos

Por serem considerados sagrados, os textos judaicos eram cuidadosamente copiados por escribas, seguindo rigoroso ritual, e então armazenados. De acordo com Scholz (2014, p. 45), até meados do século XX, embora houvesse fragmentos mais antigos, o manuscrito completo mais remoto do Antigo Testamento era o Códice de Leningrado, copiado por volta do ano 1008 d.C.. Todavia, os Manuscritos do Mar Morto, achados nas cavernas de Qumran a partir de 1947, são possivelmente do século I d.C.. Sobre essas descobertas, Scholz (2014, p. 45) diz:

Com elas, os eruditos tiveram acesso a textos da Bíblia Hebraica que eram mil anos mais antigos do que o texto do Códice de Leningrado. Afinal, esses documentos foram depositados naquelas grutas, ao que tudo indica, no contexto da invasão romana antes de 70 d.C..

O manuscrito mais antigo disponível do Novo Testamento, excetuando-se um suposto fragmento do evangelho de Marcos achado em Qumran, é um fragmento datado entre 117 d.C. e 138 d.C. chamado de “Fragmento de John Rylands”, que apresenta trechos do evangelho de João. Conforme Scholz (2014, p. 46), há disponíveis atualmente cerca de 5.400 cópias do Novo Testamento em grego, entre textos completos e fragmentários.

A datação desses documentos é baseada nas características dos próprios manuscritos. Geisler e Nix (2006, p. 130-134) demonstram que o material usado para suporte do texto, o tamanho e o formato das letras, a pontuação empregada e a forma de divisão dos textos ajudam a determinar a idade dos manuscritos encontrados. Dessa forma, para os autores, os manuscritos do Antigo Testamento, em sua maioria, são provenientes de dois períodos, o primeiro de 300 a.C. a 500 d.C., conhecido como Período Talmúdico, quando ocorreu a produção de cópias para as sinagogas e para estudos particulares, e o segundo, de 500 d.C. a 1000 d.C., em que os textos foram copiados com caráter “oficial”.

Os manuscritos do Novo Testamento, por sua vez, são datados em sua maioria de quatro períodos distintos, um que abrange os três primeiros séculos, existindo um número consi-

derável de materiais dessa época, malgrado sejam poucos os que contêm o texto integral do compêndio; o segundo, que abrange os séculos IV e V, de manuscritos em peles de animais; o terceiro período se inicia no século VI, com cópias produzidas em mosteiros e, por fim, o período que se estende até o século X, do qual há muitas cópias, mas consideradas de baixa qualidade pela crítica textual, por serem tardios.

### *3.2.1.1 Os manuscritos mais importantes do Antigo Testamento*

Há poucos manuscritos do Antigo Testamento disponíveis se comparados ao número das cópias existente do Novo Testamento. Entretanto, os manuscritos acessíveis atualmente são de grande valor para a crítica textual. Entre eles estão os mais antigos ou mais completos textos que compõem a primeira parte da Bíblia, como o Códice do Cairo, encontrado em uma sinagoga no Egito e datado de 895 d.C. Esse manuscrito contém, conforme Geisler e Nix (2006, p. 136), todos os livros dos profetas. Outro manuscrito de elevada importância é o Códice de São Petersburgo, com data estimada de 916 d.C., apresenta escritos de quase todos os profetas. O Códice de Aleppo, produzido em torno de 930, não está mais completo em virtude de um incêndio.

Os Manuscritos do Mar Morto são, possivelmente, os mais importantes do Antigo Testamento. Entre eles foram encontrados diversos livros apócrifos e quase todos os escritos canônicos, exceto o de Ester. Como já mencionado, datam provavelmente do século I. Teriam sido depositados na cadeia de cavernas em Qumran por membros de uma seita judaica. Conforme Scholz (2014, p. 45), esses escritos ajudaram a lançar luz sobre o contexto histórico e cultural do Novo Testamento além de fornecer aparato crítico para as traduções atuais da Bíblia.

### *3.2.1.2 Os manuscritos mais importantes do Novo Testamento*

Para Geisler e Nix (2006, p. 140-145), os manuscritos do Novo Testamento podem ser classificados em três categorias, a saber, os “papiros”, datados dos séculos II e II, geralmente escritos nesse tipo de material por ser de baixo custo; os “unciais (maiúsculas)”, datados a partir do século IV, esse nome é devido ao tipo de letra empregada nessas cópias e os “minúsculos”, que podem ser datados dos séculos IX ao XV, e possuem número considerável.

Os papiros são considerados de maior valor em decorrência de sua antiguidade, sendo datados com uma diferença inferior a um século dos autógrafos. Entre eles há de se destacar o

Fragmento de John Rylands, já mencionado, do século II. Outro manuscrito importante são os Papiros de Chester Beatty, que, conforme Geisler e Nix (2006, p. 141), possuem a maior parte do Novo Testamento, incluindo os evangelhos e o livro de Atos. Além desses documentos, Geisler e Nix (2006, p. 141) citam os Papiros de Bodmer, que datam entre 175 d.C. e 225 d.C.. Segundo os autores, eles contêm a mais antiga cópia da carta de Judas e das duas cartas de Pedro. Dessa forma se constituem numa importante descoberta para a análise crítica.

Os unciais são manuscritos em cuja produção o suporte usado já não era o papiro, mas peles de animais em diferentes condições de preparação. De acordo com Geisler e Nix (2006, p. 141), existem em torno de 297 manuscritos desses. Os mais importantes deles são o Códice Vaticano, o Códice Sinaítico, o Códice Alexandrino e o Códice Efraimita.

O Códice Vaticano, cuja datação está definida entre 325 d.C. e 350 d.C., foi, conforme Raupp (2015, p. 37), possivelmente escrito em Alexandria. Esse manuscrito teve sua descoberta em 1475 e foi anexado ao acervo da Biblioteca do Vaticano. Ele apresenta o Novo Testamento e a maior parte do Antigo Testamento. O Códice Sinaítico, por seu turno, foi descoberto em duas etapas, uma em 1844 e a segunda em 1859, no mosteiro de Santa Catarina, localizado no Monte Sinai, segundo Geisler e Nix (2006, p. 142) e Raupp (2015, 37). Esse manuscrito foi datado em torno de 350 d.C. e apresenta o texto integral do Antigo e do Novo Testamento, sendo provavelmente um dos mais antigos manuscritos completos da Bíblia.

O Códice Alexandrino é outro manuscrito importante. Ele é datado entre o final do século IV e início do século V. De acordo com Geisler e Nix (2006, 142), ele contém partes do Antigo e do Novo Testamento. Foi entregue à Biblioteca Nacional Britânica em 1757 pelo rei Jorge II da Grã-Bretanha (1683–1760). O Códice Efraimita também tem origem em Alexandria, por volta de 354 d.C. Nele estivera a Bíblia completa, mas fora raspado para que fossem escritos sermões de um líder cristão chamado Efraim (306 d.C.-373 d.C.), de acordo com Raupp (2015, p. 39). Entretanto, por meio de processo químico, o pesquisador alemão Constantin Von Tischendorf (1815-1874) conseguiu recuperar o texto original, ainda que faltasse a maior parte do Antigo Testamento e algumas do Novo Testamento.

### **3.2.2 A padronização dos textos**

Diante de tantas cópias manuscritas de períodos diversos é possível encontrar variações entre elas. Há manuscritos diferentes que apresentam divergências nos mesmos trechos bíblicos. Conforme sinaliza Scholz (2014, p. 52), essas variações se aproximam de 5%. A maior parte dessas variações entre as cópias se deu por erro de copistas, suprimindo ou acres-

centando palavras ou trechos.

A tentativa de equacionar as dúvidas levantadas quanto ao original de trechos que apresentam variantes estimulou esforços para padronizar os textos bíblicos e buscar na Crítica Textual recursos para que fosse possível reconstruir o escrito original. Para o Antigo Testamento, Raupp (2015, p. 43) apresenta duas propostas de padronização do texto, a Bíblia Hebraica Kittel e a Bíblia Hebraica Stuttgartensia, ambas do século XX e com bastante aparato crítico para dirimir as questões levantadas pelas falhas dos copistas. Para o Novo Testamento, o autor dá destaque ao Texto Recebido, que teve seu início de preparação em 1515 por Erasmo de Roterdã (1466-1536), e ao Texto Crítico, publicado em diferentes versões a partir da primeira metade do século XX.

O texto de Erasmo de Roterdã, embora fosse bem elaborado, foi trabalhado a partir dos manuscritos bizantinos, considerados tardios, haja vista que, conforme Raupp (2015, p. 45), os manuscritos mais antigos seriam descobertos somente a partir do século XIX. O Texto Crítico, no entanto, faz proveito de todo o aparato crítico proporcionado pelas descobertas arqueológicas, tendo sido aperfeiçoado, de acordo com Raupp (2015, p. 45-46), no decorrer do século XX. Dessa forma, o Texto Crítico serve de base para quase todas as traduções da Bíblia feitas atualmente.

### 3.3 AS PRINCIPAIS TRADUÇÕES DA BÍBLIA NA HISTÓRIA MUNDIAL

As cópias manuscritas corroboram para a formação de importante aparato crítico dos textos bíblicos. Ao lado dessas cópias, as traduções, em especial as mais antigas, também se constituem num material relevante para as pesquisas e comparações realizadas pela Crítica Textual. Além disso, elas ajudam a compreender os objetivos e as condições do exercício de tradução da Bíblia no transcurso da história. À vista dessas atribuições, torna-se relevante destacar as principais traduções bíblicas, a fim de que se apresente o quadro maior no qual estão inseridas as versões da Bíblia que compõem o *corpus* desta pesquisa, o que deve ajudar na compreensão de seu contexto temporal e metodológico de produção.

Para isso, a lista de traduções que se segue foi baseada nos estudos de pesquisadores como Comfort (1998, p. 361-408) Geisler e Nix (2006, p. 183-251); Giraldo (2008, p. 23-54); Teixeira e Zimmer (2014, p. 60-91) e Raupp (2015, p. 47-73). Cabe ressaltar que não se trata de um rol exaustivo, porém contempla traduções que mais se destacaram por sua importância religiosa, cultural, política ou linguística em determinada época.

### 3.3.1 A Septuaginta (LXX)

A *Septuaginta* ou *Tradução dos setenta* pode ser considerada a primeira tradução do Antigo Testamento completo para outro idioma. Trata-se, a princípio, de um texto em grego da *Torá*, os cinco livros da Lei de Moisés, possivelmente da primeira metade do século III a.C.. Seu nome significa “setenta”, seria uma referência ao número de tradutores que nela trabalharam. De acordo com Geisler e Nix (2006, p. 196), essa tradução teria sido encomendada pelo rei egípcio Ptolomeu II Filadelfos (308 a.C.-246 a.C.) a pedido do bibliotecário de Alexandria para que os judeus da cidade a pudessem usar. Dessa maneira, 72 estudiosos judeus teriam sido comissionados para realizar essa tradução.

O nome da *Septuaginta* foi estendido para as versões em grego de demais seções do Antigo Testamento que se seguiram. Conforme Raupp (2015, p. 51), todos os livros da Bíblia hebraica foram traduzidos para a língua grega por etapas entre 275 a.C. e 100 a.C.. Teixeira e Zimmer (2014, p. 64) acrescentam que em torno do ano 90 a.C. os textos que compõem a septuaginta já estavam finalizados, incluindo alguns livros além daqueles aceitos pelo cânon hebraico.

Embora haja uma conformidade geral da *Septuaginta* ao texto hebraico massorético (considerado oficial) e aos Manuscritos do Mar Morto, Geisler e Nix (2006, p. 196-197) afirmam haver variantes entre a tradução grega e os textos hebraicos, a maior parte delas é composta por grafias diferentes e por mudanças estilísticas. Os autores consideram ainda que a *Tradução dos setenta* possui boa qualidade se comparada ao texto massorético.

Essa deve ser a razão pela qual a *Septuaginta* tenha sido importante texto bíblico utilizado pelos judeus de língua grega até por volta do século 1 d.C., pois, conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 63), os judeus abandonaram seu uso quando os cristãos a adotaram como escrituras sagradas, inclusive com citações de trechos dessa tradução em algumas cartas do Novo Testamento. Dessa maneira, é significativo que Raupp (2015, p. 50) a considere como a tradução “que mais se destacou na história do Judaísmo e do Cristianismo”.

### 3.3.2 Os Targuns

A palavra *targum*, conforme Raupp (2015, p. 53), é proveniente do hebraico e significa “tradução”. Os *Targuns* possivelmente começaram a ser escritos no século II a.C. e consistiam em paráfrases aramaicas do Antigo Testamento, haja vista que os judeus passaram a usar essa língua em detrimento do hebraico após seu exílio na Babilônia, em torno de 587 a.C. a 538 a.C.. Há indícios, no entanto, de que essas paráfrases eram explicações orais, da Bíblia



Hebraica, feitas pelos sacerdotes antes mesmo do início da *Septuaginta*.

Segundo Geisler e Nix (2006, p. 189), alguns *Targuns* escritos importantes foram encontrados na Babilônia, a exemplo do *Targum de Oquelos*, possivelmente do século III d.C., que contém a *Torá*, e o *Targum de Jônatas ben Uzziel*, datado do século IV d.C., que compreende os livros dos Profetas. Além desses, Teixeira e Zimmer (2014, p. 65-66) apresentam como relevantes o *Targum Palestiniano*, descoberto em 1987 e os dois *Targuns de Jerusalém*, sendo que o mais proeminente deles contém os cinco livros da Lei.

Haveria, no entanto, uma distinção entre *Targuns* oficiais, que possuiriam os livros da Lei e os livros dos Profetas, e os produzidos de maneira independente, que continham outras seções do Antigo Testamento, aqueles eram utilizados para a leitura pública e estes, para uso particular. De acordo com Geisler e Nix (2006, p. 189), diversos *Targuns* não oficiais foram encontrados entre os Manuscritos do Mar Morto.

É provável que os *Targuns* tenham ganhado relevância devido à sua proposta interpretativa ou explicativa do texto hebraico, o que, conforme Geisler e Nix (2006, p. 189), seria importante para o resgate da interpretação que os líderes judeus faziam do Antigo Testamento. Outro fator de importância dos *Targuns* que se pode ressaltar seria sua contribuição para as análises críticas dos manuscritos bíblicos.

### 3.3.3 A *Vetus Latina*

Chamada também de *Itala* ou de *Antiga Latina* a *Vetus Latina* é composta por uma série de traduções da Bíblia para o latim a partir, provavelmente, do século II d.C. no norte da África. De acordo com Geisler e Nix (2006, p. 210), as primeiras traduções latinas do Antigo Testamento tinham por língua de partida o grego da *Septuaginta*, não o hebraico. As primeiras traduções do Novo Testamento para o latim foram realizadas, segundo Raupp (2015, p. 54), também no século II d.C.. Algumas das traduções abrigadas sob o título de *Vetus Latina* estendem-se até o século XIII, conforme Geisler e Nix (2006, p. 211). Diversas pessoas teriam realizado inúmeras traduções dos textos bíblicos para o latim e, segundo observam Teixeira e Zimmer (2014, p. 69), a qualidade dos textos varia substancialmente.

Os manuscritos dessas traduções a que se tem acesso atualmente são fragmentários. Sobre isso, Geisler e Nix (2006, p. 211) afirmam: “sobreviveram dessa obra cerca de 27 manuscritos dos evangelhos, mais 7 do livro de Atos, 6 das cartas paulinas e alguns fragmentos das cartas gerais e do Apocalipse”. A *Vetus Latina*, porém, torna-se importante por se tratar de um dos mais antigos empreendimentos de tradução bíblica para o latim e por possuir al-

guns dos mais antigos manuscritos ocidentais da Bíblia.

### 3.3.4 A Peshitta

É denominada de *Peshitta* uma padronização de traduções parafraseadas do Antigo e do Novo Testamento para o siríaco. Seu nome, conforme Teixeira e Zimmer (2014, p.69), significa “simples” ou “pura”. A tradução do Antigo Testamento para o siríaco, provavelmente a partir do século II d.C., teria tomado por base antigos *Targuns* (paráfrases em aramaico) e, segundo Geisler e Nix (2006, p. 191), é possível que tenha passado por uma revisão a partir da *Septuaginta*. O Novo Testamento, por sua vez, teria sido resultado de uma compilação e revisão realizada por Rabulla (350 d.C.-435 d.C.), bispo de Edessa, no século V, conforme postulam Geisler e Nix (2006, p. 191).

Rabulla possivelmente fez sua revisão a partir de uma tradução mais antiga dos evangelhos conhecida como *Diatessaron* e de traduções dos outros livros do Novo Testamento que, segundo Teixeira e Zimmer (2014, p.69), seriam obras livres realizadas em torno do ano 200 d.C.. Dessa maneira, a *Peshitta* teria sido editada e, de acordo como o que informam Geisler e Nix (2006, p. 191), obteve bastante circulação entre os cristãos de língua siríaca.

Teixeira e Zimmer (2014, p.69) ressaltam a relevância da *Peshitta* pelo fato de que, embora se trate de uma tradução antiga e de caráter simples, os cristãos sírios ainda a utilizam até a atualidade, evidentemente com novas edições atualizadas.

### 3.3.5 A Vulgata Latina

No século IV d.C., circulavam em grande parte da Europa, da Ásia e do norte da África variadas traduções da Bíblia em latim identificadas como *Vetus Latina*. Em geral, eram textos sem uma padronização e de baixa qualidade. Acredita-se que no ano 382 d.C., com o objetivo de unificar as traduções bíblicas em latim, o Papa Dâmaso I (305 d.C.-384 d.C.), teria encomendado a revisão dos textos a Eusébio Sofrônio Jerônimo (347 d.C.-420 d.C.), a fim de padronizá-los e de lhes conferir melhor qualidade.

Jerônimo teria concluído a revisão dos evangelhos, conforme Geisler e Nix (2006, p. 191), em 383 d.C. em Roma. Porém, com a morte do Papa, o tradutor teria se estabelecido na região de Belém, na Palestina, para concluir a revisão que lhe havia sido confiada. Dessa maneira, ele teria concluído o Novo Testamento e iniciado o Antigo Testamento apoiando-se na *Septuaginta* (grego). De acordo com Giraldi (2008, p. 30), no entanto, a partir de 389 d.C.

Jerônimo decidiu fazer uma tradução completamente nova para o latim partindo das línguas originais (hebraico e aramaico), concluindo seu trabalho em 405 d.C..

Os líderes cristãos não teriam aprovado, de início, a tradução de Jerônimo. Teixeira e Zimmer (2014, p.72) afirmam: “ao concluir sua tradução, o trabalho de Jerônimo foi recebido com indiferença e até hostilidade pelas igrejas. O texto soava demasiado popular a alguns e estranhamente diferente a outros”. Entretanto, conforme Giraldi (2008, p. 30), ela ganhou notoriedade e aceitação com o tempo, inclusive recebendo o nome de *Vulgata* (“comum”) no século XIII devido a sua popularidade.

Teixeira e Zimmer (2014, p. 72) ressaltam que o texto da *Vulgata Latina* foi copiado em diversos lugares e precisou receber numerosas revisões para corrigir os erros de copistas. Entre essas revisões, a realizada no século XIII por Stephen Langton (1150-1228), professor da Universidade de Paris, que incluiu a divisão em capítulos, ainda reproduzida das edições atuais da Bíblia.

A importância da *Vulgata Latina*, além da padronização alcançada por ela no texto da Bíblia em latim, ocorre por ter sido escolhida como a tradução oficial da Igreja Católica Romana a partir do Concílio de Trento, em 1546, segundo Teixeira e Zimmer (2014, p. 72). Outro fator de relevância para a tradução de Jerônimo é que, conforme Raupp (2015, p. 56), ele se tornou a principal fonte para as traduções católicas até o século XX.

### **3.3.6 A tradução de Lutero**

O monge alemão Martinho Lutero (1483-1546) pode ser considerado o fundador e um dos principais líderes do movimento de reforma religiosa no Cristianismo durante o século XVI que ficou conhecido como Reforma Protestante. Como uma das ações objetivando fortalecer esse movimento, Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, pois uma das propostas do religioso era a de que o texto bíblico pudesse ser examinado por todos em sua língua materna. O Novo Testamento foi traduzido primeiro, tendo ficado pronto em 1522. De acordo com as informações de Teixeira e Zimmer (2014, p. 74), Lutero teria utilizado os escritos em grego compilados por Erasmo de Roterdã como texto de partida. O Antigo Testamento, por seu turno, foi finalizado em 1534.

Segundo Giraldi (2008, p. 39): “em 1522, haviam sido publicadas, na Alemanha, 18 edições de uma Bíblia alemã completa”. Dessa maneira, a tradução de Lutero não foi a primeira da Bíblia em alemão, contudo, foi uma das mais notórias e populares. De acordo com Giraldi (2008, p. 39) a popularidade da obra de Lutero é explicada por possuir um método

inovador de tradução, mais funcional, e por empregar uma linguagem menos erudita em seu texto.

O trabalho de tradução de Martinho Lutero possui grande importância por ser considerado um marco da Reforma Protestante e por inaugurar uma metodologia inovadora para a tradução dos textos da Bíblia.

### **3.3.7 A Bíblia de Genebra**

Movidos por questões religiosas e políticas, diversos protestantes emigraram da Inglaterra durante o reinado de Maria I (1516-1558), entre 1553 e 1558. Alguns deles se refugiaram em Genebra, na Suíça, onde as doutrinas protestantes haviam dominado o cenário social. Nessa cidade, um grupo de teólogos liderados por William Whittingham (1524-1579), cunhado de João Calvino (1509-1564), iniciou uma nova tradução da Bíblia para a língua inglesa, que ficaria conhecida como A Bíblia de Genebra.

De acordo com Teixeira e Zimmer (2014, p.77-78), o Novo Testamento da nova tradução foi finalizado em 1557 e em 1560 o Antigo Testamento ficou pronto, tendo como texto de partida a versão em latim. Conforme Raupp (2015, p. 64), a Bíblia de Genebra possuía o diferencial de agregar notas prefaciais e anotações explicativas dos textos bíblicos, embora fortemente influenciadas pela doutrina calvinista. Geisler e Nix (2006, p. 227) ainda ressaltam que ela foi a primeira tradução em inglês a aplicar divisão em versículos, divisão essa que, segundo Teixeira e Zimmer (2014, p.78), foi elaborada por Robert Stephanus (1503-1559) em sua versão do Novo Testamento bilíngue (grego e latim) de 1551.

Ainda que não tenha sido a primeira tradução da Bíblia para o inglês, a Bíblia de Genebra teria se destacado por sua grande popularidade, que lhe rendeu repetidas edições em língua inglesa e em língua francesa. Teixeira e Zimmer (2014, p.78) afirmam que por cerca de 100 anos foi a tradução mais utilizada em inglês. Geisler e Nix (2006, p. 227) acrescentam que ela foi usada amplamente por puritanos e citada constantemente por William Shakespeare (1564-1616).

### **3.3.8 A Bíblia do Urso**

A primeira tradução completa da Bíblia para o espanhol foi publicada em 1569, realizada por Casiodoro de Reina (1520-1594). Ela teria recebido o prosônimo de *La Biblia del Oso*, conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 79), devido a figura de um urso no logotipo do

impressor. O trabalho de tradução foi iniciado em Londres, mas a publicação da obra ocorreu em Basileia, na Suíça, pois, de acordo com Raupp (2015, p. 64), Reina teria se convertido ao protestantismo e fugia dos oficiais da Inquisição espanhola.

No ano de 1602, o monge Cipriano de Valera (1532-1602) publicou em Amsterdã uma revisão completa da tradução de Reina. Essa revisão, segundo Raupp (2015, p. 64-65), teria sido denominada em um primeiro momento de *Bíblia do Cântaro*, também em virtude do logotipo do impressor. O trabalho de Valera teria sido uma das diversas revisões recebidas pela Bíblia do Urso, entretanto, Teixeira e Zimmer (2014, p. 79) afirmam que ele ganhou proeminência pela alta qualidade, a ponto de chamado de tradução “Reina-Valera”.

O valor dessa tradução evidencia-se, conforme destacam Teixeira e Zimmer (2014, p. 79), além de ser a primeira tradução completa da Bíblia para a língua espanhola e do cuidadoso trabalho editorial, por ter sido realizada a partir das línguas bíblicas originais (hebraico, aramaico e grego).

### 3.3.9 A Versão do Rei Tiago

A *Versão do Rei Tiago*, também denominada *King James Version* ou *Authorized Version*, é uma tradução da Bíblia para o inglês encomendada em meio a disputas teológicas entre anglicanos e puritanos ingleses no início do século XVII. De acordo com Teixeira e Zimmer (2014, p. 80):

Buscando a unidade dos grupos, Tiago I convidou líderes anglicanos e puritanos para uma reunião, com a esperança de que, através do diálogo e na presença do rei, pudessem se reconciliar após décadas de divergências teológicas e ideológicas. Mesmo após longuíssimas discussões, não conseguiram chegar a acordo algum. Quando o rei já estava a ponto de dar a iniciativa por fracassada, um dos presentes, John Reynolds, de Oxford, sugeriu ao rei Tiago I que autorizasse a preparação de uma nova tradução da Bíblia, mais acurada do que as anteriores. O rei gostou tanto da sugestão que se envolveu pessoalmente no planejamento da nova tradução.

Assim, cerca de 50 teólogos teriam realizado a nova tradução da Bíblia, tendo por base traduções já existentes em língua inglesa e tomando como controle o texto bíblico nas línguas originais. De acordo com Teixeira e Zimmer (2014, p. 81) a *King James Version* foi lançada em 1611 com a presença do rei James I da Inglaterra (1566-1625), de anglicanos e de puritanos.

Conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 81), essa tradução tornou-se importante por possuir qualidade superior a todas as versões já existentes em inglês. Ela é também uma das versões mais conhecidas em língua inglesa. A *King James Version*, segundo Raupp (2015, p.

66), “se tornou muito famosa e é publicada até os dias de hoje, sendo a versão bíblica indiscutivelmente preferida por uma boa parte das igrejas protestantes de língua inglesa”.

### 3.3.10 A tradução de João Ferreira de Almeida

João Ferreira Annes d’Almeida (1628-1691) foi um religioso protestante português radicado na Holanda, onde teria se tornado pastor e de onde foi enviado como missionário para a Ásia em 1656. Teixeira e Zimmer (2014, p. 82) informam que ele esteve no Ceilão (atual Sri Lanka), Índia e Batávia (hoje Jacarta, Indonésia). Embora já existissem trechos bíblicos traduzidos para o português, quase todos por iniciativa da nobreza como apontado por Raupp (2015, p. 70), Almeida foi o primeiro a iniciar uma tradução completa da Bíblia para a língua portuguesa.

Essa tarefa de tradução teria sido iniciada pelo texto do Novo Testamento. Teixeira e Zimmer (2014, p. 82) afirmam que Almeida utilizou como língua de partida o grego do *Texto Recebido* compilado por Erasmo de Roterdã, porém sendo possível que tenha tomado outras fontes de referência como a *vulgata* e a tradução espanhola *Reina-Valera*. Comfort (1998, p. 400) acrescenta que Almeida ainda teria buscado traduções francesas e italianas como formas de orientação. Dessa maneira, segundo Raupp (2015, p. 69), o texto do Novo Testamento em português teria sido finalizado em 1654, mas só foi publicado em 1681. Comfort (1998, p. 400) postula que uma longa e acurada revisão foi o motivo do intervalo extenso entre a finalização e a publicação da obra.

Ainda que Comfort (1998, p. 400) afirme que Almeida iniciou a tradução do Antigo Testamento após a publicação do Novo, Raupp (2015, p. 69) assevera que o tradutor já trabalhava no texto do Antigo Testamento antes da publicação daquela primeira etapa. De qualquer forma, Almeida não chegou a concluí-la, pois segundo Teixeira e Zimmer (2014, p. 82): “não conseguiu concluir a tradução do Antigo Testamento. Próximo de sua morte, em 1681, havia chegado a Ez 48.21. A obra foi concluída por Jacobus op den Akker (1647-1731), companheiro de ministério de Almeida”. Não há certeza sobre qual texto Almeida e Akker teriam usado como base para a tradução da segunda parte da obra. A Bíblia completa em português, no entanto, seria publicada em 1753. No ano de 1819, ainda conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 82), a Bíblia foi lançada em volume único na língua portuguesa pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira.

A tradução de João Ferreira de Almeida ganhou novas revisões e versões no decorrer do tempo e consolida sua importância, não apenas por ser a primeira tradução completa da

Bíblia para o português, mas ainda, segundo Raupp (2015, p. 70), “é publicada até os dias de hoje, sendo ainda a preferida de muitas igrejas reformadas de língua portuguesa, inclusive as do Brasil.”

### 3.3.11 A tradução de Antônio Pereira de Figueiredo

Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797) foi um padre português nascido próximo a Lisboa. Ele foi responsável pela primeira tradução católica completa da Bíblia para a língua portuguesa. Raupp (2015, p. 71) esclarece que um dos fatores que possibilitaram essa tradução foi o arrefecimento da Inquisição na Europa. Outro fator é apresentado por Giraldi (2008, p. 46), que relata a publicação da Encíclica do Papa Bento XIV (1675-1758), em 1757, que possibilitaria traduções autorizadas para as línguas vernáculas.

Assim, Figueiredo teria consumido 18 anos, de acordo com Comfort (1998, p. 401), para concluir sua tradução da Bíblia a partir da *Vulgata Latina*. De acordo com Raupp (2015, p. 72), o Novo Testamento foi publicado em 6 volumes no ano de 1781 e o Antigo Testamento foi lançado em 1790, ocupando 17 tomos. Apenas em 1821, segundo Giraldi (2008, p. 46), a tradução de Antônio Pereira de Figueiredo foi publicada em volume único.

A obra de Figueiredo possui o mérito não apenas de ser a primeira tradução católica da Bíblia para a língua portuguesa, é possível afirmar ainda que ela foi a primeira tradução bíblica em português realizada por uma pessoa apenas. Além disso, Comfort (1998, p. 402) destaca: “como exímio filólogo e latinista, Figueiredo pode utilizar-se de um estilo sublime e pomposo, e seu trabalho resultou em um verdadeiro monumento da prosa portuguesa”.

### 3.3.12 Outras traduções bíblicas importantes na história

Embora não seja possível medir com precisão o nível de importância das traduções bíblicas no transcurso da história, é razoável notar que as mais conhecidas trouxeram certo impacto religioso, político ou estilístico. Considerando isso, ainda outras traduções merecem ser citadas. Conquanto sejam traduções incompletas ou menos famosas apresentam características textuais ou contexto histórico relevantes.

Entre essas obras, pode-se mencionar a tradução para o copta. Raupp (2015, p. 55) postula que no ano 200 d.C. já havia uma Bíblia nessa língua egípcia. O gótico (língua germânica) também teria sido um idioma contemplado com uma tradução bíblica por volta do ano 350 d.C., que teria sido empreendida por um missionário cristão chamado Úlfilas da Ca-

padócia (311 d.C.-383 d.C.). Raupp (2015, p. 55) informa que o missionário precisou desenvolver um alfabeto antes de iniciar seu trabalho, pois o gótico era uma língua ágrafa. Teixeira e Zimmer (2014, p. 70) acrescentam que os fragmentos restantes da tradução de Úlfilas seriam os registros mais antigos que se tem de uma língua germânica.

Outra tradução a ser destacada é a versão árabe da Bíblia. Walter (1998, p. 433) afirma que um egípcio chamado Sadia Gaon (882-942), antes do ano 942 d.C., foi responsável por uma tradução dos livros da *Torá* (os livros da Lei) para o árabe, utilizando o texto em hebraico. Essa tradução seria utilizada até a atualidade pelos judeus de língua árabe. Entretanto, ainda conforme Walter (1998, p. 434), o Patriarca João I de Antioquia já havia realizado a tradução dos evangelhos possivelmente em 724 d.C. para o árabe a partir do siríaco.

Dois traduções da Bíblia para a língua inglesa também merecem evidência. A primeira é a realizada por John Wycliffe (1328-1384), teólogo e professor da Universidade de Oxford. Wycliffe, com o auxílio de um aluno chamado John Purvey (1354-1414), foi o primeiro a traduzir a Bíblia completa para o inglês, conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 73), tendo publicado o Novo Testamento por volta de 1380 e o Antigo Testamento, possivelmente, em 1384.

A segunda obra inglesa a ser destacada é a tradução do Novo Testamento de William Tyndale (1484-1536). Também teólogo de Oxford, Tyndale teria recebido ameaças por parte de autoridades eclesiásticas ao iniciar uma tradução não autorizada da Bíblia, provavelmente em 1524. Dessa forma, segundo Teixeira e Zimmer (2014, p. 76), fugiu para a Alemanha, onde publicou a sua tradução do NT em 1526. Comfort (1998, p. 367) informa que Tyndale não mais pôde retornar a seu país de origem e que foi preso e condenado à morte, sendo enforcado e queimado em 1536, sem poder concluir sua tradução do Antigo Testamento. Entretanto, antes de sua execução, Teixeira e Zimmer (2014, p. 76) postulam que entre 1525 e 1530, Tyndale teria contrabandeado 15 mil exemplares de sua obra para a Inglaterra, utilizando barris de azeite. A tradução do Novo Testamento realizada por Tyndale teria exercido influência sobre diversas traduções posteriores, conforme indicam Teixeira e Zimmer (2014, p. 77), inclusive sobre a *King James Version*.

A língua francesa também recebeu importantes traduções bíblicas, a primeira tradução completa da Bíblia para essa língua foi obra do teólogo católico Jacques Lefèvre d'Étaples (1455-1536), a partir da *Vulgata*. Segundo informações de Raupp (2015, p. 60), o trabalho de Étaples foi publicado em 1530 e em 1534 seria lançada uma versão revisada. Todavia, a primeira tradução completa da Bíblia para o francês a partir das línguas originais foi realizada por Pierre Robert Olivétan (1506-1538) em 1535. De acordo com Raupp (2015, p. 62), a tra-



dução de Olivétan teria sido financiada pelos valdenses e revisada por João Calvino e outros líderes reformadores.

A terceira tradução completa da Bíblia para o português pode ser mencionada igualmente entre as mais importantes a nível mundial, pois, segundo Comfort (1998, p. 404), é a tradução mais popular atualmente entre os católicos. Trata-se da obra do padre Matos Soares (?-1957), publicada em 1930. Raupp (2015, p. 72) informa que em 1932 esse trabalho foi publicado no Brasil, recebendo revisão em 1975.

Obviamente, a lista acima não é exaustiva, pois segundo Teixeira e Zimmer (2014, p. 104), a Bíblia já foi traduzida, ainda que parcialmente, para cerca de 2500 línguas. Dessa maneira, as traduções aqui apresentadas, conforme já descrito, foram aquelas cujas histórias foram mais bem documentadas e se tornaram mais conhecidas a nível mundial. Na próxima seção, serão apresentadas as principais traduções da Bíblia publicadas apenas no Brasil.

### 3.4 AS PRINCIPAIS TRADUÇÕES DA BÍBLIA NO BRASIL

A pregação da fé cristã teria desembarcado no Brasil junto com os primeiros portugueses. Entretanto, conforme Giraldi (2008, p. 19-20), embora alguns exemplares da Bíblia tenham sido trazidos em embarcações invasoras francesas e holandesas nos séculos XVI e XVII, o fechamento dos portos e o controle estatal fizeram da Bíblia um livro praticamente desconhecido na então colônia portuguesa até o final do século XVIII.

Atualmente, as traduções, revisões e reedições bíblicas realizadas no Brasil são de número bastante elevado. Dessa maneira, a exemplo das traduções relatadas até aqui, não é apresentado um rol exaustivo, antes, são mencionadas as obras brasileiras mais relevantes do ponto de vista religioso, político, social ou linguístico que ajudam a traçar os contextos históricos e metodológicos que conduziram ao surgimento das versões da Bíblia que servem de *corpus* para este estudo. Para isso, a composição da lista de traduções e versões que se segue foi orientada por Comfort (1998, p. 404-408); Scholz (2016, p.73-88); Teixeira e Zimmer (2014, p. 98-91), Raupp (2015, p. 75-114) e Giraldi (2008, p. 83-315).

#### 3.4.1 O Novo Testamento de Frei Nazaré

O primeiro esforço de tradução do texto bíblico no Brasil partiu de Joaquim Martins de Carvalho (1775-1851), conhecido como Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré ou Frei Nazaré. Segundo Comfort (1998, p. 402), a tradução do Novo Testamento, a partir da *Vulgata*

*Latina*, realizada por Carvalho foi publicada em 1847, em São Luís do Maranhão. Raupp (2015, p. 76) informa que se trata de uma obra comentada e lançada em três volumes.

Segundo Comfort (1998, p. 402), a tradução de Frei Nazaré tornou-se famosa por apresentar acusações contra os protestantes. Todavia, Raupp (2015, p. 77) observa que o trabalho de Frei Nazaré possui influência do momento histórico, no qual católicos procuravam combater a expansão protestante que ameaçava a hegemonia da religião oficial do Império Português.

### **3.4.2 A Tradução Brasileira**

A primeira tradução completa da Bíblia feita no Brasil foi chamada de Tradução Brasileira, publicada em 1917. Conforme Giraldi (2008, p.85), a Sociedade Bíblica Americana e a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, a pedido de lideranças evangélicas, promoveram o projeto de uma Bíblia traduzida em português no Brasil. Giraldi (2008, p. 86) destaca que fizeram parte da comissão nomeada para esse projeto importantes nomes entre teólogos, gramáticos e escritores, a exemplo de Eduardo Carlos Pereira, Hipólito de Campos, Antônio Trajano e José Veríssimo. O Resultado teria sido uma obra de vocabulário apurado, segundo Comfort (1988, p. 404).

A nova tradução teria como base o texto bíblico nas línguas originais (grego, hebraico e aramaico). No entanto, Teixeira e Zimmer (2014, p. 84) observam que a Tradução Brasileira adota um modelo bastante literal e erudito. Esse seria um dos motivos pelos quais, conforme Raupp (2015, p. 84), essa Bíblia teria perdido popularidade. O estilo do texto seria bastante rebuscado e, embora, conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 84), no início tenha sido bem recebido, as igrejas voltaram a usar as traduções de Almeida e de Figueiredo.

### **3.4.3 A Bíblia Ave-Maria**

A Bíblia Ave-Maria é produzida pela editora de mesmo nome e, em razão disso, é assim conhecida no Brasil. Trata-se da primeira tradução brasileira da Bíblia completa realizada pela Igreja Católica. Raupp (2015, p. 85) informa que o projeto foi coordenado pelo frei João José Pedreira de Castro, que à época dirigia o Centro Bíblico Católico de São Paulo.

Publicada em 1959, a Bíblia Ave-Maria, de acordo com Raupp (2015, p. 85), é uma tradução indireta, pois foi realizada a partir da tradução em francês dos monges da Abadia de Maredsous, na Bélgica. A tradução belga, por sua vez, é que teria partido das línguas origi-

nais. De toda forma, a Bíblia Ave-Maria representa um importante trabalho, pois ainda é publicada atualmente, inclusive sendo uma das versões preferidas entre os católicos brasileiros.

#### 3.4.4 Almeida Revista e Atualizada

O trabalho de João Ferreira Annes de Almeida precisou passar por diversas revisões, haja vista que foram encontrados muitos erros de tradução no texto do religioso português. Sobre esse assunto, Comfort (1998, p. 401-402) diz:

A tradução de Almeida continha milhares de erros, a maior parte deles produzidos pela comissão de eruditos que tentaram harmonizar o texto português com a tradução holandesa de 1637. O próprio Almeida compilou uma lista de mais de dois mil erros, e outro revisor, Ribeiro dos Santos, afirmou ter encontrado um número ainda maior.

Dessa forma, é significativo que Ribeiro (2004, p. 37) afirme:

Nomear essa tradução como de Almeida é construir um símbolo, pois, depois da ação dos revisores holandeses, dos recensores britânicos, das várias edições e revisões brasileiras, apontá-la como tradução de Almeida é um recurso metafórico. Essa rescritura foi ainda editada, ampliada, revista, atualizada, corrigida, contemporaneizada, anunciada como inspirada, cotejada com outras traduções [*Sic.*].

Em meio a tantas ações realizadas a partir do texto de Almeida, a Almeida Revista e Atualizada é importante por ser a primeira edição da linha editorial cuja terceira edição é a Nova Almeida Atualizada, que compõe uma parte do *corpus* da presente pesquisa.

Publicada em 1959, o projeto da Bíblia Almeida Revista e Atualizada, segundo Teixeira e Zimmer (2014, p. 83), teria partido do pedido, em 1943, por lideranças cristãs às sociedades bíblicas que atuavam à época no Brasil, a saber, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e a Sociedade Bíblica Americana. O trabalho foi finalizado pela Sociedade Bíblica Brasileira, nascida em 1948. Conforme o informado por Scholz (2016, p. 79), o trabalho foi dirigido por Paul William Schelp e Antônio de Carlos Gonçalves, tendo como objetivo atualizar a norma linguística empregada no texto sem perder o estilo e o caráter original do texto.

Teixeira e Zimmer (2014, p. 83) afirmam que não somente a linguagem foi atualizada, mas a base textual de tradução foi alterada. É válido salientar que o Almeida fez uso do *Texto Recebido*, compilação realizada por Erasmo de Roterdã dos textos em grego do Novo Testamento. Entretanto, Scholz (2016, 80-81) informa que a edição Almeida Revista e Atualizada segue o *Texto Crítico*, compilação do Novo Testamento que segue os manuscritos mais antigos, nos quais não aparecem determinados trechos presentes no *Texto Recebido*.

Para preservar características do trabalho de Almeida, os trechos não encontrados no

aparato crítico foram mantidos, porém em destaque. De acordo com Scholz (2016, p.81): “todo material que constava do texto de Almeida, no século XVII (e que ainda se encontra na Revista e Corrigida), mas que não mais é visto como parte do texto original, aparece, na Revista e Atualizada, entre colchetes”. Um exemplo pode ser observado no texto da segunda edição de Almeida Revista e Atualizada (1993): “Se, porém, não perdoardes aos homens [as suas ofensas], tampouco vosso Pai vos perdoará as vossas ofensas” (Mateus, 6:15).

Nesse caso, a frase “as suas ofensas”, destacada pelos colchetes, não estaria no texto original, conforme análise do aparato crítico, que compreende as cópias e traduções bíblicas mais antigas disponíveis. Provavelmente é fruto do acréscimo de copistas, que frequentemente escreviam comentários à margem do texto; esses comentários teriam sido incorporados em cópias tardias da Bíblia e, portanto, aparecendo apenas nos documentos mais recentes.

Com todas essas alterações, a Almeida Revista e Atualizada, possivelmente é uma das versões de Almeida mais populares no Brasil. Conforme Teixeira e Zimmer (2014, p.83), Ela é uma das mais usadas pelas igrejas brasileiras.

### **3.4.5 Almeida Revista e Corrigida**

Conforme já exposto, a tradução de João Ferreira de Almeida passou por diversas revisões e correções. Entre os anos de 1894 e 1898, essa obra passou por uma nova revisão que buscava corrigir a ortografia da redação, dando, assim, origem à edição Almeida Revista e Corrigida. Embora tenha sido publicada em Lisboa, Scholz (2016, p. 76) afirma que a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e a Sociedade Bíblica Americana passaram a atuar no Brasil, ainda no século XIX, distribuindo a tradução de Almeida, sendo a versão Revista e Corrigida, segundo o autor, uma das mais populares até hoje no Brasil.

Após a fundação da Sociedade Bíblica do Brasil, no ano de 1948, a versão Almeida Revista e Corrigida ganhou, por parte dessa instituição, novas revisões. A primeira delas foi publicada em 1969, que, nesta pesquisa, serve como texto de controle, a fim de se realizar comparações entre as normas linguísticas empregadas nesta versão e nas edições mais recentes do texto bíblico. Vale salientar que, além de se tratar de uma publicação de meados do século XX, segundo Scholz (2016, 76-77), ela adota o modelo de tradução por equivalência formal (Cf. 4.3.1), assim como a Nova Almeida Atualizada.

### **3.4.6 A Bíblia de Jerusalém**

A Bíblia de Jerusalém é uma tradução de iniciativa católica, embora tenha contado com a participação de estudiosos protestantes em seu desenvolvimento, de acordo com Giraldi (2008, p. 221). Ela recebe esse nome em virtude da Escola Bíblica de Jerusalém, entidade francesa que patrocinou o esforço de tradução. Segundo Raupp (2015, p. 81-90), a versão brasileira seguiu o padrão da tradução francesa *La Bible de Jérusalem* e foi lançada completa em 1981, sendo que o Novo Testamento havia sido publicado em 1976.

Ainda que tenha seguido o modelo francês, a Bíblia de Jerusalém foi traduzida direto das línguas originais. Conforme Giraldi (2008, p. 221), o Antigo Testamento teve como base o Texto Massorético, compilado por sábios judeus até o século IX. O Novo Testamento, por sua vez, assim como a revisão de Almeida, também seguiu o Texto Crítico, lembrando que se trata do aparato constituído pelos manuscritos e traduções mais antigos da Bíblia.

Giraldi (2008, p. 221-222) postula que a Bíblia de Jerusalém possui alta qualidade e é bastante popular do público em geral, sendo a mais utilizada por católicos nos primeiros anos do século XXI. Dessa forma, é razoável dizer que essa obra está entre as mais proeminentes traduções brasileiras da Bíblia.

### 3.4.7 A Bíblia Viva

A Bíblia Viva é um dos textos bíblicos que ajudam a compor o *corpus* deste estudo. Ela foi publicada em 1981, pela editora Mundo Cristão, para um movimento de proselitismo com orientação protestante chamado de “Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo da América Latina”. Embora haja poucas informações quanto ao processo de elaboração dessa versão, especialmente no que se refere ao texto utilizado como fonte, conforme Raupp (2015, p. 91), sabe-se que ela foi produzida seguindo o modelo da versão já existente em inglês *Living Bible*, publicada nos Estados Unidos.

Contudo, as informações que interessam a esta pesquisa estão disponíveis, como o modelo metodológico utilizado para essa publicação. Segundo Raupp (2015, p. 91), o método de tradução utilizado no texto da Bíblia Viva foi a chamada *equivalência dinâmica* (método que prioriza o conteúdo da mensagem ao invés da forma). A nota prefacial da própria edição informa que se trata de uma “paráfrase” do texto bíblico para facilitar a compreensão por parte dos leitores. Essa proposta parece retomar o caráter dos antigos *Targums* (Cf. 3.3.2).

Essa versão é relevante, entre outros fatores, e se torna particularmente importante para este estudo, por ser uma das primeiras Bíblias brasileiras a adotar em seu texto formas pronominais inovadoras, como *você* e *a gente*, não contempladas no quadro de pronomes das

gramáticas tradicionais.

### 3.4.8 A Bíblia na Linguagem de Hoje

Com propósito semelhante ao da Bíblia Viva, a Bíblia na Linguagem de Hoje, conhecida também como Tradução na Linguagem de Hoje, começou a ser produzida em 1966 pela Sociedade Bíblica do Brasil. De acordo com Teixeira e Zimmer (2014, p. 89), o projeto partiu da solicitação de igrejas evangélicas que buscavam um texto bíblico simples, de fácil compreensão, a fim de ser usado para a prática de proselitismo e educação religiosa direcionada a crianças e jovens.

O Novo Testamento foi lançado em 1973. Em 1975, segundo informa Giraldi (2008, p. 215), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recomendou que fiéis católicos também fizessem uso dele. A Bíblia completa dessa tradução foi publicada apenas em 1988. Ela foi realizada diretamente das línguas originais (grego, hebraico e aramaico). Assim como na Bíblia Viva, Scholz (2016, p.83) afirma que a Tradução na Linguagem de Hoje foi produzida com a utilização do princípio de *equivalência dinâmica* (priorizando o conteúdo da mensagem).

A Bíblia na Linguagem de Hoje é a primeira versão da Nova Tradução na Linguagem de Hoje, publicada em 2000, que compõe o *corpus* desta pesquisa. Raupp (2015, p. 92) informa que em 2005 a Sociedade Bíblica do Brasil e as Edições Paulinas lançaram em parceria uma revisão ecumênica dessa tradução, contando com os sete livros *apócrifos/deutorocanônicos* (Tobias, Judite, 1º Macabeus, 2º Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico e Baruque).

### 3.4.9 Bíblia Pastoral

A Bíblia pastoral é uma tradução católica publicada em 1990. Assim como a Bíblia Viva e a Tradução na Linguagem de Hoje, seu objetivo é apresentar uma linguagem mais simples. Conforme Raupp (2015, p. 96), é possivelmente a primeira tradução católica no Brasil a oferecer um estilo mais acessível ao grande público.

Segundo informado por Raupp (2015, p. 96), o projeto de tradução foi coordenado pelo padre Ivo Storniolo e teve como base os textos nas línguas originais (grego, hebraico e aramaico) com notas de reflexões pastorais. Em 2014 foi publicada uma revisão dessa tradução denominada de Nova Bíblia Pastoral sob gerência da editora Paulus.

### 3.4.10 Nova Versão Internacional

A Nova Versão Internacional (NVI) é uma tradução brasileira feita segundo o modelo da *News International Version*, publicada em 1978. De acordo com Raupp (2015, p. 100), a *News International Version* é um projeto de reconhecimento mundial. Teixeira e Zimmer (2014, p. 88) afirmam que mais de 100 estudiosos estiveram envolvidos com o trabalho e que em 1987 sua distribuição superou a da *King James* nos Estados Unidos.

A versão brasileira foi publicada completa em 2000, embora o Novo Testamento tenha sido lançado em 1993. Conforme Teixeira e Zimmer (2014, p. 88), ela segue a mesma filosofia da versão em inglês, de possuir uma linguagem acessível e uma leitura fluente, porém foi traduzida diretamente das línguas originais (grego, hebraico e aramaico) e apresenta uma tradução mesclada entre um modelo literal e uma paráfrase livre. Raupp (2015, p. 100) destaca ainda a tentativa dos editores de não adequar essa tradução a convicções doutrinárias de grupos religiosos específicos.

### 3.4.11 Nova Tradução na Linguagem de Hoje

No ano 2000, foi publicada uma revisão da Bíblia na Linguagem de Hoje. Conforme Giraldi (2008, p. 309), após a publicação da primeira edição, em 1988, a comissão de tradução recebeu diversas sugestões e percebeu melhorias que poderiam ser realizadas no texto. Dessa maneira, foi empreendida uma acurada revisão que resultou na edição chamada Nova Tradução na Linguagem de Hoje.

Teixeira e Zimmer (2014, p. 89), afirmam que “A Nova Tradução na Linguagem de Hoje usa o princípio de equivalência funcional ou comunicacional, que visa a transportar o sentido do texto original para o português falado no Brasil hoje”. Assim, o objetivo original da tradução seria mantido, apresentando um texto de fácil compreensão e acessível a públicos com variados graus de instrução formal. Raupp (2015, p. 93) postula que o texto fonte para o Novo Testamento tenha sido o Texto Crítico (Cf. 3.2.2), pela presença de colchetes em textos não encontrados nos manuscritos mais antigos da Bíblia.

Conforme Giraldi (2008, p. 311), o projeto foi coordenado pelo Dr. Rudi Zimmer, a partir de 1994, tendo como consultor de tradução o Dr. Vilson Scholz a partir de 1999. Dessa forma, a Nova Tradução na Linguagem de hoje foi publicada na transição do século XX para o século XXI. Cabe ressaltar que essa versão também compõe o *corpus* deste estudo.

### 3.4.12 Bíblia Sagrada de Aparecida

A Bíblia Sagrada de Aparecida foi lançada em 2006. Trata-se de outra tradução de seguimento católico a adotar um nível de linguagem mais acessível destinada a romeiros e ao público em geral. Raupp (2015, p. 103) informa que ela foi traduzida diretamente das línguas originais (grego, hebraico e aramaico) pelo padre José Raimundo Vidigal. O trabalho foi financiado pela editora Santuário, ligada ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, devendo-se a isso o nome da tradução.

A tradução, conforme Carvalho (2020), foi realizada em um período de três anos em Roma, na Itália, com a ajuda de ferramentas de *software* e possui um vocabulário com 400 verbetes, que tem como objetivo auxiliar o leitor na compreensão do vocabulário bíblico. Raupp (2015, p. 103) observa ainda que a Bíblia Sagrada de Aparecida apresenta uniformidade de no estilo em virtude de ter sido trabalhado por apenas um tradutor.

### 3.4.13 Nova Almeida Atualizada (NAA)

A versão Almeida Revista e Atualizada (Cf. 3.3.4) recebeu uma nova edição em 1993 com poucas alterações, de maneira que, em meados da década de 2010, foi elaborada uma terceira edição do texto denominada Nova Almeida Atualizada. Trata-se, segundo Scholz (2016, p. 81), “de uma atualização da Atualizada”. Dessa forma foi realizada uma profunda revisão no texto de Almeida para se chegar a um nível de linguagem acessível ao público em geral sem, contudo, descaracterizar a obra do tradutor português.

O projeto partiu da Sociedade Bíblica do Brasil com o apoio de igrejas protestantes. Em sua nota prefacial (2017, p. V), a nova edição informa que os trabalhos de revisão iniciaram em 2013. Foram estabelecidos como objetivos principais para essa edição, conforme Scholz (2016, p. 81), a eliminação de termos obsoletos no português atual ou de difícil compreensão, mantendo-se a terminologia teológica; a aplicação da norma culta de escrita no Brasil e o emprego de formas pronominais inovadoras.

Para alcançar esses objetivos e, simultaneamente, manter o caráter do texto de Almeida, o prefácio da Nova Almeida Atualizada (2017, p. V-VI) afirma que foram consultados os textos nas línguas originais (grego, hebraico e aramaico), tendo como base para o Antigo Testamento a *Bíblia Hebraica* (Cf. 2.1.2.1) e para o Novo Testamento, foi adotado o Texto Crítico, embora a tradução de Almeida tenha partido do Texto Recebido (Cf. 3.2.2).



O prefácio da 3ª edição (2017, p. VI) informa ainda que o modelo metodológico adotado foi o princípio de *equivalência formal* (Cf. 4.3.1), semelhante à metodologia adotada por Almeida, ainda que haja trechos nos quais teriam sido empregados o princípio de *equivalência dinâmica* (Cf. 4.3.2). Isso resultaria em uma espécie de arranjo metodológico mesclado na busca de alcançar os objetivos dessa nova edição.

A Nova Almeida Atualizada ajuda a compor o *corpus* desta pesquisa. Ela foi publicada em 2017 com o propósito de substituir a versão Almeida Revista e Atualizada, no uso geral, apresentando uma linguagem mais acessível e direcionada para leitura em voz alta, para uso em cerimônias religiosas e para o estudo acadêmico, conforme o prefácio (2017, p. V).

Cabe observar que, desde a Antiguidade, contextos históricos, políticos e religiosos distintos interferiram na produção de traduções da Bíblia, o que também resultou em textos variados e com formas diferentes. Todavia, as traduções e versões bíblicas, em especial as mais recentes, tiveram como propósito facilitar o acesso do público ao texto considerado sagrado pelos cristãos.

Diante dessa trajetória de traduções e versões do texto bíblico, as edições estudadas nesta pesquisa foram selecionadas por possuírem ano de publicação em intervalos equilibrados de tempo entre elas, possibilitando observar os textos em diferentes estágios, e também empregaram pronomes inovadores possibilitando a ocorrência de diversos rearranjos gramaticais, na esteira de adaptar o texto da Bíblia para o usuário do português falado no Brasil. As versões analisadas neste estudo, lembrando, A Bíblia Viva, A Nova Tradução na Linguagem de Hoje e A Nova Almeida Atualizada adotam, ainda, modelos metodológicos conhecidos relativamente recentes no campo da tradução. Esses modelos são mais bem discutidos no próximo capítulo.

#### 4 OS PRINCIPAIS MODELOS DE TRADUÇÃO BÍBLICA

A multidão ficou admirada e espantada e comentava:

— Estas pessoas que estão falando assim são da Galileia! Como é que cada um de nós as ouvimos falar na nossa própria língua?

Atos 2.7-8, NTLH

O panorama histórico da Bíblia apresentado no capítulo anterior demonstra que traduzir o livro sagrado dos cristãos não é um exercício recente. Desde a Antiguidade existe a preocupação de oferecer o texto bíblico em idiomas variados. Possivelmente, por essa razão, Oustinoff (2011, p. 12) afirma que “é impossível falar de tradução deixando de levar em consideração os textos bíblicos, seja-se ou não crente, especialmente porque eles foram e continuam a ser, de longe, o maior empreendimento de tradução da história da humanidade”.

É razoável dizer que o grande número de traduções e versões da Bíblia é ocasionado por razões diversas. Entre elas seria possível citar o empenho em conquistar fieis para a fé cristã ou judaica. O proselitismo teria sido uma das principais motivações desde a realização das primeiras traduções bíblicas. Outro fator que contribui para a multiplicidade de edições da Bíblia é a própria natureza mutável das línguas; no decorrer do tempo, a norma linguística empregada em determinado texto cai em obsolescência, tornando necessária uma atualização dessa norma e novas traduções.

Eggers (2019, p. 22) aponta, ainda, outras causas que fomentam os exercícios de tradução bíblica. Segundo a pesquisadora, existem projetos individuais que têm o objetivo de defender uma interpretação da Bíblia, romper com a tradução tradicional, aplicar ou demonstrar princípios de tradução ou “descristianizar” o texto. Um segundo fator seriam motivações mercadológicas, pois, conforme Eggers (2019, p. 22), uma nova tradução da Bíblia é capaz de alavancar as vendas de determinada editora.

Dessa maneira, o trabalho de tradução bíblica passou a ocupar as reflexões no campo dos Estudos da Tradução, especialmente na década de 1960, com o trabalho do linguista norte-americano Eugene Nida. De acordo com Raupp (2015, p. 93), Nida desenvolveu, em sua teoria, os conceitos de *equivalência formal* e *equivalência dinâmica*, baseadas na hipótese de que existe uma equivalência entre o texto fonte e o texto alvo (Cf. 4.3). Eggers (2019, p. 36-37) postula que Nida, com essa teoria, tinha por objetivo direcionar o exercício de tradução

bíblica, transformando-o em uma atividade científica e que esse modelo deveria ser aplicável em diferentes culturas, podendo ser utilizado em projetos de tradução da Bíblia para vários idiomas, especialmente os minoritários e os nacionais, priorizando a inteligibilidade do texto por parte dos falantes das línguas de chegada.

Considerando que a teoria de Eugene Nida foi amplamente aplicada nas traduções da Bíblia para o português, inclusive nas versões que compõem o *corpus* deste estudo (Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada), neste capítulo é feita uma breve discussão sobre ela, buscando elucidar os conceitos de *equivalência formal* e *equivalência dinâmica* e, depois, é ponderada sua aplicação nos textos bíblicos em tela no presente estudo. Para isso é tomado como suporte Nida (1964); Nida e Taber (1982); Cuéllar (2000); Gohn (2001); Ribeiro (2004); Simms (1997); Oustinoff (2011); Teixeira e Zimmer (2014); Raupp (2015); Pym (2017) e Eggers (2019). Antes, no entanto, cabe fazer uma distinção entre os conceitos de “tradução” e “versão”, e também é válido tecer um comentário sobre a natureza sensível do texto bíblico.

#### 4.1 TRADUÇÃO E VERSÃO

Os termos “tradução” e “versão” corriqueiramente podem ser confundidos. É até comum que sejam tomados como sinônimos nos mais variados contextos. No campo técnico, é possível constatar o uso intercambiável das duas expressões, como na posição assumida por Raupp (2015, p. 25). Entretanto, as duas palavras podem também ser utilizadas como terminologias que apontam para conceitos distintos. Existem, pelo menos, duas maneiras de distinguir os conceitos de tradução e versão.

Há quem veja a diferença entre “tradução” e “versão” apenas sob um critério de direcionalidade. Nesse caso, a direção em que a tradução é realizada diz se ela é, de fato, uma “tradução” ou uma “versão, em outras palavras, se um tradutor brasileiro toma um texto originalmente escrito em francês e o traduz para o português, isso seria uma tradução, pois a direção segue da língua estrangeira para a língua materna. Todavia, se o mesmo tradutor brasileiro toma um texto originalmente escrito em português e faz sua tradução para o francês, isso seria uma versão, pois a direção agora parte da língua materna para a língua estrangeira. Essa é a postura assumida pela Associação de Tradutores Públicos de Minas Gerais (2023).

A segunda forma de distinguir “tradução” de “versão”, principalmente no que se refere à Bíblia, é a compreensão de que “tradução” seria o exercício de traduzir o texto de uma língua para outra, sem importar a direção. A “versão”, por sua vez, de acordo com Eggers (2019,

p.61), seria um exercício de revisão e reelaboração de uma tradução já existente. Dessa forma, seria possível dizer que a Bíblia de João Ferreira de Almeida (Cf. 3.3.11) é uma “tradução”, porque foi traduzida das línguas originais (grego, hebraico e aramaico) para o português. Porém, Almeida Revista e Atualizada (Cf. 3.4.4) é uma “versão”, pois foi a revisão e a atualização da tradução empreendida por Almeida no século XVII.

Assumindo esta segunda forma de se distinguir os dois termos, é possível dizer que as Bíblias analisadas nesta pesquisa se tratam propriamente de versões, mesmo a Bíblia Viva (Cf. 3.4.6), pois, apesar de seguir o texto em inglês, adota uma postura parafrástica. A Nova Tradução na Linguagem de Hoje (Cf. 3.4.10) é uma profunda revisão da Bíblia na Linguagem de Hoje (Cf. 3.4.7) e a Nova Almeida Atualizada (Cf. 3.4.12), a terceira edição de Almeida Revista e Atualizada, que, como já visto, trata-se de uma das versões da tradução de João Ferreira de Almeida.

Tanto o exercício de se elaborar uma nova tradução quanto versões das traduções que já existem envolve o aspecto sensível do texto bíblico.

#### 4.2 A SENSIBILIDADE DO TEXTO BÍBLICO

Antes de seguir para a teoria de *equivalência*, é necessário salientar que existem expectativas, por parte dos leitores, quanto ao processo de tradução da Bíblia. Embora nem todos tenham acesso ao texto em suas línguas originais, muitos confiam em traduções clássicas, inclusive atribuindo a essas traduções “inspiração divina”. Nida (1964, p. 27) relata que frequentemente perguntam às sociedades bíblicas se publicam a Versão King James em japonês ou em espanhol. De acordo com Nida, estaria implícita nessa pergunta a crença de que a King James é uma tradução “inspirada”.

Todavia, Eggers (2019, p. 20) afirma que, quando muitos desses leitores tomam conhecimento dos procedimentos complexos de transmissão e tradução da Bíblia, sentem-se inseguros quanto à fidelidade das traduções. A insegurança em relação às traduções ou a confiança em determinada tradução clássica revelam que a Bíblia é um texto sensível. Ribeiro (2004, p. 34) define a sensibilidade de um texto da seguinte maneira: “Uma reação do leitor ao texto, que se expressa geralmente de forma emocional com reações extremas em relação a tais textos e em uma conseqüente movimentação de instrumentos de censura, oficiais ou oficiosos para interromper sua circulação”.

É possível, então, perceber que a sensibilidade não é inerente ao texto, mas está na reação que o leitor tem a ele. Essa definição tem amparo em Simms (1997, p. 5), que apresenta

quatro razões pelas quais um texto pode ser considerado sensível, a saber, ele pode ser adverso ao Estado, à religião, à decência (ou ao pudor) e aos cidadãos (indivíduos). Isso demonstra que não apenas textos religiosos podem ser considerados sensíveis, mas qualquer que suscite reações de alguma das quatro esferas listadas acima. Dessa forma, por exemplo, na esfera estatal, um texto poderia ser sensível se apresentasse conteúdo considerado politicamente subversivo. Nesse sentido, Simms (1997, p. 5) argumenta que a natureza da sensibilidade de um texto é mutável. Isso dependeria de como ele é recebido nas diferentes esferas, ou seja, uma obra poderia ser considerada legal pelo Estado, mas conter sacrilégios de acordo com a religião.

No que se refere às traduções da Bíblia, Gohn (2001, p. 150) postula que as mudanças nessas traduções não são fáceis, pois há uma crença de que a redação a que os leitores estão habituados foi transmitida palavra por palavra pela divindade e isso lhe conferiria um caráter de “original”. Isso quer dizer que alterações na escrita de uma tradução clássica ou uma nova tradução diferente daquela tradicional poderiam causar reações adversas do fideis. Haveria, assim, conforme Gohn, uma contaminação na forma como as traduções são vistas. Eggers (2019, p. 35) apresenta esse problema da seguinte forma:

Uma vez que um texto é considerado por uma comunidade como portador das intenções e das verdades de um Autor Original, ainda que por meio de palavras humanas, trasladar essa mensagem de um idioma a outro é uma tarefa delicada, que implicará desconfiança.

Em virtude disso, é possível que o trabalho de tradução bíblica sofra pressões externas, pois como observa Eggers (2019, p. 34), ao longo da história muitas doutrinas surgiram e passaram a exercer pressão na maneira de traduzir a Bíblia com o objetivo de apoiar as práticas de determinados grupos religiosos.

Outro aspecto da sensibilidade do texto bíblico é observado por Ribeiro (2004, p. 35). A pesquisadora argumenta que os elementos paratextuais presentes em traduções da Bíblia (mapas, tabelas e notas explicativas) podem servir como mecanismos de manipulação ideológica, uma vez que as línguas e as culturas bíblicas estariam distantes do público e restritas a acadêmicos, as edições da Bíblia ofereceriam por meio desses recursos a interpretação própria dos tradutores ou patrocinadores do projeto. Ribeiro (2004, p. 35) afirma que as traduções ainda se apresentam como portadoras de rigor científico a fim de reforçar sua credibilidade e levar o leitor a entender que é dependente da interpretação oferecida.

Além dos elementos paratextuais, Ribeiro (2004, p. 36-37) também apresenta o recurso da equivalência dinâmica, desenvolvida por Eugene Nida, como uma forma de oferecer a

interpretação do tradutor, haja vista que, no afã de oferecer um texto claro, em muitas ocasiões, o tradutor realiza um trabalho hermenêutico. Porém, os modelos de equivalência serão abordados na próxima seção.

#### 4.3 OS MODELOS DE EQUIVALÊNCIA EM TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Como dito anteriormente, o conceito de equivalência no campo da Tradução parte da hipótese de que se pode dizer algo na língua de chegada como o mesmo valor que ele possui na língua de partida. Pym (2017, p. 27) apresenta esse conceito nos seguintes termos: “A relação entre o texto de partida e a sua tradução será de equivalência (igual valor), onde ‘valor’ pode estar no nível da forma, da função ou em algum nível intermediário entre elas”. O autor observa que a equivalência não estabelece que as línguas são todas iguais, mas que ela propõe que os valores podem ser iguais.

Dessa forma, Pym (2017, p. 27) diz que o paradigma da equivalência se divide em dois subparadigmas, quais sejam, a “equivalência natural” e a “equivalência direcional”. De acordo com essa perspectiva, no subparadigma da equivalência natural, o texto pode alcançar o mesmo valor tanto na língua de partida quanto na língua de chegada sem comprometer a naturalidade da tradução. Pym (2017, p. 29-31) exemplifica isso com a expressão *Friday 13th* (sexta-feira 13), em inglês, que é identificado como dia de azar em culturas de língua inglesa. Ele afirma que em espanhol o dia considerado de azar é a terça-feira 13 (*martes 13* ou *martes y 13*). Então, se alguém quisesse traduzir *Friday 13th* para o espanhol como dia de azar, ele poderia usar *martes 13*, caso quisesse apenas indicar o dia da semana, usaria *viernes 13*. Isso manteria a naturalidade da tradução, sendo possível voltar, da mesma maneira, para o inglês *Friday 13th* ou *Tuesday 13th* a depender da ênfase que se deseja empregar. Com isso, a tradução se mantém natural sem importar a direção em que ela é realizada, se da língua A para a língua B ou ao contrário.

Por sua vez, a equivalência direcional, conforme Pym (2017, p. 61), se opõe à equivalência natural, pois aquela não estabelece reciprocidade entre a língua de partida e a língua de chegada. Isso quer dizer que um texto traduzido da língua A para a língua B, ao ser retraduzido da língua B novamente para a língua A, o resultado na língua A poderia ser diferente do texto original. Um exemplo para esse conceito é encontrado em Teixeira e Zimmer (2014, p. 100):

Em Papua Nova Guiné, um grupo de tradutores foi enviado para estudar a língua e traduzir a Bíblia para um povo que, de tão beligerante, sequer possuía a palavra “perdão” em seu vocabulário. Como poderiam traduzir uma Bíblia sem a palavra perdão? Como ficaria a expressão “perdão de Deus”, central na teologia bíblica e cristã? Estudando a cultura daquelas pessoas, os missionários-linguistas constataram que a vingança era tida em alta conta entre elas. Famílias que tiveram algum parente assassinado chegavam ao ponto de arrancar a mandíbula do morto e dependurá-la sobre a porta principal da casa para nunca se esquecerem de que a morte daquele ente querido precisava ser vingada. Pois foi daí que surgiu o termo perdão naquela língua: “Deus não pendura mandíbulas”.

Diante disso, se o texto fosse traduzido de volta a partir daquela língua papuásia, o resultado obtido não seria mais o termo “perdão”, porém um correspondente mais próximo de “Deus não pendura mandíbulas”. É possível assim perceber que a equivalência direcional está ligada, como o próprio nome sugere, à direção em que o texto é traduzido.

Contudo, Pym (2017, p. 31) destaca que o termo “‘equivalência’ tornou-se perceptivelmente muito mais abrangente”, pois nasceram outras teorias que propunham diferentes tipos de equivalência, entre elas as desenvolvidas por Nida (1964) com o livro *Toward a science of translating*. Vale lembrar que esse modelo foi desenvolvido pelo linguista estadunidense para aplicação em tradução bíblica. Para Nida, existem dois tipos de equivalência, a formal e a dinâmica.

#### 4.3.1 Equivalência formal

O conceito de equivalência formal pode ser compreendido como o princípio de tradução que coloca sua atenção no texto de partida, isso quer dizer que o tradutor busca apresentar no texto de chegada a forma mais próxima àquela da produção inicial. Pym (2017, p. 73) diz ser uma maneira de seguir tanto as palavras quanto os padrões textuais originais. Esses padrões textuais são apresentados por Nida e Taber (1982, p. 21-22) e envolvem também a ordem e a classe das palavras e sua organização sintática. Essa maneira de traduzir seria uma tentativa de manter o texto de chegada fiel ao texto de partida.

Desse modo, o tradutor, conforme Teixeira e Zimmer (2014, p.92), dá “mais importância ao texto fonte”. No tangente à tradução bíblica, o emprego da equivalência formal estaria ligado à ideia de se preservar ao máximo a forma das línguas originais e, assim, manter o mesmo nível de “inspiração divina”. Segundo Nida (1964, p. 27), ela é naturalmente preferida pelos fieis mais conservadores por estarem concentrados numa suposta leitura dos “autógrafos” (os textos produzidos de próprio punho pelos escritores da Bíblia).

Traduções formais da Bíblia, com inclinação a um modelo mais literal já existiam,

como a Tradução de Àquila (Cf. 3.3.3). Eram traduções bíblicas centradas na estrutura das línguas originais, mesmo as produzidas por missionários com o objetivo de introduzir o Cristianismo em comunidades com pouca difusão da religião cristã. Nesse sentido, Eggers (2019, p. 37) afirma: “Muitos dos projetos de tradução feitos com essa metodologia, na visão de Nida, não se propunham a ser compreensíveis, pois se preocupavam demasiadamente com a forma, abrindo mão do entendimento, ou seja, do receptor”.

Nida (1964, p. 25-26) entende que esse modelo de tradução compromete a inteligibilidade do texto por parte do receptor. Dessa maneira, a leitura do texto em uma cultura diferente poderia provocar sérios problemas de interpretação. Um exemplo disso é apresentado por Teixeira e Zimmer (2014, p. 96) com a expressão hebraica “*mot tamut*”, que de acordo com os autores se encontra em Gênesis 2.17 e significa literalmente “morrer morrerás”. Essa tradução não seria compreensível, por isso é colocada no texto da Bíblia “certamente morrerás”. Cabe ressaltar que problemas de interpretação relacionados à tradução podem ser agravados pela própria sensibilidade do texto bíblico.

À vista disso, Nida e Taber (1982, p. 22) destacam a prioridade da equivalência dinâmica sobre o modelo formal. Eggers (2019, p.38) postula que, para Nida, o foco deveria estar sobre o conteúdo a ser transmitido de forma simples e compreensível. Desse modo, o pesquisador norte-americano romperia com os métodos centrados no texto de partida para delinear um modelo com foco no receptor.

#### **4.3.2 Equivalência dinâmica**

Em oposição ao modelo formal, Eugene Nida propôs a equivalência dinâmica. Esse princípio, também chamado de equivalência funcional, pode ser compreendido como sendo um método em que se busca causar ao receptor da tradução uma reação semelhante àquela experimentada pelo leitor do texto original. Nida e Taber (1982, p. 24) compreendem que essa reação do leitor da segunda língua não será igual, isso porque envolve contextos culturais diferentes, porém os autores asseveram que a resposta do receptor na língua de chegada não pode ser limitada à compreensão da informação, “pois a comunicação não é meramente informativa”. Então, conforme Pym (2017, p. 73), a equivalência dinâmica procura “recriar a função que as palavras podem ter tido em seu contexto original”.

Dessa maneira, como já exposto, o foco da tradução não está mais sobre a forma do texto original, mas sobre o receptor, ou seja, a preocupação do tradutor será em apresentar o conteúdo do texto original de uma maneira que o leitor possa compreender o conteúdo do



texto de partida com a equivalente reação que os leitores do texto de partida tiveram. Para isso, de acordo com Teixeira e Zimmer (2014, p. 98), é necessária a articulação de diversas áreas do conhecimento, como Linguística, Antropologia, Sociologia e Psicologia. Na perspectiva de Cuéllar (2000, p. 170) o tradutor se constitui em um mediador que acumula o conhecimento de duas culturas diferentes e deve compreender a intenção comunicativa no texto de partida e reverbalizá-la simbolicamente no texto de chegada, mantendo a fidelidade à intenção comunicativa do texto-fonte.

Segundo Eggers (2019, p.39), a teoria de Nida teve grande impacto nas traduções da Bíblia, inspirando diversos projetos novos. Um desses projetos foi a Nova Tradução na Linguagem de Hoje (Cf. 3.4.10). Fazendo uso dela, Teixeira e Zimmer (2014, p. 100) demonstram a aplicação do método de equivalência dinâmica:

O mesmo princípio [...] aplica-se a Lc 9.23, que na ARC [Almeida Revista e Corrigida] está assim: “Se alguém que vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a sua cruz, e siga-me.” No discurso popular, “carregar a cruz” perdeu o seu sentido original, que é recuperado pela NTLH quando ela diz: “Se alguém quer ser o meu seguidor, que esqueça os seus próprios interesses, esteja pronto cada dia para morrer como eu vou morrer e me acompanhe.” No contexto em que Jesus disse essas palavras, pôr a mão na cruz significava enveredar por um caminho que não tinha volta. Era dirigir-se ao lugar da execução. Isso explica a NTLH ter usado “morrer como eu vou morrer”.

Esse exemplo demonstra que a tradução, uma vez realizada segundo o modelo de equivalência dinâmica, não poderia ser retraduzida com a mesma forma da língua original. Isso colocaria a teoria de Nida no quadro da chama de equivalência direcional. Sobre ela, Pym (2017, p. 72) diz: “A teoria geral, no entanto, em particular no que se refere a sua aplicação prática, mantém-se visivelmente direcional.

Eggers (2019, p. 39) afirma que a preferência que Nida deu à equivalência dinâmica foi criticada por alguns teóricos que viam esse modelo como reducionista e imperialista. Contudo, a pesquisadora reconhece, que, embora essa teoria tenha sofrido objeções nas igrejas e na academia, o fator de inteligibilidade prezado nela continua sendo importante em tradução da Bíblia, inclusive naquelas que adotam a equivalência formal.

### 4.3.3 A aplicação dos modelos de equivalência de Nida

As versões Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada, que compõem o *corpus* desta pesquisa, receberam a influência do trabalho de Nida. A Bíblia Viva e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje podem ser citadas como exemplo do

emprego do método de equivalência dinâmica. Elas possuem como princípio de tradução a preeminência do receptor, procurando simplificar a mensagem e contextualizá-la. A Nova Tradução na Linguagem de Hoje inclui os pronomes inovadores *você*, *vocês* e *a gente*, além de uma norma linguística mais próxima à utilizada no Brasil na tentativa de facilitar a compreensão de determinadas passagens. Os excertos abaixo comparam o texto da Almeida Revista e Corrigida (1), com a equivalência formal, com o da Nova Tradução na Linguagem de Hoje (2), com equivalência dinâmica.

- (1) E, tendo acabado o vinho, a mãe de Jesus lhe disse: Eles não têm vinho. Respondeu-lhes Jesus: Mulher, que tenho eu contigo? Ainda não é chegada a minha hora. (João 2.3-4, ARC).

Em (1), o contexto apresentado é de uma festa de casamento. O diálogo entre Jesus e sua mãe, traduzido pelo método formal, na Almeida Revista e Corrigida, pode conduzir o leitor à compreensão de que a resposta dada a Maria tenha sido em tom ríspido. Isso porque a tradução, direcionada apenas pela forma, parece não conseguir reproduzir todas as implicações culturais envolvidas na conversação. A Nova Tradução na Linguagem de Hoje apresenta o mesmo texto da seguinte maneira:

- (2) Quando acabou o vinho, a mãe de Jesus lhe disse: — O vinho acabou. Jesus respondeu: — Não é preciso que a senhora diga o que eu devo fazer. Ainda não chegou a minha hora. (João 2.3-4, NTLH).

É possível perceber que, em (2), a redação apresenta a resposta de Jesus de forma mais articulada, procurando oferecer um entendimento melhor do que ele pretendia expressar. De modo similar, a Bíblia Viva (3) parece oferecer uma redação mais interpretativa, com a intenção de aproximar o leitor de uma possível interpretação da resposta:

- (3) Durante a festa o vinho acabou, e a mãe de Jesus veio a Ele com o problema. "Eu não posso ajudar agora", disse Ele. "Ainda não é a minha hora de fazer milagres". (João 2.3-4, BV).

No exemplo (3), pode-se notar que a resposta de Jesus parece oferecer um sentido diferente ao observado nos excertos anteriores. Além disso, observa-se que a fala de sua mãe é

colocada de maneira indireta, diferentemente do apresentado nas outras versões. Dessa maneira, pode-se constatar como o modelo dinâmico prioriza a contextualização, enquanto o método formal valoriza o contorno do texto de partida.

Conforme mencionado anteriormente, há diversas críticas à aplicação do modelo de equivalência dinâmica em traduções da Bíblia. Em parte, reação de leitores mais conservadores que se deparam com uma redação à qual não estão habituados, conforme destaca Scholz (2016, p. 83). De outro lado, as apreciações contrárias partem de acadêmicos que veem nesse método de tradução, se aplicado em excesso, iminência de se comprometer o sentido original, como postula Raupp (2015, p. 95-94).

A versão Nova Almeida Atualizada, entretanto, adota a equivalência formal. De acordo com Eggers (2019, p. 41), ainda que siga essa vertente, essa versão preza pela inteligibilidade. Isso quer dizer que não se trata de uma versão totalmente formal, pois em virtude de se buscar um equilíbrio entre a forma e a compreensão por parte do leitor, lança mão de uma tradução mais livre em determinados momentos, o que Teixeira e Zimmer (2014, p. 101) classificam como sendo uma mescla em que os dois princípios convivem no mesmo trabalho de tradução, apesar de que eventualmente haja a predominância de modelo sobre o outro.

Isso foi feito no processo de revisão que resultou na Nova Almeida Atualizada. Como apresentado em (4), na mesma passagem de João 2.3-4.

- (4) Tendo acabado o vinho, a mãe de Jesus lhe disse: — Eles não têm mais vinho. Mas Jesus respondeu: — Por que a senhora está me dizendo isso? Ainda não é chegada a minha hora. (João 2.3-4, NAA).

No texto de (4) é possível observar que há maior proximidade com (1), a fala de Jesus foi transcrita de maneira a parecer menos agressiva, entretanto mantendo um nível de redação menos interpretativa se comparado com (2) e (3).

Diante disso, pode-se considerar que as versões da Bíblia publicadas nas últimas décadas têm procurado adequar o texto de chegada à norma linguística em uso. Mesmo as traduções ou versões que se pautam pela preeminência do texto de partida consideram o critério da inteligibilidade como forma de alcançar o que Scholz (2016, p. 85) chama de “dupla fidelidade”, tanto ao texto quanto ao leitor. Tudo isso possui implicações, no texto bíblico, relevantes do ponto de vista gramatical.

Scholz (2013, p. 134-138) tece considerações a respeito de como algumas versões da Bíblia empregam uma norma gramatical que se tornou obsoleta e não refletem os usos lin-

guísticos atuais do Brasil. Nessa perspectiva, seria importante aproximar o texto bíblico da norma utilizada pelos falantes do português, incluindo nisso, as alterações necessárias no quadro pronominal e os rearranjos gramaticais decorrentes dessas mudanças.

Assim, Scholz (2013, p. 135) postula que os estudos sociolinguísticos são imprescindíveis para que se alcancem traduções e versões da Bíblia com uma norma linguística mais próxima dos falantes ao invés de textos em uma norma abstrata distante do uso real.

À vista disso, as versões Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada têm empregado os modelos de equivalência dinâmica ou formal; incluem também os pronomes inovadores *você*, *vocês* e *a gente* ou pronomes os canônicos *tu*, *vós* e *nós*, conforme apresentado nos exemplos (5) e (6).

(5) Ao que lhe perguntaram: Pois que? És tu Elias? Respondeu ele: Não sou. És tu o profeta? E respondeu: Não. (João 1. 21, ARC).

(6) "Nesse caso, quem é você?" perguntaram eles. "Você é Elias?" "Não", respondeu. "Você é o profeta?" "Não". (João 1.21, BV).

O exemplo (5) apresenta um diálogo entre João Batista e um grupo de sacerdotes judeus na versão Almeida Revista e Corrigida. Nessa edição, que usa o método formal de tradução, observa-se a recorrência da variante canônica *tu*, para representar a segunda pessoa do singular, com o verbo seguindo a conjugação conforme a norma-padrão. Entretanto, o mesmo trecho é apresentado em (6) na versão Bíblia Viva, que adota o método dinâmico, e nota-se que a forma *tu* é substituída pela variante *você*, com o verbo conjugado na terceira pessoa do singular. Essas movimentações são analisadas nesta pesquisa, cuja metodologia é descrita no capítulo seguinte.

## 5 METODOLOGIA

Eu resolvi estudar e conhecer as coisas. Estava decidido a encontrar a sabedoria e a achar as respostas para as minhas perguntas.

Eclesiastes 7.25, NTLH

Neste capítulo, como relatado acima, é apresentada a metodologia empregada para o desenvolvimento desta pesquisa. Desse modo, é realizada a caracterização do estudo, apresentando o *corpus* analisado e a maneira como é feita a abordagem. Em seguida, é exposto o recorte da amostra coletada, apontando para o objetivo e os procedimentos adotados. Para isso, são tomados como referencial Marconi e Lakatos (1992) e Gil (2002).

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa procura analisar três versões da Bíblia: A Bíblia Viva (BV), Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH) e Nova Almeida Atualizada (NAA), a fim de averiguar a ocorrência e a recorrência de rearranjos gramaticais descritos na literatura como consequência do encaixamento das formas pronominais inovadoras *você*, *vocês* e *a gente*, mesmo aquelas reorganizações censuradas pela tradição gramatical. Para fundamentar esta pesquisa, recorreu-se aos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança expostos em Weinreich; Labov; Herzog (2006), Labov (2006, 2008 [1972]), Faraco (2008), Faraco e Zilles (2017) e Bortoni-Ricardo (2017).

#### 5.1.1 Corpus

Esta pesquisa tem sido desenvolvida por meio da análise de três textos bíblicos nos quais foram empregadas as formas pronominais inovadoras *você*, *vocês* e *a gente*, com a intenção de observar, nesses textos selecionados, os movimentos de rearranjos gramaticais decorrentes de seu emprego.

As versões bíblicas que compõem o *corpus* deste estudo são: A Bíblia Viva (BV), publicada pela Editora Mundo Cristão, Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH) e Nova Almeida Atualizada (NAA), sendo estas duas últimas publicadas pela Sociedade Bíblica do

Brasil. Para fins de comparação, foi analisada a versão Almeida Revista e Corrigida (ARC), também publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), que não adota os já mencionados pronomes inovadores em seu texto e cuja construção observa os parâmetros da gramática tradicional.

Os critérios que direcionaram a seleção do *corpus* foram o emprego dos pronomes inovadores *você*, *vocês* e *a gente*, pois são eles que possibilitam a ocorrência do fenômeno estudado; o ano das edições, levando em consideração o contexto social do período das publicações e o equilíbrio temporal entre as três versões, de forma que A Bíblia Viva foi publicada em 1981, penúltima década do século XX, a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, de 2000, lançada na transição do século XX para o século XXI e a Nova Almeida Atualizada, de 2016, já da segunda década do século XXI.

Outro critério considerado para esta seleção foi o propósito da publicação de cada versão. A Bíblia Viva tem por base a versão em inglês *The Living Bible*, cuja nota prefacial da própria edição em português, trata-se de uma paráfrase da Bíblia Sagrada que possui por objetivo simplificar textos complexos e melhorar sua compreensão (A BÍBLIA VIVA, 1981).

A Nova Tradução na Linguagem de Hoje, por sua vez, é a segunda edição da Bíblia Tradução na Linguagem de Hoje, de 1988. No entanto, conforme os editores, tantas alterações foram realizadas em relação à primeira edição, que ela pode ser considerada até uma tradução (NOVA TRADUÇÃO NA LINGUAGEM DE HOJE, 2000). Ainda conforme os editores, a NTLH possui como objetivo principal “a evangelização do povo brasileiro”, ou seja, essa versão tem como finalidade o proselitismo religioso.

A Nova Almeida Atualizada é, por seu turno, a terceira edição da tradução de João Ferreira Annes de Almeida. Essa edição, de acordo com a Sociedade Bíblica do Brasil, busca atualizar o texto da segunda edição (Almeida Revista e Atualizada, de 1999). Dessa maneira, ela se propõe a apenas melhorar a compreensão do texto de Almeida (1999) e torná-lo aplicável a diversas atividades do leitor, como à memorização, à pregação e ao estudo acadêmico (NOVA ALMEIDA ATUALIZADA, 2016).

O último critério de seleção do *corpus* foi o público-alvo. De acordo com as respectivas apresentações das três versões analisadas, direcionam-se ao público em geral. A BV especifica o objetivo de alcançar o leitor brasileiro com escolarização mediana; A NTLH propõe, também, ao leitor brasileiro, inclusive a crianças e a NAA, abranger contextos diversos, tem como público o leitor lusófono com grau mediano de instrução formal.

A versão Almeida Revista e Corrigida (ARC), como já apontado, procura pautar-se pela prescrição tradicional da gramática normativa, apresentando um texto com uma norma

outrora produtiva. A edição escolhida foi publicada em 1969, início da segunda metade do século XX. Isso torna a ARC ideal para uma comparação entre as normas adotadas pelas versões bíblicas sob análise e a observação da movimentação ocasionada pela inserção de formas pronominais inovadoras.

### **5.1.2 Forma de abordagem**

Esta é uma pesquisa documental, pois propõe explorar documentos escritos com o objetivo de analisar e descrever um fenômeno linguístico. Desse modo, a forma de abordagem aqui utilizada é quantitativa e qualitativa, pois, conforme Gil (2002), por meio da análise quantitativa se obtém conclusões correspondentes aos dados coletados. Ainda conforme o autor, a análise qualitativa é menos formal, dependente de fatores como a extensão da amostra e a natureza dos dados.

Para Marconi e Lakatos (1992), são obtidas frequentemente descrições quantitativas e qualitativas, cabendo ao pesquisador conceituar as inter-relações das propriedades do fenômeno investigado. Dessa forma, a presente pesquisa conjuga as duas formas de abordagem buscando melhor compreensão do fenômeno de rearranjos decorrentes do emprego de formas pronominais inovadoras no texto bíblico. Salienta-se, ainda, que os dados levantados são analisados à luz da Teoria da Variação e Mudança linguística.

## **5.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE DA AMOSTRA**

Este estudo, procurando atender aos objetivos e responder às questões motivadoras, recolheu amostras de três versões da Bíblia em português, considerando as variáveis e observações descritas a seguir.

### **5.2.1 Objetivo da pesquisa**

O presente estudo visa a analisar e descrever o fenômeno de rearranjos gramaticais decorrentes do emprego dos pronomes inovadores *você*, *vocês* e *a gente* em três versões da Bíblia Sagrada em português, lembrando, Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada.

Para isso, a variável dependente controlada, neste estudo, é as estruturas morfológicas prescritas pela gramática tradicional e as estruturas morfológicas permeadas pelos paradigmas

das formas inovadoras no quadro pronominal, recorrentes em normas linguísticas urbanas.

Como variáveis independentes, os fatores linguísticos observados são o grau de recorrência dos pronomes inovadores ou canônicos e o emprego das formas genitivas. As variáveis extralinguísticas controladas são o ano de publicação da Bíblia; o objetivo da versão, o público-alvo de cada edição e o método de tradução adotado em cada uma delas.

### 5.2.2 Procedimento da pesquisa

Este estudo, conforme relatado anteriormente, é de cunho documental, que analisa textos da Bíblia Sagrada, documento com propriedades religiosas e adotado como autoritativo por diversas correntes do Cristianismo. São pesquisadas variações na representação da 2<sup>a</sup> pessoa do singular, indicada pela sigla “P2”; 2<sup>a</sup> pessoa do plural, apontada por “P5” e 1<sup>a</sup> pessoa do plural, com a sigla “P4” no que se refere ao quadro de possessivos e ao paradigma verbal no modo imperativo. Desse modo, a amostra que serve para a coleta de dados é composta pelo Pentateuco (os cinco primeiros livros do Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) e pelos Evangelhos (os quatro primeiros livros do Novo Testamento: Mateus, Marcos, Lucas e João) de cada uma das três versões analisadas, além da versão Almeida Revista e Corrigida.

A seleção da amostra se justifica pelo fato de os livros componentes do Pentateuco e dos Evangelhos agregarem tipologias textuais diversificadas: gêneros narrativos, a exemplo de romance e memórias; textos descritivos, como as descrições objetivas da construção de artefatos sagrados e injuntivos, exemplificado pelas leis e preceitos morais. Tudo favorece a representação de diálogos e instruções, contribuindo, dessa forma, para a coleta dos dados em variados contextos.

A coleta dos dados se dá de forma manual, por meio da leitura sistemática dos textos selecionados e da contabilidade de ocorrências das variantes investigadas na amostra, com a assistência da ferramenta eletrônica Contar Contador (2014 [2023]), que auxilia a contagem manual. Todos os dados foram registrados em quadros de ocorrências, conforme apresentado no Quadro 2. Os dados coletados são analisados com a intenção de responder aos questionamentos levantados neste estudo, sendo os dados analisados sob o direcionamento teórico de especialistas, como Weinreich, Labov, Herzog (2006), Labov (2006, 2008 [1972]), Bortoni-Ricardo (2017), Faraco (2007, 2008, 2017), Faraco e Zilles (2017) Lopes (2004, 2007, 2008, 2012), Scherre (2007), Scherre *et al* (2007).



**Quadro 2** – Quadro de ocorrências das variantes *vós* e *vocês*.

	Nova Almeida Atualizada		Nova Tradução na Linguagem de Hoje		Bíblia Viva	
	TU	VOCE	TU	VOCE	TU	VOCE
<b>Gênesis</b>	3	285	8	241	1	278
<b>Êxodo</b>	5	194	11	123	1	130
<b>Levítico</b>	0	39	0	18	0	25
<b>Números</b>	2	117	3	99	0	0
<b>Deuteronômio</b>	5	108	3	97	1	193
<b>Mateus</b>	1	113	2	111	1	91
<b>Marcos</b>	1	51	3	52	0	36
<b>Lucas</b>	0	119	3	137	0	115
<b>João</b>	3	95	14	103	0	80
<b>Total</b>	20 (1,75%)	1.121 (98,25%)	47 (4,6%)	981 (95,4%)	4 (0,42%)	948 (99,57%)

Fonte: Autor da pesquisa.

As ocorrências foram registradas com os dados individuais de cada livro, dentre aqueles que compõem a amostra deste estudo. Os números somados, conforme demonstrado no Quadro 2, o grau de variação, viabilizando a comparação entre as variantes e entre as versões da Bíblia. Esses valores foram utilizados para a análise dos dados, que é desenvolvida no próximo capítulo, apresentando os resultados, exemplos e reflexões sobre as informações apuradas.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

Prefiro dizer cinco palavras que possam ser entendidas, para assim ensinar os outros, do que dizer milhares de palavras em línguas estranhas.

1 Coríntios 14.19, NTLH

No presente estudo foi realizada a coleta de dados dos textos bíblicos da Bíblia Viva (BV), Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH) e Nova Almeida Atualizada (NAA), além da versão Almeida Revista e Corrigida (ARC), que serviram de *corpus*, conforme já mencionado no capítulo anterior. Os dados levantados foram utilizados para comparações diretas entre as três versões bíblicas esquadrihadas, sendo observadas as variáveis para, assim, ser possível sua análise à luz dos pressupostos teóricos aplicados a esta pesquisa.

Dessa forma, este capítulo apresenta, de início, o número de ocorrência das formas pronominais inovadoras (*você*, *vocês* e *a gente*) em comparação com os pronomes canônicos (*tu*, *vós* e *nós*) na amostra coletada. Da mesma forma, é demonstrada a distribuição das novas formas pronominais possessivas. Por fim, são expostos os rearranjos gramaticais na representação do modo imperativo dos verbos nas versões bíblicas estudadas.

### 6.1 TU E VOCÊ

Como procedimento inicial, foram levantados os dados referentes às variações *tu* e *você* nas três edições bíblicas sob análise, que são Bíblia Viva (BV), Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH) e Nova Almeida Atualizada (NAA), além da versão Almeida Revista e Corrigida (ARC), com a finalidade de quantificar a ocorrência das variantes em cada uma das edições. O resultado é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Ocorrências das variantes *tu* e *você*

	BV	NTLH	NAA	ARC
Total	952	1.028	1.141	309
TU	0,42% (4)	4,6% (47)	1,75% (20)	100% (309)
VOCÊ	99,57% (948)	95,4% (981)	98,25% (1.121)	0% (0)

Fonte: dados da pesquisa.

Com esse levantamento de dados, é possível observar que dentre as três primeiras versões, Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada, as que adotaram o pronome inovador *você*, não abandonaram o uso da variante canônica *tu*, o que aparentemente pode apresentar, ainda, a disputa que ocorre entre as duas variantes em diversos conjuntos de norma do português falado no Brasil. Estudos como o de Scherre, Andrade e Cantão (2021) têm demonstrado que a variante inovadora *você* possui ampla distribuição no território brasileiro, contudo a forma canônica *tu*, com ou sem concordância, ainda é resistente em diversas regiões, como no caso de algumas capitais do Nordeste.

Nos três primeiros textos bíblicos apresentados na Tabela 1, foram consideradas todas as posições sintáticas, ainda assim é possível observar que na versão Nova Tradução na Linguagem de Hoje há uma diferença de 95,4% da variante inovadora, como em (1), para 4,6% da variante padrão; na Nova Almeida Atualizada, o pronome *você* é encontrado em 98,25% das vezes, assim como em (2); na versão A Bíblia Viva, essa distância chega a 99,57% da variante *você*, como em (3), para 0,42% da variante *tu*, o que sugere níveis quase categóricos nas três versões bíblicas.

- (1) Então o Diabo chegou perto dele e disse: — Se **você** é o Filho de Deus, mande que estas pedras virem pão. (Mateus 4.3, NTLH).
- (2) Então o tentador, aproximando-se, disse a Jesus: — Se **você** é o Filho de Deus, mande que estas pedras se transformem em pães. (Mateus 4.3, NAA).
- (3) Então Satanás tentou Jesus sugerindo: "Se **Você** conseguir transformar estas pedras em pães, provará que é o Filho de Deus", disse ele. (Mateus 4.3, BV).

Esses níveis se assemelham aos apresentados por Scherre, Andrade e Cantão (2021), ao analisarem essa variação no Nordeste brasileiro, onde, mesmo com a resistência da forma *tu*, há prevalência do *você*, especialmente em Sergipe e na Bahia, com ocorrências que podem chegar a 96% (cf. Scherre, Andrade e Cantão). Isso sugere que as versões bíblicas em análise refletem proporções similares à variação observada entre os falantes do português brasileiro, embora este estudo analise a modalidade escrita.

Apesar da expressiva predominância da variante inovadora em Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada, a versão Almeida Revista e Corrigida apresenta nível absoluto da variante canônica (4), 100% em todas as ocorrências do pro-

nome pessoal de segunda pessoa do singular, o que patenteia a discrepância entre a norma aplicada a ela, bastante alinhada à norma gramatical da segunda metade do século XX, conforme o conceito postulado por Faraco (2008), e aquelas normas aplicadas nas demais versões observadas.

- (4) Chegando, então, o tentador, disse-lhe: Se **tu** és Filho de Deus manda que estas pedras se tornem em pães. (Mateus 4.3, ARC).

Entretanto, chama atenção a diferença entre o número de ocorrências dos pronomes de segunda pessoa do singular em Almeida Revista e Corrigida para o constatado nas outras versões. Enquanto nela há apenas 309 ocorrências, a Bíblia Viva possui 952, na Nova Tradução na Linguagem de Hoje há 1.028 e na Nova Almeida Atualizada chega a 1.141. Embora não seja objetivo desta pesquisa, vale a pena salientar que essa diferenciação quantitativa pode indicar que a implementação dos pronomes inovadores nos textos da Bíblia tem favorecido o preenchimento da posição de sujeito, ou seja, assim como previsto na literatura, o português tem deixado de ser uma língua de sujeito nulo para se tornar uma língua de sujeito preenchido.

## 6.2 VÓS E VOCÊS

Outro levantamento preliminar realizado nesta pesquisa foi o das formas variantes de representação de segunda pessoa do plural (P5) *vós* e *vocês*. Os resultados estão expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Ocorrências da variação *vós* e *vocês*

	BV	NTLH	NAA	ARC
Total	1.635	2.124	2.374	551
VÓS	0% (0)	0% (0)	0% (0)	100% (551)
VOCÊS	100% (1.635)	100% (2.124)	100% (2.374)	0% (0)

Fonte: dados da pesquisa.

O segundo levantamento de dados, assim como o primeiro, revela que nas versões bí-

blicas em que houve a implementação da forma pronominal inovadora, neste caso o *vocês*, esta tem vantagem sobre a forma canônica. A Bíblia Viva, assim como a Nova Tradução na Linguagem de Hoje e a Nova Almeida Atualizada, apresentam predomínio da forma pronominal inovadora.

É preciso ressaltar que nas três referidas versões a variante inovadora alcança níveis categóricos. Na Bíblia Viva, de 1.635 ocorrências, em 100% a forma pronominal *vocês* é a que aparece, como em (5). Da mesma forma, em 100% das ocorrências do pronome de segunda pessoa do plural na Nova Tradução na Linguagem de Hoje, o pronome inovador é produtivo, isso de uma totalização de 2.124 dados (6). Mesmo a Nova Almeida Atualizada, com um total de 2.374 ocorrências e seguindo o método de tradução formal das revisões do texto de João Ferreira de Almeida apresenta 100% de produtividade da variante inovadora (7).

(5) Disse Moisés: "Suponhamos que eu vá falar com o povo de Israel e que diga: 'O Deus dos seus pais me mandou falar com **vocês**. ' Se eles perguntarem: "Que Deus é esse? Qual é o nome dele?" "Que é que eu digo?" (Êxodo 3.3, BV).

(6) Porém, Moisés disse: — Quando eu for falar com os israelitas e lhes disser: “O Deus dos seus antepassados me enviou a **vocês**”, eles vão me perguntar: “Qual é o nome dele?” Aí o que é que eu digo? (Êxodo 3.3, NTLH).

(7) Moisés disse para Deus: — Eis que, quando eu for falar com os filhos de Israel e lhes disser: “O Deus dos seus pais me enviou a **vocês**”, eles vão perguntar: “Qual é o nome dele?” E então o que lhes direi? (Êxodo 3.3, NAA).

Das versões analisadas, apenas a Almeida Revista e Corrigida apresenta uso categórico da forma pronominal *vós* (8). De 551 ocorrências, em 100% a variante canônica é produtiva.

(8) Então disse Moisés a Deus: Eis que quando eu for aos filhos de Israel, e lhes disser: O Deus de vossos pais me enviou a **vós**; e eles me perguntarem: Qual é o seu nome? Que lhes direi? (Êxodo 3.3, ARC).

É preciso lembrar que a Almeida Revista e Corrigida busca observar os parâmetros da norma gramatical do século XX, que apresenta apenas o *vós* em seu quadro pronominal como

forma de representação da segunda pessoa do plural. No entanto, o *vós* caiu em desuso no português falado no Brasil, o que já se configura como uma mudança consolidada na língua, conforme Lopes (2012, p.117).

De fato, o *vós* parece não ser mais produtivo nos conjuntos de normas presentes no português falado, enquanto a forma *vocês* é amplamente utilizada. Embora se tratem de textos na modalidade escrita e de viés religioso, sendo assim também textos sensíveis, as edições da Bíblia têm aclimatado, segundo os dados trazidos por esta pesquisa, sua redação às normas linguísticas percebidas na modalidade falada do português do Brasil, de maneira que as versões mais recentes não utilizam o pronome *vós* para representar a segunda pessoa do plural.

### 6.3 NÓS E A GENTE

No terceiro levantamento realizado para esta pesquisa, foi levado em consideração o número de ocorrências das formas de representação da primeira pessoa do plural, *nós* e *a gente*, em cada uma das versões bíblicas analisadas. Os números estão demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Ocorrências da variação *nós* e *a gente*

	BV	NTLH	NAA	ARC
Total	257	325	176	166
NÓS	95,33% (245)	89,53% (291)	99,43% (175)	100% (166)
A GENTE	4,66% (12)	10,46% (34)	0,56% (1)	0% (0)

Fonte: dados da pesquisa.

Em algumas versões bíblicas, como a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, há passagens em que o sintagma nominal *a gente* é empregado com valor de substantivo, como em (9), sendo sinônimo de “povo”.

- (9) Aí toda **a gente** da região de Gerasa ficou com muito medo e pediu que Jesus saísse da terra deles. (Lucas 8. 37, NTLH).

Dessa forma, apenas foram consideradas para a contagem as construções com valor pronominal, como em (10). Todas as formas com valor de substantivo foram desconsideradas e descartadas na apuração.

(10) Aquela região era uma beleza! Fazia **a gente** pensar no jardim que o Senhor plantou no Éden! Era comparável à bela região do Egito, situada a meio caminho de Zoar! (Gênesis 13. 10, BV).

Os resultados, no entanto, apontam expressiva predominância da variante canônica, como no texto de A Bíblia Viva, que apresenta 95,33% para *nós* e apenas 4,66% para *a gente* (11), em um total de 257 ocorrências da forma pronominal representativa da primeira pessoa do plural. A Nova Tradução na Linguagem de Hoje apresenta apenas 10,46% de uso da variante inovadora (12), das 325 ocorrências, frente a 89,53% da variante conservadora. A Nova Almeida Atualizada, por sua vez, apresenta um total de 176 ocorrências das quais 99,43% de uso da variante canônica, com apenas uma ocorrência da forma inovadora em toda a amostra examinada. Os números das três primeiras versões bíblicas aproximam-se dos constatados em Almeida Revista e Corrigida, cujo nível de ocorrência da variante canônica é categórico, ou seja, 100% dos dados analisados.

(11) "Aonde o Senhor quer que **a gente** vá?" perguntaram eles. (Lucas 22.9, BV).

(12) Eles perguntaram: — Onde o senhor quer que **a gente** prepare o jantar? (Lucas 22.9, NTLH).

Os dados levantados, no entanto, apresentam níveis diferentes e até opostos daqueles encontrados em pesquisas realizadas em bancos de dados de fala, como Araújo (2016) em Fortaleza, cuja pesquisa encontra 67% de ocorrência de *a gente* para 33% de *nós* e de Silva e Vitória (2021), realizada no alto sertão alagoano, que constata, em números gerais, 78% das ocorrências do pronome de primeira pessoa do plural preenchido pela variante inovadora. Semelhantemente, Tamaine (2002) encontra expressiva vantagem da variante inovadora em Blumenau, Lages e Chapecó, oferecendo um retrato de três cidades no sul do Brasil.

Aparentemente, as versões bíblicas sob análise assumem uma postura conservadora em relação ao uso da forma *a gente* como representação da primeira pessoa do plural, seguindo o que é apregoado pela norma gramatical e contrariando o uso mais comum dos falantes brasileiros, mesmo a Bíblia Viva e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, que adotam um modelo de tradução funcional, não apresentam ocorrências expressivas da variante inovadora. Contudo, ainda que tímida, a presença da forma concorrente nos textos analisados parece sinalizar que as agências de tradução bíblica estão abrindo espaço para que a disputa entre as duas variantes seja capturada.

É importante observar ainda que, na Nova Almeida Atualizada, a única ocorrência da forma *a gente* (13) parece não seguir o padrão de normalidade adotado por esta versão bíblica, o que sugere uma falha de revisão, ou um reflexo de oralidade na escrita, promovendo uma aproximação das duas modalidades, de todo modo, isso expõe o encaixamento da forma inovadora, haja vista a naturalidade com a qual é empregada no texto.

(13) Ele, porém, lhes respondeu: “Um inimigo fez isso.” Mas os servos lhe perguntaram: “O senhor quer que **a gente** vá e arranque o joio?” (Mateus, 13.28, NAA).

Outra observação importante a se destacar é que, malgrado as baixas ocorrências da forma inovadora *a gente* nos textos bíblicos analisados, essa variação é produtiva, inclusive com a ocorrência de *super token* (14), apresentados por Tagliamonte (2012), que são a ocorrência de formas variantes no mesmo turno de fala.

(14) Um dia Abrão disse a Ló: — **Nós** somos parentes chegados, e não é bom que **a gente** fique brigando, nem que os meus empregados briguem com os seus. (Gênesis 13.8, NTLH).

O excerto mostra a representação de um turno de fala de Abrão ao dirigir-se a seu interlocutor em que usa as variantes *nós* e *a gente*, destacadas, as duas formas em disputa na representação da primeira pessoa do plural, o que se configuraria em um *super tokens*. Cabe ressaltar que esse fenômeno não estaria de acordo com a norma da gramática tradicional, que ainda não reconhece *a gente* como pronome e que preconiza pela padronização do uso pronominal.

Dessa maneira, é possível dizer que as versões mais recentes da Bíblia se apresentam abertas às movimentações sucedidas no quadro pronominal do português, com a adoção mais contida da forma inovadora para representação da primeira pessoa do plural, *a gente*, porém com ampla utilização das formas inovadoras de representação da segunda pessoa do singular, *você*, e também da segunda pessoa do plural, *vocês*.

Depreende-se disso que, aparentemente, nos dois primeiros levantamentos, relativos aos pronomes de segunda pessoa, o ano de publicação não exerce influência no uso das formas inovadoras, tendo em vista que *vocês* é categórica nas três versões bíblicas examinadas, e *você* tem percentual equilibrado de ocorrências se comparadas as três versões. Mas os dados do terceiro levantamento sugerem que o público-alvo e os objetivos de publicação influenci-



am o uso da variante inovadora, considerando que as versões Bíblia Viva e Nova Tradução na Linguagem de Hoje buscam alcançar o leitor comum e se utilizam do método funcional de tradução, enquanto a Nova Almeida Atualizada adota o método formal e busca públicos de diversos contextos, porém destacando o uso acadêmico, sendo expressivo que haja apenas uma ocorrência de *a gente* nesta versão.

Há de se levar em consideração que todas as versões bíblicas estudadas aqui tiveram seus textos pensados em contextos mais abrangentes, buscando retratar normas, ou conjunto de normas, mais próximas de seu uso real que aquelas versões antigas, que tendiam a aplicar a norma padrão, ou mesmo a norma curta. Pode-se constatar que as editoras responsáveis pelas traduções da Bíblia têm procurado conformar suas publicações a variedades mais utilizadas pelos falantes, sendo proveniente desses objetivos a adoção de pronomes inovadores nas versões bíblicas mais atuais. Essas novas publicações estão mais próximas da norma culta brasileira, que pouco se diferencia, segundo Faraco (2008, p. 46), dos estilos mais monitorados da linguagem urbana comum. Porém, é necessário lembrar que as normas são sistemas organizados e que possuem suas próprias regras de uso, ou seu próprio padrão de normalidade. Isso significa que o encaixamento de formas pronominais inovadoras pode repercutir em movimentações de rearranjo no sistema linguístico, como observado nas seções 6.4 e 6.5.

#### 6.4 A NOVA DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS

De acordo com o exposto anteriormente, o emprego das formas pronominais *você*, *vocês* e *a gente* acarretou rearranjos na estrutura gramatical aplicada nos textos das versões da Bíblia, assim como descreve a literatura. Uma das áreas afetadas pela entrada das formas inovadoras é o próprio quadro de pronomes, especialmente os pronomes possessivos, que recebem uma nova distribuição. A seguir, é demonstrado o nível de variação entre as formas inovadoras e canônicas de pronomes possessivos nas versões bíblicas estudadas.

##### 6.4.1 O uso variável de *seu/sua* na representação da segunda e da terceira pessoa.

Uma das reorganizações apresentadas entre os pronomes possessivos é o uso de *seu/sua*, que na norma padrão aponta para a terceira pessoa, representando a segunda pessoa. Dessa maneira, num primeiro momento, é comparada a forma *seu/sua* com o valor de segunda pessoa do singular (P2) e com o valor de terceira pessoa do singular (P3). Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4- Comparativo de *seu/sua* com valor de segunda pessoa e de terceira pessoa nas versões bíblicas em análise

	SEU/SUA 2ª pessoa	SEU/SUA 3ª pessoa	Total
<b>Bíblia Viva</b>	50,2% (210)	49,7% (504)	1.014
<b>Nova Tradução na Linguagem de Hoje.</b>	31,5% (419)	68,4% (907)	1.326
<b>Nova Almeida Atualizada</b>	32,8% (655)	67,1% (1.340)	1.995
<b>Almeida Revista e Corrigida.</b>	0 (0%)	1.885 (100%)	1.885

Fonte: dados da pesquisa.

No caso do pronome *seu/sua*, a variação não se concentra necessariamente na forma, mas no valor atribuído a ela. Com a entrada dos pronomes *você, vocês e a gente*, conforme Faraco (2017), os pronomes de segunda pessoa fazem concordância com a terceira pessoa verbal, desse modo, os possessivos relativos a esses novos pronomes se valem também da forma de terceira pessoa para representar a segunda, como em (15).

- (15) Então, voltando-se para o paraplético, ordenou-lhe: "Você está curado. Pegue **sua** esteira e vá embora para casa!" (Marcos 2.7, BV).

O trecho em (15) relata a cura de um paraplético por parte de Jesus, que se dirige ao seu interlocutor usando o possessivo de terceira pessoa. Esse uso ainda é apontado pelos manuais normativos de gramática como desvio da norma padrão, entretanto, Faraco (2008) advoga que esse emprego da forma pronominal de terceira pessoa pela de segunda pessoa já compõe a estrutura da norma brasileira, e os dados coletados na Bíblia Viva demonstram isso. É possível observar ainda que a forma imperativa "vá" está concordando com a terceira pessoa, embora seja dirigida ao interlocutor. Esse fenômeno é melhor demonstrado na seção 6.5

O levantamento realizado na versão Bíblia Viva indica um equilíbrio entre as duas variantes em disputa, com rápida vantagem para a variante inovadora, que conta com 50,2% das ocorrências em face de 49,7% para o uso canônico. Esses números sugerem que a norma usada na elaboração do texto da Bíblia Viva aproxima-se da disputa que ocorre no uso da norma urbana culta no Brasil, assim como avalia Faraco (2008).

A Bíblia Nova Tradução na Linguagem de Hoje, por sua vez, apresenta um desequilíbrio em relação aos dados, conforme apresentado na Tabela 4.

É possível observar que os dados se invertem em relação aos dados da Bíblia Viva, porém com patente desequilíbrio entre as taxas das variantes. O uso da forma *seu/sua* como representação de terceira pessoa, ou seja, o uso canônico atinge 68,4%, enquanto a variante concorrente, 31,5%, em um total de 1.326 ocorrências. Trata-se de um resultado aparentemente surpreendente, tendo em vista que, assim como a Bíblia Viva, A Nova Tradução na Linguagem de Hoje adota o método funcional e procura aproximar-se da norma de uso real no Brasil.

Embora haja esse expressivo favorecimento para a variante canônica, é importante ressaltar que os níveis atingidos pela variante inovadora são consideráveis se for ponderada a avaliação da norma padrão e, principalmente, da norma curta. Dessa maneira, é possível afirmar que, mesmo com o uso mais conservador da forma pronominal, a Nova Tradução na Linguagem de Hoje ainda é capaz de captar a variação que ocorre na língua como demonstram os exemplos (16) e (17).

(16) Ele disse ao **seu** povo: — Vejam! O povo de Israel é forte e está aumentando mais depressa do que nós. (Êxodo 1.9, NTLH).

(17) Então o SENHOR Deus disse a Moisés: — Vou fazer com que você seja como Deus para o rei; e Arão, o **seu** irmão, falará por você como profeta. (Êxodo 7.1, NTLH).

Em (16), constata-se uma representação do discurso do Faraó em relação ao povo de Israel. Na introdução desse discurso, é possível perceber que o narrador se utiliza da forma pronominal *seu* com o valor de terceira pessoa. Em (17), a forma pronominal está na representação da fala direta de Deus para Moisés, em que o pronome *seu* é empregado com o valor de segunda pessoa.

A versão Nova Almeida Atualizada apresenta números próximos aos da Nova Tradução na Linguagem de Hoje, com pouca diferença no percentual entre as duas edições, conforme revela a Tabela 4.

Assim como a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, a Nova Almeida Atualizada expõe expressiva vantagem para a variante canônica e com porcentagens de ocorrência que quase não se diferenciam. De acordo com aquilo que é demonstrado pela Tabela 4, enquanto o uso de *seu/sua* com valor de terceira pessoa (18) atinge 67,1%, seu concorrente (19) chega a 32,8% de um total de 1.995 ocorrências. Dessa maneira, ainda que tenha adotado um modelo mais formal de tradução e buscando manter uma norma mais conservadora, a Nova Almeida

Atualizada consegue também capturar processo de rearranjo do quadro pronominal no português, fugindo dos ditames da norma gramatical para atender à norma de maior distribuição no Brasil.

(18) E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a **sua** glória, glória como do unigênito do Pai. (João 1.14, NAA).

(19) Jesus disse a ela: — O **seu** irmão há de ressurgir. (João 11.23, NAA).

O excerto em (18) faz parte do trecho introdutório do Evangelho de João e faz uma apresentação de quem seria Jesus, a quem o escritor atribui glória utilizando o pronome *sua* com o valor de terceira pessoa do singular. Entretanto, em (19), a forma pronominal *seu* é utilizado com valor de segunda pessoa do singular na representação da fala de Jesus a Marta ao falar sobre o irmão de sua interlocutora.

Considerando os dados levantados nas três versões, parece contraditório que a Nova Tradução na Linguagem de Hoje tenha dados tão distintos da Bíblia Viva, haja vista que possuem objetivos semelhantes e mais próximos da Nova Almeida Atualizada, que se propõe a um objetivo bastante divergente. Esse acontecimento não poderia ser explicado pelo ano, nem pelo objetivo de publicação das versões, pois a Nova Tradução na Linguagem de Hoje é uma publicação mais recente que a Bíblia Viva, além disso, as duas possuem objetivos similares. Também não seria viável que a quantidade de ocorrências do pronome inovador de segunda pessoa do singular *você* tenha interferência, haja vista que seu uso é quase categórico nas três edições. Entretanto é possível considerar que o motivo para ocorrências relativamente baixas da variante concorrente seja a postura mais conservadora dos editores.

É necessário lembrar que a Bíblia Viva é uma publicação da editora Mundo Cristão, enquanto a Nova Tradução na Linguagem de Hoje e a Nova Almeida Atualizada são de responsabilidade da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB). Seria plausível considerar que a SBB, por ser uma instituição tradicional e renomada, ainda preserva um viés conservador em relação à norma padrão, embora busque aproximar o texto bíblico do uso real.

Ainda que, com níveis diferentes, as três versões são capazes de capturar a variação e o processo de rearranjo no quadro de pronomes possessivos. É possível compreender isso com clareza quando esses níveis são comparados à versão Almeida Revista e Corrigida, de 1969, conforme apresentado na Tabela 4.

Ao contrário das três primeiras versões, o levantamento de dados em Almeida Revista e Corrigida demonstra um uso categórico da forma pronominal *seu/sua* com valor de terceira

pessoa do singular (20), o que significa dizer que, enquanto as versões em que predomina o paradigma *tu* procuram conformar-se à norma gramatical artificial, as versões nas quais há entrada dos pronomes inovadores apresentam também os rearranjos no quadro pronominal, de acordo com a norma usada nos centros urbanos.

(20) No mesmo dia lhe pagarás o **seu** salário, e isso antes que o sol se ponha; porquanto é pobre e está contando com isso; para que não clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado. (Deuteronômio 24.15, ARC).

Em (20), o texto seria uma representação da fala de Deus a Moisés, em que teria dado instruções a respeito das relações de trabalho. Assim, teria se utilizado o pronome *seu* com o valor de terceira pessoa para se referir ao salário do trabalhador pobre.

Todavia, o uso da forma pronominal *seu/sua* com valor de segunda pessoa entra em concorrência com a variante *teu/tua*, canônica para a representação de P2. Dessa maneira, são apresentados, a seguir, os comparativos da variação no uso de *teu/tua* e de *seu/sua* para indicar a segunda pessoa do singular.

#### 6.4.2 Variação *teu/tua* e *seu/sua* na representação da segunda pessoa do singular

Levando em consideração que a forma outrora usada para a representação apenas da terceira pessoa tem sido empregada com valor de segunda pessoa, uma nova comparação foi realizada nesta pesquisa, desta vez entre a forma *seu/sua* e a forma *teu/tua*, esta canônica para representação de segunda pessoa, e aquela sendo a forma inovadora. A Tabela 5 demonstra o resultado encontrado nas quatro versões analisadas.

Tabela 5- Variação *teu/tua* e *seu/sua* nas versões bíblicas em análise

	TEU/TUA 2ª pessoa	SEU/SUA 3ª pessoa	Total
<b>Bíblia Viva</b>	0,5% (3)	99,4% (510)	513
<b>Nova Tradução na Linguagem de Hoje.</b>	16,2% (81)	83,8% (419)	500
<b>Nova Almeida Atualizada</b>	11,2% (83)	88,7% (655)	738
<b>Almeida Revista e Corrigida.</b>	1.284 (100%)	0 (0%)	1.284

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 5 demonstra os níveis das duas variantes em comparação nos textos sob análise, sendo que, na versão Bíblia Viva, a variante canônica apresenta apenas três ocorrências, como em (21), o relativo a irrisório 0,5% das ocorrências. Por outro lado, a variante inovadora, como em (22), atinge 99,4% das ocorrências, número quase categórico.

(21) “Sim, Pai, porque foi do **Teu** agrado fazer isto desta forma!”. (Mateus 11.26, BV).

(22) “Pedimos que **seu** reino venha logo. Que a sua vontade seja feita aqui na terra, tal como é feita no céu”.(Mateus 6.10, BV).

O exemplo (21) apresenta uma das três ocorrências levantadas da variante canônica na Bíblia Viva, e é empregada num momento de oração que teria sido dirigida a Deus por Jesus. O exemplo (22) seria a representação da fala de Jesus ao ensinar a “Oração do Pai Nosso”. Cabe observar que, nos dois momentos, as falas, registradas no mesmo evangelho, teriam Deus como receptor, no entanto, em uma é utilizada uma variante canônica *teu* e na outra, a variante inovadora *seu*, o que sugere certa naturalidade no registro dessa variação.

Se comparado o nível de ocorrências do pronome inovador *você* (99,5%) ao nível de ocorrências do possessivo inovador *seu* (99,4%) na Bíblia Viva, é possível observar uma forte similaridade entre eles, as duas formas inovadoras são quase categóricas, mais uma vez demonstrando que a implementação de pronomes inovadores tem refletido diretamente na reorganização gramatical dos pronomes possessivos.

Seguindo o mesmo comportamento, a versão Nova Tradução na Linguagem de Hoje também apresenta predominância da forma inovadora, conforme demonstrado na Tabela 5.

A Nova Tradução na Linguagem de Hoje parece seguir o mesmo comportamento da Bíblia Viva neste caso, com um amplo predomínio da forma inovadora em relação à forma conservadora. Das 500 ocorrências levantadas na NTLH, em 83,8% é empregada a forma inovadora (23), enquanto a forma canônica registra apenas 14,01% das ocorrências (24), o que difere da primeira comparação sobre o uso variável da forma *seu/sua* na representação da segunda e da terceira pessoa, em que estava distante dos números apresentados pela Bíblia Viva.

(23) Por favor, deixe-nos passar pela **sua** terra. Nós e o nosso gado não sairemos da estrada, nem entraremos nos campos ou nas plantações de uvas de vocês. E não beberemos água dos poços. Enquanto estivermos no seu país, ficaremos na estrada principal. (Números 20.17, NTLH).

- (24) E agora eu te peço, ó Deus, que perdoes o pecado deste povo, de acordo com a **tua** grande misericórdia, como já tens feito desde o Egito até aqui. (Números 14.19, NT-LH).

Em (23), trata-se do trecho de uma mensagem de Moisés ao rei de Edom. Nele o pronome *sua* é usado para a segunda pessoa do singular. Nessa edição bíblica esse uso é predominante de acordo com os dados levantados. Em (24), há a representação de uma oração de Moisés tendo Deus como receptor; nesse caso, é utilizada a variante canônica *tua*.

Assim como a Bíblia Viva, a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, apresenta níveis expressivos no uso do pronome inovador *você* (95,4%) e no emprego da variante inovadora *seu/sua* como representação da segunda pessoa (83,8%). Mais uma vez, demonstrado conformidade à norma culta urbana descrita por Faraco (2008) e confirmando as movimentações apresentadas por Faraco (2017). Da mesma maneira, na versão Nova Almeida Atualizada, cujos dados também estão na Tabela 5, há larga vantagem do número de ocorrências da variante inovadora sobre o da variante canônica.

Das três versões mais recentes sob análise, a Nova Almeida Atualizada é a que possui maior número total de ocorrências, 738. Desse total, a variante conservadora é representada por apenas 11,2%, como em (25), e com a variante inovadora atingindo 92,74%, exemplificado em (26). Nessa comparação, mesmo possuindo um caráter mais formal, a Nova Almeida Atualizada foge dos preceitos da gramática tradicional e se utiliza dos critérios da norma urbana mais abrangente.

- (25) Agora, Senhor, podes despedir em paz o **teu** servo. (Lucas 2.29, NAA).

- (26) Logo que os pais o viram, ficaram maravilhados. E a sua mãe lhe disse: — Filho, por que você fez isso conosco? **Seu** pai e eu estávamos aflitos à sua procura. (Lucas 2.48, NAA).

O exemplo (25) apresenta a fala do profeta Simeão em uma prece. Nesse registro é usada a variante conservadora *teu* para a representação da segunda pessoa do singular, entretanto, em (26), trecho extraído do mesmo capítulo de Lucas, há a representação da fala de Maria dirigindo-se a Jesus, na qual é registrada a variante concorrente *seu* no lugar canônico de *teu*.

Com os elevados níveis de ocorrências da variante inovadora nas três versões analisa-

das, é possível perceber uma norma completamente distinta da empregada na versão Almeida Revista e Corrigida, cujos dados constam na Tabela 5.

A versão bíblica Almeida Revista e Corrigida apresenta nível categórico no uso da variante conservadora (27), com 100% de 1.284 ocorrências.

- (27) Ora, o Senhor disse a Abrão: Sai-te da **tua** terra, da **tua** parentela, e da casa de **teu** pai, para a terra que eu te mostrarei. (Gênesis 12.1, ARC).

Observam-se, no exemplo (27), três ocorrências da forma pronominal *teu/tua*, com o valor de segunda pessoa do singular, na representação da fala de Deus a Abrão, seguindo o padrão do paradigma *tu*. Desse modo, é possível perceber que nessa edição bíblica não há espaço para a variante concorrente *seu/sua*. Com isso, uso exclusivo da forma pronominal canônica é correspondente ao quadro pronominal difundido pelos manuais escolares, conforme Lopes (2012), em que se encontram elementos gramaticais vinculados a uma norma linguística abstrata e que não se constata no uso real do português.

O uso variável da forma *seu/sua* no português, em decorrência do encaixamento das formas pronominais inovadoras, tem provocado também uma espécie de ajustamento de referência que os gramáticos normativos condenam, conforme Lopes (2012), e que chamam de “mistura de tratamento”, quando há o uso de dois paradigmas (*tu* e *você*), no turno de fala, para marcar a mesma pessoa do discurso. Por mais que esse fenômeno esteja inserido sistematicamente em uma norma linguística (ou em diversas normas linguísticas), seu uso tem sido desaconselhado por parte dos manuais escolares e também por aqueles que, com pretensões puristas, promulgam a norma curta.

Nesse cenário de uso variável do pronome *seu/sua* e de ocorrências de misturas de tratamento em algumas normas utilizadas no Brasil, o texto bíblico também está suscetível a esse tipo de fenômeno, como apresentado no exemplo (28).

- (28) Disse Moisés: "Senhor, se achei mesmo favor à **sua** vista, venha junto conosco para a Terra Prometida. Está certo que o meu povo é rebelde e teimoso. Mas peço: perdoe a nossa maldade e o nosso pecado. Aceite-nos como **Teu** povo!". (Êxodo 34.9, BV).

Em (28), é possível perceber que na representação do discurso de Moisés dirigido a Deus são empregados dois paradigmas para a segunda pessoa “à sua vista” (paradigma *você*) e “Teu povo” (paradigma *tu*), configurando a mistura de tratamento. Além disso, observa-se a



forma imperativa do verbo “aceitar” conjugada de acordo com o paradigma *você*. Esse tipo de construção, conforme Faraco (2017) e Lopes (2012) é condenada pelos manuais escolares e pelos gramáticos, mesmo sendo de uso recorrente desde o século XVIII.

Combinações de paradigmas não são recentes na língua. De acordo com estudo apresentado por Lopes (2007) há recorrências dessas combinações em cartas do Rio de Janeiro ainda no século XIX. Dessa forma, as “misturas de tratamentos” estão presentes em conjuntos de normas da língua como produto de rearranjos gramaticais e o texto bíblico parece também estar aberto a essas normas.

Assim, quando comparado os usos canônico e concorrente da forma pronominal *seu/sua* na representação da terceira pessoa do singular, a variante conservadora possui patente vantagem nos textos bíblicos em tela. Apesar disso, quando essa forma, com o valor inovador de segunda pessoa do singular, é submetida à comparação com a forma *teu/tua*, é possível afirmar que os textos bíblicos têm grande produtividade da variante inovadora, inclusive deixando margem para que combinações entre paradigmas diferentes aconteçam.

Cabe ainda observar que, a forma pronominal *seu/sua* é também empregada, em diversas normas linguísticas que transitam pelo Brasil, para indicar a segunda pessoa do plural (P5). Nesse caso, ela entraria em concorrência com *vosso/vossa*, que ainda aparece nos manuais escolares, mesmo não sendo mais produtivo no uso real.

#### **6.4.3 Variação *vosso/vossa* e *seu/sua* na representação da segunda pessoa do plural**

A forma possessiva de representação da segunda pessoa do plural *vosso/vossa*, conforme já mencionado, está em desuso no Brasil, embora ainda possa ser encontrada em textos escritos em situações demasiadamente formais. Um exemplo da ocorrência desse fenômeno é o próprio texto bíblico, por se tratar de uma produção religiosa e por toda a formalidade que o cerca. Além, disso, como já esclarecido, é considerado um texto sensível.

Dessa maneira, as comparações demonstradas a seguir procuram apurar o nível de variação entre a variante conservadora (*vosso/vossa*) e a inovadora (*seu/sua*) na representação da segunda pessoa do plural (P5). Cabe pontuar que as formas de tratamento cristalizadas “vossa majestade”, presente no texto da Bíblia Viva, não foi considerada para a contagem por se tratar uma forma de tratamento, sem marca de personalidade, dedicada ao rei em passagem que representam diálogos de Moisés com o Faraó egípcio.

A Tabela 6 apresenta a comparação do grau de recorrência das variantes *vosso/vossa* e *seu/sua* nas edições estudadas.

Tabela 6- Variação entre *vosso/vossa* e *seu/sua* nas versões bíblicas em análise

	<b>VOSSO/VOSSA</b>	<b>SEU/SUA</b>	<b>Total</b>
<b>Bíblia Viva</b>	0% (0)	100% (115)	115
<b>Nova Tradução na Linguagem de Hoje.</b>	0% (0)	100% (78)	78
<b>Nova Almeida Atualizada</b>	0% (0)	100% (394)	394
<b>Almeida Revista e Corrigida.</b>	100% (345)	0% (0)	345

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados apresentados na Tabela 6 revelam não haver ocorrência da variante canônica no texto da Bíblia Viva. A representação do pronome possessivo de segunda pessoa do plural torna-se exclusivamente ocupada pela variante concorrente (29), ou seja, 100% das vezes em que existe referência a P5 nessa edição, o uso é da forma pronominal inovadora, e em 0% dessas ocorrências há utilização de *vosso/vossa*.

- (29) Se amarem sua vida aqui embaixo - vocês perderão a vida real. Se desprezarem **sua** vida aqui embaixo - vocês trocarão esta vida pela glória eterna. (João 12.25, BV).

O excerto em (29) registra o que seria uma fala direta de Jesus ensinando seus seguidores. Na ocasião, é utilizada a forma pronominal *sua* com valor de segunda pessoa do plural. É possível notar, ainda, duas ocorrências do pronome inovador *vocês* no lugar de *vós*, o que demonstra a regulação da forma possessiva (*sua*) para se ajustar ao pronome inovador (*vocês*). Isso sugere que a presença do pronome inovador estimula um nível de ocorrência maior da forma possessiva *seu/sua*.

É necessário lembrar que a Bíblia Viva adota o modelo de tradução dinâmica, que procura estabelecer um texto dando prioridade ao conteúdo do texto original. Dessa forma, é possível também que o método de tradução contribua para o uso categórico da forma concorrente, haja vista que busca se aproximar das normas urbanas em uso real no Brasil.

A Nova Tradução na Linguagem de Hoje também tem o objetivo de apresentar linguagem mais simples e próxima do uso real. Desse modo a Tabela 6 apresenta os dados coletados nessa edição da Bíblia relativos à variação *vosso/vossa* e *seu/sua*.

Assim como averiguado na edição Bíblia Viva, os dados da Tabela 6 demonstram uso categórico da variante inovadora *seu/sua* para representar a segunda pessoa do plural (30) no

texto da Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Em 100% das ocorrências, a forma pronominal inovadora é utilizada.

- (30) Eu afirmo a vocês que isto é verdade: vocês poderão dizer a este monte: “Levante-se e jogue-se no mar.” Se não duvidarem no **seu** coração, mas creiem que vai acontecer o que disseram, então isso será feito. (Marcos 11.23, NTLH).

No exemplo (30), há uma representação da fala de Jesus ao público na qual ele se dirige aos ouvintes e nela é utilizada a forma pronominal *seu* para representar a segunda pessoa do plural. Do mesmo modo que em (29) é possível observar a presença do pronome inovador *vocês*, novamente sendo sugerida a regulação da forma possessiva para se combinar com o pronome inovador. Vale destacar que a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, assim como a Bíblia Viva, adota o modelo de tradução dinâmica, o que também parece favorecer o uso das formas concorrentes.

Entretanto, a Nova Almeida Atualizada lança mão do método formal de tradução, embora seja utilizado em alguns momentos o modelo funcional. A Tabela 6 apresenta, ainda, os dados da comparação de uso das formas pronominais *vosso/vossa* e *seu/sua* no texto da Nova Almeida Atualizada.

O texto da versão Nova Almeida Atualizada, ainda que seja produzido com maior grau de formalidade, também apresenta, segundo os dados desta pesquisa, uso categórico da variante inovadora. De todas as 394 ocorrências de pronomes possessivos de segunda pessoa do plural observadas nessa variação, em 100% delas aparece a forma *seu/sua*, como em (31).

- (31) Mas nem assim vocês creram no SENHOR, **seu** Deus. (Deuteronômio 1.32, NAA).

O exemplo (31) contém o registro do que seria um discurso de Moisés ao povo hebreu. No excerto é possível notar que a forma pronominal possessiva *seu* é empregada com o valor de segunda pessoa do plural. No trecho, observa-se também a presença do pronome *vocês*, concorrente de *vós*, reforçando a ideia de que a presença desse pronome estimula o uso da variante possessiva inovadora para realizar o ajuste do paradigma.

É preciso lembrar que a versão Nova Almeida Atualizada tem dentre seus objetivos o de atualizar o texto da tradução de João Ferreira Annes de Almeida, empregando-lhe uma norma linguística mais contemporânea. Dessa maneira, mesmo que possua orientação metodológica de tradução o modelo formal, parece que o fator de maior contribuição para os resul-

tados apresentados acima é o ano de publicação, haja vista que se trata da edição mais recente das analisadas neste estudo.

Diante dos dados apresentados nas versões Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada, é possível dizer que as edições bíblicas mais recentes têm, assim como observado no uso real da língua, abandonado o uso da forma pronominal possessiva de segunda pessoa do plural *vosso/vossa*. Isso acentua a observação de diversos linguistas como Lopes (2007) e Faraco (2008, 2017), que postulam que o paradigma *vós* tornou-se, de fato obsoleto, consolidando, assim, o uso do paradigma *vocês*. Em outras palavras, pode-se afirmar que os textos bíblicos mais recentes, mesmos aqueles que adotam o modelo de tradução formal, incorporam a implementação da mudança linguística já consolidada.

Cenário oposto ao constatado pelos dados da edição Almeida Revista e Corrigida, cuja publicação da metade do século XX ainda se orienta pela norma padrão elaborada no século XIX. Os dados dessa versão podem ser observados na Tabela 6.

Diferente das versões mais atuais da Bíblia, a Almeida Revista e Corrigida apresenta 345 ocorrências da segunda pessoa do plural, e em 100% é registrada a variante conservadora (32). Mantendo a predominância categórica do paradigma *vós* em sua redação.

- (32) Vós não me escolhestes a mim mas eu vos escolhi a vós, e vos designei, para que vades e deis frutos, e o **vosso** fruto permaneça, a fim de que tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, ele vo-lo conceda. (João 15.16, ARC).

Em (32) há uma representação da fala de Jesus a seus seguidores. Nela é possível observar que é utilizado exclusivamente o paradigma *vós*, e, ao se falar da propriedade dos “frutos”, ocorre a forma pronominal *vosso*, que se ajusta a esse paradigma. Desse modo, pode-se verificar a discrepância entre a norma linguística empregada nessa versão e a aplicada às publicações mais recentes da Bíblia.

Todavia, a forma pronominal *seu/sua* não tem sido a única maneira de expressar posse da segunda pessoa do plural. Tem sido produtiva no Brasil a forma genitiva *de vocês* para representar P5.

#### **6.4.4 Variação *seu/sua* e *de vocês* na representação da segunda pessoa do plural**

Considerando que a forma pronominal *vosso/vossa* caiu em obsolescência e que a forma genitiva *de vocês* tem se mostrado produtiva, torna-se importante traçar uma comparação a fim de se averiguar o grau de variação entre *seu/sua* e *de vocês*. Diante disso, sendo

ponderado o fato de as duas variantes serem consideradas inovadoras, a forma *seu/sua* será chamada de “Variante Concorrente 1” (VC1) e a forma *de vocês* será chamada de “Variante Concorrente 2” (VC2).

Dessa forma, a Tabela 7 apresenta os dados dessa variação nas edições da Bíblia que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Tabela 7- Variação entre *seu/sua* e *de vocês* nas versões bíblicas em análise

	SEU/SUA	DE VOCÊS	Total
<b>Bíblia Viva</b>	45,09% (115)	54,9% (140)	255
<b>Nova Tradução na Linguagem de Hoje.</b>	24,2% (78)	75,7% (243)	321
<b>Nova Almeida Atualizada</b>	48,5% (394)	51,4% (417)	811
<b>Almeida Revista e Corrigida.</b>	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme esses dados, é possível notar que, em um total de 255 ocorrências dessa variação no texto da Bíblia Viva, ligeira vantagem para VC2 (33), com 54,9%, entretanto, VC1 (34) equivale a 45,09% dos casos. Isso revela certo equilíbrio no uso das duas formas.

(33) “Não escondam a Luz **de vocês!** Deixem que ela brilhe para todos”. (Mateus 5.15, BV).

(34) “Mas quando vocês fizerem um favor a alguém, façam-no secretamente - não contem à **sua** mão esquerda aquilo que a **sua** mão direita está fazendo”. (Mateus 6.3, BV).

Em (33) é apresentado um registro da fala de Jesus a seus discípulos. Ao destacar a propriedade da “luz” como sendo dos seus ouvintes, é utilizada a forma *de vocês* para representar o possessivo da segunda pessoa do plural. Em (34) há outra representação da fala de Jesus aos discípulos no mesmo evangelho, um capítulo depois, empregando a forma *sua* para marcar a segunda pessoa do plural. Isso demonstra que a Bíblia Viva usa as duas formas de modo intercambiável, o que aparentemente é possível porque as duas variantes podem resgatar o mesmo paradigma, ou seja, *você*.

No que se refere à Nova Tradução na Linguagem de Hoje, a Tabela 7 revela uma forte predominância de VC2 (35), com 75,7% das ocorrências de um total de 321 vezes em que é apresentado o possessivo da segunda pessoa do plural. VC1 (36), embora seja produtiva se

comparada com *vosso/vossa*, diante da forma genitiva *de vocês* é consideravelmente menos utilizada nessa versão da Bíblia.

- (35) Não use o meu nome sem o respeito que ele merece; pois eu sou o SENHOR, o Deus **de vocês**. (Êxodo 20.7, NTLH).

O exemplo em (35) é o segundo dos dez mandamentos que teriam sido entregues por Deus a Moisés. Também é chamado de “Decálogo”, haja vista que se apresenta como uma fala direta aos hebreus. Nesse trecho é possível perceber que, na representação da fala de Deus, é utilizada a forma *de vocês* para marca a segunda pessoa do plural em que caberia também “*seu Deus*”, conforme uma norma linguística mais atual, ou “*vosso Deus*”, de acordo com a norma padrão. Entretanto, é usada VC2, ajustando o paradigma para combinar com o pronome inovador *vocês*. Lembrado que a forma pronominal *seu/sua* também possibilita esse ajuste, provavelmente deva-se a isso o fato de que, mesmo em menor grau, possua recorrência no texto da Nova Tradução na Linguagem de Hoje.

- (36) “Tenho visto a **sua** situação e sei o que os egípcios estão fazendo com vocês”. (Êxodo 3.16, NTLH).

O excerto em (36) representa uma parte da mensagem que Deus teria enviado por meio de Moisés aos líderes do povo Hebreu. Moisés deveria reproduzir de maneira direta essa mensagem. Assim, aparece a forma pronominal *sua* para apontar a segunda pessoa do plural, demonstrando que é produtiva, mesmo que em menor número de ocorrências.

A versão Nova Almeida Atualizada apresenta ocorrências das duas variantes VC1 e VC2. Os dados comparados, nessa edição, das duas formas estão dispostos na Tabela 7, demonstram forte equilíbrio quanto ao número de ocorrências das variantes *seu/sua* e *de vocês*. VC1 possui 48,5% das ocorrências, como em (37), enquanto VC2 aparece em 51,4% das vezes, como em (38). Se essa diferença for comparada com a discrepância existente no texto da Nova Tradução na Linguagem de Hoje, torna-se irrisória, haja vista que a distância em Nova Almeida Atualizada é de apenas 23 ocorrências, enquanto na Nova Tradução na Linguagem de Hoje a diferença é atinge 165. Dessa forma, o nível de variação na revisão de Almeida se aproxima mais do constatado na Bíblia Viva, cuja divergência é de apenas 25 ocorrências, também com leve vantagem para VC2.

(37) E Jesus, percebendo imediatamente em seu espírito que eles assim pensavam, disse-lhes: - Por que vocês estão pensando essas coisas em **seu** coração? (Marcos 2.8, NAA).

O exemplo em (37) representa uma parte de um diálogo de Jesus com os líderes religiosos do Judaísmo. Nesse excerto, nota-se duas ocorrências da forma pronominal *seu*, a primeira possui com valor de terceira pessoa, na qual o narrador se refere a Jesus, mas a segunda seria o registro da própria fala de Jesus se reportando aos seus interlocutores, empregando a forma *seu* com valor de segunda pessoa do plural.

(38) Mas Jesus lhes disse: — Foi por causa da dureza do coração **de vocês** que Moisés deixou escrito esse mandamento. (Marcos 10.5, NAA).

Em (38) também se trata do registro de uma fala de Jesus enquanto discutia com os líderes judeus. Em um contexto muito semelhante, no mesmo evangelho, o registro emprega a forma genitiva *de vocês* com valor de pronome possessivo de segunda pessoa do plural. Novamente, isso demonstra que os textos bíblicos usam de forma equivalente das duas variantes, sugerindo não haver critério específico que favoreça o uso de uma ou de outra forma, exceto a adoção do pronome inovador *vocês*, provocando assim um ajuste de paradigma em que tanto *seu/sua* quanto *de vocês* são possíveis e produtivos.

Há de se considerar ainda que a versão Nova Almeida Atualizada é uma tradução que segue o modelo formal, o que, em tese, a levaria a aderir a uma forma pronominal mais próxima da norma padrão. Entretanto, parece pesar na escolha da redação a variante mais próxima das normas urbanas, dessa forma, é possível que o fator preponderante para o equilíbrio constatado na versão seja o ano e os objetivos de publicação.

É cabível informar que não foram encontradas ocorrências de VC1, conforme exposto na Tabela 7, tampouco VC2 na versão Almeida Revista e Corrigida. Isso significa que em 100% dos casos de segunda pessoa do plural é empregada para sua representação a forma pronominal *vós*. Portanto, torna-se razoável afirmar que não há casos de *seu/sua* ou *de vocês* com valor de segunda pessoa do plural no texto bíblico da metade do século XX, devendo-se à orientação formal da tradução e sua redação balizada pela norma-padrão da língua portuguesa.

Diante dos dados apresentados, é possível dizer que, na variação *seu/sua* e *de vocês* para a representação da segunda pessoa do plural, há equilíbrio entre as variantes, excetuando-

se a redação da Nova Tradução na Linguagem de Hoje, em que há considerável vantagem para a variante *de vocês*. O uso intercambiável das duas formas aponta ainda para a possibilidade de elas se ajustarem ao paradigma *vocês*, considerando que o paradigma *vós* está em obsolescência.

Outro ponto a se destacar é que a forma pronominal *seu/sua* pode adquirir valores diferentes no uso real da língua, tendo isso retratado nos textos bíblicos mais recentes. Essa variante pode ser empregada para indicar a segunda pessoa do singular (P2), a terceira pessoa do singular (P3), a segunda pessoa do plural (P5) e a terceira pessoa do plural (P6). Entretanto, a ampliação das funções da forma pronominal *seu/sua* suscita o problema da ambiguidade, uma vez que, a depender do emprego dessa variante, o texto pode adquirir efeitos semânticos variados, o que é potencialmente agravado em um texto sensível, como a Bíblia. Dessa forma, pode-se constatar que os tradutores bíblicos têm procurado estratégias para desfazer as eventuais ambiguidades que o uso variável da forma pronominal *seu/sua* pode ocasionar, como em (39).

- (39) Ou como você dirá a **seu** irmão: “Deixe que eu tire o cisco do **seu** olho”, quando você tem uma trave no **seupróprio**? (Mateus 7.4, NTLH).

No exemplo apresentado acima, é possível notar que por três vezes a forma pronominal *seu* é empregada, nas três ocorrências ela representa a segunda pessoa do singular, entretanto, a segunda ocorrência está dentro de um possível discurso que o interlocutor faria para alguém posicionado fora do diálogo. Na terceira ocorrência é acrescentada a palavra “próprio” para indicar o interlocutor e não mais a pessoa fora do diálogo.

Todavia, a ambiguidade tem sido desfeita também com a utilização das formas pronominais possessivas *dele/dela* e *deles/delas* para representar respectivamente a terceira pessoa do singular e terceira pessoa do plural. Dessa maneira, foram realizados levantamentos para averiguar o grau de recorrência dessas formas nas versões da Bíblia abordadas nesta pesquisa, conforme apresentadas na seção seguinte.

#### 6.4.5 O uso das formas pronominais *dele/dela* e *deles/delas*

A forma *dele/dela*, a princípio, é uma contração da preposição *de* com o pronome *ele/ela*, mas que pode adquirir valor pronominal de terceira pessoa, embora não apareça na maioria dos manuais de gramática. Considerando isso, foi realizado um levantamento de da-



dos por este estudo com a intenção de quantificar as ocorrências da forma pronominal *dele/dela* nas versões bíblicas Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada.

Em um primeiro momento, é realizada a contagem das ocorrências em cada uma das versões, cujo resultado está demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8- Ocorrências de *dele/dela* nas três versões bíblicas

Dele/dela		
BV	NTLH	NAA
686	326	299

Fonte: dados da pesquisa.

É possível notar que Bíblia Viva é a versão bíblica que mais possui ocorrências da forma genitiva *dele/dela* (686), enquanto a Nova Almeida atualizada possui menos ocorrências da forma pronominal (299).

Esses números chamam atenção, pois, como já ressaltado, a forma pronominal *dele/dela* não é apresentada nos quadros de pronomes possessivos das gramáticas tradicionais. Cerqueira (2018) apresenta essa forma como possibilidade de substituição do *seu/sua* em um quadro de possessivos no que o pesquisador denomina de PBC (Português Brasileiro Coloquial).

Dessa forma, foram realizadas comparações entre o número de ocorrências da forma inovadora e da variante canônica, cujos resultados são demonstrados na Tabela 9.

Tabela 9- Variação entre *dele/dela* e *seu e sua* nas versões bíblicas em análise

	SEU/SUA	DELE/DELA	Total
<b>Bíblia Viva</b>	42,3% (504)	57,6% (686)	1.190
<b>Nova Tradução na Linguagem de Hoje.</b>	73,5 % (907)	26,4% (326)	1.233
<b>Nova Almeida Atualizada</b>	81,7% (1.340)	18,2% (299)	1.639
<b>Almeida Revista e Corrigida.</b>	94,2% (1.885)	5,7% (114)	1.999

Fonte: dados da pesquisa.

Na primeira comparação de resultados, mais uma vez, a Bíblia Viva apresenta vantagem para a variante inovadora, com 57,6% das ocorrências. A variante conservadora apresenta 42,3% das ocorrências. Os números constataam que a versão Bíblia Viva, embora seja uma

publicação da década de 1980, tem oferecido retratos dos rearranjos que ocorrem no português e de uma forma pronominal encaixada em diversas normas urbanas, especialmente na modalidade oral, como apresentado por Cerqueira (2018, p. 107).

A segunda comparação de dados foi realizada usando os números da Nova Tradução na Linguagem de Hoje. O resultado também está disposto na Tabela 9.

Com a comparação realizada na Nova Tradução na Linguagem de Hoje, é possível perceber novamente que a variante canônica é proeminente, desta feita com 73,5 % das ocorrências de pronome possessivo de terceira pessoa do singular. Dessa maneira, parece que se desenha nessa versão bíblica um uso mais conservador do pronome possessivo de terceira pessoa, embora seu objetivo seja simplificar a linguagem da Bíblia e alcançar o leitor comum.

No entanto, apesar de uma menor taxa de ocorrências, 26,4%, e com um número de ocorrências abaixo da metade do encontrado na Bíblia Viva, é possível perceber que a forma genitiva inovadora tem entrada e é produtiva em Nova Tradução na Linguagem de Hoje, deixando evidente que o texto bíblico dessa versão acompanha as movimentações gramaticais decorrentes da implementação das formas inovadoras no quadro pronominal do português.

A terceira comparação foi realizada utilizando dados da Nova Almeida Atualizada, versão de perfil mais formal e com propósito diverso das demais. Os resultados desse comparativo podem ser constatados na Tabela 9.

Assim como a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, os dados da Nova Almeida Atualizada apresentam expressiva vantagem para variante conservadora, com 81,7% das ocorrências. Tratando-se da desta versão, não chega a ser um resultado surpreendente, pois como já mencionado possui objetivos diferentes das outras versões e adota um tom mais formal, ainda que também procure atualizar a norma linguística utilizada em sua redação.

A Nova Almeida Atualizada, mesmo apresentando uma baixa produtividade da variante inovadora, representando apenas 18,2% do número de ocorrências, oferece concessão para que os rearranjos quanto aos pronomes possessivos de terceira pessoa ocorram, a despeito da norma-padrão.

Por fim, a quarta comparação realizada entre as formas variantes de terceira pessoa *seu/sua* e *dele/dela* foi realizada com dados da versão Almeida Revista e Corrigida. O resultado pode ser observado na Tabela 9.

Não é surpreendente que a ARC demonstre expressiva vantagem quanto ao número de ocorrências da variante conservadora, porém, é admirável que haja 114 ocorrências da variante inovadora, o que representa 5,7%. Isso é surpreendente pelo fato de um texto com elevado prestígio social, publicado em meados do século XX, adotar uma forma pronominal variante

condenada e também ignorada pela norma-padrão.

Levando em consideração que o uso de *dele/dela* com o valor genitivo está diretamente ligado ao encaixamento de *você* no português do Brasil, é possível que esses usos já estivessem tão estabelecidos, como aponta Lopes (2012), que as movimentações gramaticais, à época, foram acolhidas, com certa naturalidade, no texto bíblico, ou seja, os efeitos de encaixamento se fizeram perceber mesmo antes da adoção de *você* e *vocês* pelo texto da Bíblia.

Enfim, se comparados os números das três primeiras versões, é possível notar que A Bíblia Viva parece ter mais abertura para as inovações na língua, o que parece não ser explicado pelo ano da edição, mas pelo objetivo de publicação e pela postura da editora responsável em relação à norma gramatical, pesando também o modelo de tradução dinâmica aplicada ao texto.

Sem embargo, foram realizadas, também, comparações entre as formas variantes de representação da terceira pessoa do plural *seu/sua* e *deles/delas*. Os números estão disponíveis na Tabela 10.

Tabela 10- Variação entre *deles/delas* e *seu e sua* nas versões bíblicas em análise

	SEU/SUA	DELE/DELA	Total
<b>Bíblia Viva</b>	10,03% (32)	89,9% (287)	319
<b>Nova Tradução na Linguagem de Hoje.</b>	22,7% (62)	77,2% (210)	272
<b>Nova Almeida Atualizada</b>	39,8% (145)	60,1% (219)	364
<b>Almeida Revista e Corrigida.</b>	74,01% (225)	25,9% (79)	304

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Bíblia Viva, outra vez, apresentam vantagem da variante inovadora, porém, ao se comparar os níveis alcançados pela forma *deles/delas*, neste levantamento, com os alcançados pela forma *dele/dela* é patente a diferença entre elas. Na representação da terceira pessoa do singular, observa-se uma discrepância menor, com 57,6% para variante inovadora. Neste levantamento, a variante inovadora atinge 89,9% no nível de ocorrências em face de apenas 10,03% da variante canônica.

É possível que essa diferença nos níveis de ocorrências seja mais uma forma para desfazer ambiguidades, haja vista que a forma *seu/sua* tem acumulado as funções de representar a segunda e a terceira pessoa do plural, enquanto a forma *deles/delas* assume a representação da terceira pessoa do plural, inclusive com o número marcado morfológicamente.

Também, foi realizado esse mesmo levantamento no texto da versão Nova Tradução

na Linguagem de hoje, cujo resultado é apresentado na Tabela 10.

Os dados mostram, agora, que a Nova Tradução na Linguagem de Hoje apresenta quase que exatamente números inversos em relação à comparação das variantes de representação da terceira pessoa do singular. Enquanto naquele levantamento, a variante inovadora atingia apenas 26,4%, nesta, chega a 77,2%. Outra vez, esta diferença não sofre interferência do ano de publicação, o objetivo da publicação, sendo também viável compreender que estratégias para desfazer ambiguidades atuem fortemente para esse resultado.

Também, apresentando números inversos, a Nova Almeida Atualizada apresenta vantagem para a variante inovadora, conforme demonstrados na Tabela 10.

De acordo com o que já foi anunciado acima, a Nova Almeida Atualizada apresenta uma inversão em relação àquela comparação *dele/dela* e *seu/sua*. Neste levantamento, constatou-se 60,1% de ocorrência da variante inovadora. O fato de a forma canônica ter alcançado apenas 39,8% também pode ser explicado pela tentativa do texto de desfazer ambiguidades envolvendo a terceira pessoa do plural, haja vista que a Nova Almeida Atualizada apresenta um texto mais próximo à norma gramatical que as outras versões (Bíblia Viva e Nova Tradução na Linguagem de Hoje).

A única versão que apresenta vantagem para a variante canônica é a Almeida Revista e Corrigida, conforme a Tabela 10.

Neste levantamento, *seu/sua* atinge 74,01%, expressiva vantagem, contrariando os dados obtidos nas outras versões. A explicação para níveis tão elevados de ocorrências é que a Almeida Revista e Corrigida mantém seu texto mais próximo da norma gramatical, não precisando, dentro dos parâmetros desta norma, desfazer ambiguidades quanto ao uso da forma pronominal de terceira pessoa do plural.

Ainda que a forma inovadora chegue a 25,9%, das ocorrências, ela é utilizada apenas como uma opção vocabular para o texto, não pela necessidade de evitar embaraços em sua elaboração.

Reunidos os levantamentos de todas essas versões, é possível compreender que as versões Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada, apresentam elevados níveis na recorrência dos pronomes inovadores *você* e *vocês*, favorecendo os rearranjos gramaticais descritos na literatura. Ainda que com uso moderado de *a gente* em Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e praticamente inexistente em Nova Almeida Atualizada, também se nota a abertura que esses textos dão para a ocorrência de normas distintas daquela apreendida pela gramática tradicional, aproximando-se das normas de uso real dos centros urbanos.

Ao se avaliar as movimentações no quadro pronominal dos textos bíblicos decorrentes da implementação dos pronomes inovadores *você*, *vocês* e *a gente*, é possível perceber equilíbrio nos dados da Bíblia Viva e da Nova Almeida atualizada e larga vantagem para a variante canônica na Nova Tradução na Linguagem de Hoje, no que tange ao pronome possessivo de terceira pessoa do singular, sendo que estas duas últimas se mostram conservadoras quanto ao uso do pronome inovador. A situação se inverte quando levantados os dados relativos ao pronome possessivo de terceira pessoa do plural, ocasião em que se revela elevada vantagem da variante inovadora nas três versões analisadas, o que sugere a forma inovadora ter sido usada para desfazer ambiguidades.

Dessa forma, pode-se perceber que as editoras das Bíblias analisadas, aqui, apresentam considerável avaliação das normas do português utilizadas nos centros urbanos e buscam conformar suas publicações as elas, tendo como principal fator os objetivos de publicação e a postura adotada pelas editoras em relação a esses conjuntos de normas. Porém, outra categoria a ser analisada é a forma de representação do modo imperativo dos verbos. Assim, na próxima seção, são apresentados os resultados do levantamento, realizado nos textos bíblico em tela, do modo imperativo.

## 6.5 A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO DOS VERBOS

É possível dizer que a representação do modo imperativo também é afetada pelo encaixamento das formas pronominais inovadoras *você*, *vocês*. Faraco (2017) demonstra que o paradigma de conjugação verbal é simplificado e isso repercute na forma como o modo imperativo dos verbos é expresso. Essa repercussão acontecer especialmente na forma verbal de terceira pessoa para a segunda pessoa. As novas formas imperativas dos verbos também têm apresentado variação. Dessa forma, é feita abaixo a comparação entre formas canônicas e inovadoras dessa variação. Consideram-se as formas relativas à segunda pessoa do singular e à segunda pessoa do plural.

Cabe destacar que, neste estudo, é considerada como variante canônica a forma de conjugação associada ao paradigma *tu*, conforme apresentada oferecida pela norma-padrão, ou seja, como derivação do modo indicativo, e como variante inovadora, a forma apresentada pela literatura como associada ao paradigma *você*. Para isso, foram levantadas as ocorrências de seis verbos no texto do *corpus* analisado, a saber, “falar”, “andar”, “comer”, “viver”, “sair” e “pedir”, sendo dois verbos de 1ª conjugação, dois de 2ª conjugação e dois de 3ª conjugação. Os dados obtidos são comparados a fim de averiguar estritamente se, nos textos bíblicos, a

entrada de pronomes inovadores tem provocado mudanças na expressão do modo imperativo.

#### 6.4.1 A representação do modo imperativo afirmativo nos textos bíblicos

De acordo com o preconizado pela norma-padrão, as formas imperativas afirmativas de segunda pessoa dos verbos são derivadas do modo indicativo, enquanto o imperativo negativo advém do modo subjuntivo. Dessa maneira as comparações que se seguem procuram averiguar se as formas imperativas utilizadas nas edições da Bíblia empregam o postulado pela norma-padrão ou aderem às formas relacionadas ao paradigma *você*. Desse modo, é feita a comparação entre a forma canônica e a inovadora, primeiramente na representação do imperativo afirmativo e, depois, na expressão do imperativo negativo.

Os dados apresentados, aqui, são relativos os verbos acima citados, dispondo as comparações entre a representação do modo imperativo para a segunda pessoa do singular e, depois, para a segunda pessoa do plural. Desse modo, os dados relativos ao levantamento realizado na edição Bíblia Viva estão disponíveis na Tabela 11, a seguir, apresentando os números relativos às ocorrências de segunda pessoa do singular.

Tabela 11- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Bíblia Viva

VERBO	BV	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO SINGULAR	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO SIN- GULAR
Falar	0 (0%)	6 (100%)
Andar	0 (0%)	1 (100%)
Comer	0 (0%)	4 (100%)
Viver	0 (0%)	1 (100%)
Sair	0 (0%)	9 (100%)
Pedir	0 (0%)	4 (100%)

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 11 apresenta uso categórico da variante inovadora, ou seja, há 100% de produtividade das formas relacionadas a *você*, considerando as ocorrências de todos os seis verbos pesquisados. Dessa maneira, enquanto a norma padrão estabelece, por exemplo, a forma imperativa “fala” para a segunda pessoa do singular, o texto da Bíblia viva emprega “fale” (40).

- (40) **Fale** com alfaiates - que para esse ofício artístico receberam dons de mim. (Êxodo 28.3, BV).

O exemplo em (40) é parte do registro de uma ordem que teria sido dada por Deus a Moisés para encomendar roupas sacerdotais aos alfaiates. Nele é possível observar o verbo falar no imperativo sendo expresso em segunda pessoa do singular com a forma *fale*.

É necessário lembrar que um dos objetivos principais da Bíblia Viva é simplificar a linguagem do texto bíblico, o que significa dizer que, ao inserir as formas pronominais inovadoras, a edição também reajusta as formas do imperativo afirmativo, associando a conjugação verbal ao paradigma *você*. Entretanto, não só a conjugação em segunda pessoa do singular foi alterada. A Tabela 12 apresenta dos dados relativos à segunda pessoa do plural na mesma publicação da Bíblia.

Tabela 12- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Bíblia Viva

VERBO	BV	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO PLURAL	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO PLU- RAL
Falar	0 (0%)	1 (100%)
Andar	0 (0%)	1(100%)
Comer	0 (0%)	15 (100%)
Viver	0 (0%)	2 (100%)
Sair	0 (0%)	8 (100%)
Pedir	0 (0%)	8 (100%)

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 12 são congruentes com os da Tabela 11, ou seja, demonstram 100% de uso da variedade inovadora (41). Isso demonstra que as formas do imperativo relacionadas ao pronome *vós*, no texto da Bíblia Viva desapareceram, assim como a própria forma verbal.

(41) **Comam** tudo o que puderem durante a noite. (Êxodo 12.10, BV).

O texto transcrito em (41) é uma das ordens que Deus teria dado ao povo hebreu a respeito da Páscoa. A ordem era para que o animal sacrificado fosse comido durante a noite. É interessante observar que, nesse excerto, de acordo com a norma-padrão, a forma comer para a segunda pessoa do plural no imperativo afirmativo seria “Comei tudo”, entretanto a edição bíblica emprega a forma “comam tudo”, que provavelmente tem na forma suplementar da terceira pessoa do plural.

Esses dados demonstram com clareza, considerando que se trata de um texto sensível e

na modalidade escrita, que há, de fato, o esforço em tornar a redação mais próxima, o tanto quanto possível, às normas urbanas faladas no Brasil.

A Nova Tradução na Linguagem de Hoje, por sua vez, apresenta percentual semelhante aos constatados na Bíblia Viva no que tangem à representação da forma do imperativo afirmativo. A expressão da segunda pessoa do singular do verbo falar apresenta uma particularidade, conforme observado na Tabela 13.

Tabela 13- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Nova Tradução na Linguagem de Hoje

NTLH		
VERBO	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO SINGULAR	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO SIN- GULAR
Falar	1 (12,5%)	7 (87,5%)
Andar	0 (0%)	5 (100%)
Comer	0 (0%)	4 (100%)
Viver	0 (0%)	1 (100%)
Sair	0 (0%)	15 (100%)
Pedir	0 (0%)	4 (100%)

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados expressos na Tabela 13 revelam largam vantagem para a concorrente inovadora. Todos os verbos, em 100% das ocorrências, apresentam formas imperativas relacionadas a *você*, exceto o verbo “falar” (42).

- (42) Agora, se isso é assim mesmo, **fala-me** dos teus planos para que eu possa te servir e continuar a te agradar. Lembra que escolheste esta nação para ser tua. (Êxodo 33.13, NTLH).

A única ocorrência do verbo “falar”, no texto da Nova Tradução na Linguagem de Hoje, conjugado no modo imperativo afirmativo da segunda pessoal do singular está na forma preconizada pela norma-padrão. Todavia é preciso lembrar que, apesar da predominância da variante pronominal *você*, a forma *tu* possui 4,6% de ocorrências nessa edição bíblica. Dessa maneira, o emprego dessa forma para o verbo “falar” pode ser explicado por se uso estilístico, haja vista que em (42) está registrada uma oração de Moisés.

No entanto, se observados os demais verbos selecionados, pode-se verificar a predominância da variante inovadora na representação da segunda pessoa do singular no modo im-



perativo afirmativo no texto da Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Enquanto o verbo falar apresenta 87,5% das ocorrências para a variante inovadora, os outros verbos são categóricos, com 100% cada um.

No que diz respeito à representação da segunda pessoa do plural, o modo imperativo afirmativo empregado na Nova Tradução na Linguagem de Hoje também é predominante, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Nova Tradução na Linguagem de Hoje

VERBO	NTLH	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO PLURAL	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO PLU- RAL
Falar	0 (0%)	0 (0%)
Andar	0 (0%)	0 (0%)
Comer	0 (0%)	19 (100%)
Viver	0 (0%)	1 (100%)
Sair	0 (0%)	10 (100%)
Pedir	0 (0%)	9 (100%)

Fonte: dados da pesquisa.

Embora não se tenha encontrado, na amostra extraída, as formas de segunda pessoa do plural no modo imperativo afirmativo dos verbos “falar” e “andar”, os dados colhidos dos demais verbos demonstram que em 100% dos casos de uso do imperativo, há recorrência da forma verbal inovadora, como em (43).

- (43) Agora **saíam** daqui e vão caminhando na direção da região montanhosa dos amorreus. (Deuterônimo 1.7, NTLH).

O exemplo demonstrado em (43) apresenta o que seria uma ordem de Deus para o povo hebreu durante sua peregrinação no deserto. O verbo sair, no modo imperativo, novamente aponta para o ajuste de paradigma, pois a norma-padrão estabelece, nesse caso, a forma *saí*, entretanto, a forma empregada no texto é *saíam*.

Assim, é possível dizer que a presença predominante da forma inovadora é predominante para que seja realizada a readequação ao paradigma pronominal empregada na versão da Bíblia. Considerando isso, também é razoável afirmar que a presença de pronomes inovadores no texto bíblico se fez repercutir na expressão da forma imperativa dos verbos. Porém, é

preciso lembrar que a Bíblia Viva e a Nova Tradução na linguagem de Hoje adotam propósitos de publicação semelhantes, além de serem elaboradas pelo método dinâmico de tradução. Em contrapartida, a Nova Almeida Atualizada se propõe ao uso geral, especialmente para a leitura pública e para estudo acadêmico. Dessa forma, é importante também analisar os dados de representação do imperativo afirmativo nessa edição, a começar pela segunda pessoa do singular, cujo resultado está expresso na Tabela 15.

Tabela 15- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Nova Almeida Atualizada

VERBO	NAA	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO SINGULAR	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO SIN- GULAR
Falar	1 (2,7%)	35 (97,2%)
Andar	0 (0%)	1 (100%)
Comer	0 (0%)	4 (100%)
Viver	0 (0%)	0 (0%)
Sair	0 (0%)	16 (100%)
Pedir	0 (0%)	1 (100%)

Fonte: dados da pesquisa.

Assim como na Nova Tradução na Linguagem de Hoje, a Nova Almeida Atualizada apresenta elevada vantagem para a variante inovadora. Todos os verbos seccionados alcançam níveis de 100% de ocorrência da forma imperativa afirmativa ajustada ao paradigma *você*, exceto o verbo “falar” (44), que aparece apenas uma vez, em um total de 36 ocorrências.

- (44) Disseram a Moisés: — **Fala**-nos você, e ouviremos; porém não fale Deus conosco, para que não morramos. (Êxodo 20.19, NAA).

Embora haja apenas uma ocorrência do verbo “fala”, no imperativo da segunda pessoa do singular, na amostra extraída em Nova Almeida Atualizada, trata-se de um exemplo interessante. O trecho em (44) registra uma fala do povo hebreu a Moisés. Nele, é possível observar o emprego do verbo “falar” conjugado como imperativo da segunda pessoa do singular assim como preconizado pela norma-padrão, ou seja, “fala”, que seria expresso de acordo com o paradigma *tu* (fala tu), entretanto, o curioso é que, logo após, é empregada a forma pronominal *você*: “**Fala**-nos **você**”. Essa combinação é plenamente possível em algumas normas linguísticas do português brasileiro, conforme se pode constatar em Scherre (2007). Con-

tudo, em outras ocorrências do verbo “falar”, como em (45), é empregada a variante concorrente.

- (45) **Fale** aos filhos de Israel e diga-lhes o seguinte: “Certamente vocês guardarão os meus sábados. (Êxodo 31.13, NAA).

No excerto em (45) há o registro de uma ordem que Deus teria dado a Moisés. É possível constatar que a forma imperativa para a segunda pessoa do singular mudou, ou seja, foi empregada, agora, a forma *fale* e não mais *fala*. Essa variação sugere que em (44) ocorre o emprego da oralidade corrente em determinadas normas linguísticas do português.

Por outro lado, o exemplo em (44) suscita novamente a questão do ajuste à pessoa do discurso, ou seja, ainda que a forma imperativa esteja de acordo com o paradigma *tu* ele expressa, do mesmo modo, a segunda pessoa do singular, por isso, haveria restrições linguísticas para combiná-lo com a forma pronominal *você*. Em outras palavras, esse exemplo pode ser considerado aquilo que os gramáticos chamam de “mistura de tratamento”.

Assim, é possível perceber que, mesmo no texto de Nova Almeida Atualizada, que adota um modelo de tradução formal, a entrada dos pronomes inovadores tem provocado alterações. Essas repercussões são observáveis também na forma afirmativa do imperativo da segunda pessoa do plural, conforme apresentado pela Tabela 16.

Tabela 16- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Nova Almeida Atualizada

VERBO	NAA	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO PLURAL	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO PLU- RAL
Falar	0 (0%)	3 (100%)
Andar	0 (0%)	2 (100%)
Comer	0 (0%)	13 (100%)
Viver	0 (0%)	0 (0%)
Sair	0 (0%)	8 (100%)
Pedir	0 (0%)	6 (100%)

Fonte: dados da pesquisa.

Dos verbos selecionados para esta análise, o único que não apresentou ocorrência, conjugado em forma representativa da segunda pessoa do plural no modo imperativo afirmativo, foi “viver”. Entretanto, todos os demais estão presentes na amostra extraída da edição

Nova Almeida Atualizada, e, sem exceção, os verbos apresentam emprego categórico da forma verbal inovadora, a exemplo do verbo “comer”, que em 13 ocorrências, 100% são na forma *comam*, enquanto a norma-padrão recomenda *comei*. O mesmo ocorre com o verbo “pedir” (46).

- (46) Até agora vocês não pediram nada em meu nome; **peçam** e receberão, para que a alegria de vocês seja completa. (João 16.24, NAA).

Em (46) há um registro da fala de Jesus a seus discípulos. Nele é possível observar que ele orienta seus seguidores a fazerem pedidos. A redação da Nova Almeida Atualizada emprega o imperativo afirmativo com a forma *peçam*, enquanto a forma da segunda pessoa do plural, conforme a norma padrão, seria *pedi*, forma esta que inclusive é registrada na versão Almeida Revista e Corrigida (47).

- (47) Até agora nada pedistes em meu nome; **pedi**, e recebereis, para que o vosso gozo seja completo. (João 16.24, ARC).

Os excertos em (46) e (47) se encontram na mesma passagem bíblica, entretanto, a versão Almeida Revista e Corrigida emprega a forma verbal de acordo com a norma-padrão, enquanto a Nova Almeida Atualizada aplica uma norma mais próxima do uso urbano comum. Isso sugere que, mesmo as duas versões compartilhando o modelo de tradução formal, a norma linguística é distinta entre elas. Assim, esse ajuste na representação da forma verbal pode ser explicado pela inserção dos pronomes inovadores e pelo ano de publicação mais recente da Nova Almeida Atualizada.

Para fins de comparação, o mesmo tipo de levantamento foi realizado no texto da edição Almeida Revista e Corrigida, tanto para a segunda pessoa do singular quanto para a segunda pessoa do plural. Os dados da primeira apuração estão dispostos na Tabela 17.

Tabela 17- Variação na representação do imperativo afirmativo para P2 na Almeida Revista e Corrigida

VERBO	ARC	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO SINGULAR	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO SIN- GULAR
Falar	37 (100%)	0 (0%)
Andar	8 (100%)	0 (0%)
Comer	4 (100%)	0 (0%)
Viver	0 (100%)	0 (0%)
Sair	14 (100%)	0 (0%)
Pedir	1 (100%)	0 (0%)

Fonte: dados da pesquisa.

Diante dos dados apresentados na Tabela 17, é possível perceber que há uma inversão se comparado o grau de variação entre a edição Almeida Revista e Corrigida e as três versões mais recentes analisadas neste estudo. Em todas as ocorrências de todos os verbos selecionados que foram colhidos na amostra, 100% são referentes à forma canônica de representação do modo imperativo da segunda pessoa do singular (48). O único verbo a não possuir ocorrência foi “viver”.

(48) Disse-lhe Jesus: Levanta-te, toma o teu leito e **anda**. (João 5.8, ARC).

Em (48) é o registro em que Jesus teria curado uma pessoa e a teria ordenado que se levantasse. Na representação da fala de Jesus, a versão Almeida Revista e Corrigida emprega a forma relativa a *tu*, ou seja, *anda* (anda tu), caracterizando sua opção por aderir ao prescrito pela norma-padrão.

Esse comportamento é observado em todas as ocorrências do verbo “andar” e dos outros verbos selecionados que aparecem nesse texto na forma de segunda pessoa do singular do modo imperativo, entretanto, é possível ainda analisar os dados da segunda pessoa do plural na versão Almeida Revista e Corrigida. Os dados estão expressos na Tabela 18.

Tabela 18- Variação na representação do imperativo afirmativo para P5 na Almeida Revista e Corrigida

VERBO	ARC	
	FORMA CANÔNICA – 2ª PESSOA DO PLURAL	FORMA INOVADORA – 2ª PESSOA DO PLU- RAL
Falar	4 (100%)	0 (0%)
Andar	2 (100%)	0 (0%)
Comer	5 (100%)	0 (0%)
Viver	0 (0%)	0 (0%)
Sair	3 (100%)	0 (0%)
Pedir	4 (100%)	0 (0%)

Fonte: dados da pesquisa.

Assim como os dados da Tabela 17, os dados da Tabela 18 apontam para uso categórico da forma conservadora de representação do imperativo (49) da segunda pessoa do plural na versão Almeida Revista e Corrigida.

- (49) Disse-lhes então Jesus: Ainda por um pouco de tempo a luz está entre vós. Andai enquanto tendes a luz. (João 12.35, ARC).

Com os dados apresentados na Tabela 17 e na Tabela 18, é patente, mais uma vez, que a edição Almeida Revista e Corrigida pauta-se pela norma-padrão, contrastando, dessa maneira, com as edições mais recentes da Bíblia analisadas neste estudo. Todavia, ainda resta averiguar o comportamento dos textos bíblicos quanto à representação da forma negativa do imperativo verbal, o que é realizado a seguir.

#### 6.4.2 A representação do modo imperativo negativo nos textos bíblicos

O emprego das formas pronominais inovadoras tem provocado alterações na representação do modo imperativo, inclusive quanto ao imperativo negativo, conforme se pode observar em Scherre (2007). Embora possa haver variação entre novas formas de representação do modo imperativo, toma-se, aqui, como referência de norma-padrão aquelas expressões historicamente relacionadas ao paradigma *tu* e como forma inovadora, aquelas associadas ao paradigma *você*.

Diante disso, são apresentados no Quadro 3 os dados relativos à representação do imperativo da segunda pessoa, tanto singular quanto plural, na edição Bíblia Viva.

Quadro 3- Representação do modo imperativo negativo na Bíblia Viva

BV				
Verbos	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma inovadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma inovadora
Falar	0	1 (100%)	0	1(100%)
Andar	0	0	0	1(100%)
Comer	0	0	0	11(100%)
Viver	0	0	0	0
Sair	0	0	0	2(100%)
Pedir	0	1(100%)	0	0(100%)

Fonte: dados da pesquisa.

Embora, na amostra analisada, não tenham sido encontradas as formas imperativas negativas de todos os verbos selecionados, o Quadro 3 demonstra que, em todas as ocorrências, sejam elas no singular (50) ou no plural (51), há emprego de 100% da variante inovadora, ou seja, uso categórico das formas associadas a *você*.

(50) ‘**Não fale** mais nisso!’ ordenou Ele, ‘mas suba ao alto do monte Pisga. (Deuteronômio 3.26, BV).

O trecho apresentado em (50) seria o relato de uma ordem dada por Deus a Moisés, no emprego da citação direta, a forma imperativa negativa que aparece é *não fale*, associada ao paradigma *você* e produtiva em algumas normas urbanas do português brasileiro, apesar de, em consonância à norma-padrão, o emprego devesse ser *não fales*. De modo semelhante, a segunda pessoa do plural apresenta, em todos os casos, a variante inovadora.

(51) Vocês, **não saiam** do Tabernáculo para não morrerem. (Levítico 10.7).

Em (51), a forma pronominal *vocês* é empregada como vocativo, associado a ela, o modo imperativo negativo do verbo “sair”. Nesse caso, a norma-padrão recomendaria “Vós, não saiais”. Evidentemente que essa combinação não é mais produtiva no português do Brasil. A entrada da forma *vocês* em diversas normas ou conjunto de normas, tem estimulado a mu-

dança da representação do imperativo negativo, conforme é possível observar no texto da edição Bíblia Viva.

Outra observação a ser realizada é a indistinção entre as formas do imperativo afirmativo e do imperativo negativo. Em novas expressões do imperativo não há distinção formal entre elas, tanto na segunda pessoa do singular, como em (52) e (53), quanto na segunda pessoa do plural (54) e (55).

(52) O povo falou com Moisés: "Nós pecamos porque nos queixamos do Senhor e de você. **Peçaa** ele para tirar as cobras do meio do povo." (Números 21.7, BV).

(53) Ele responde então do quarto: 'Por favor **não peça** para eu me levantar. A porta já está trancada para passar a noite, e todos nós estamos na cama. (Lucas 11.7, BV).

Em (52), o verbo “pedir” está conjugado na segunda pessoa do singular do modo imperativo afirmativo; em (53), o mesmo verbo está na segunda pessoa do singular do imperativo negativo. Pela norma-padrão, as formas deveriam ser “pede a ele” e “não me peças”. Entretanto, a redação da Bíblia Viva emprega a mesma forma nos dois casos, sendo o imperativo negativo diferenciado do imperativo afirmativo apenas pela presença do advérbio “não” antes do verbo.

(54) Agora, atenção! Vejam de que jeito deverão estar enquanto comerem: vestidos, calçados e com o cajado na mão! E **comam** depressa! Assim vai ser, porque é a páscoa do Senhor. (Êxodo 12.11, BV).

(55) Digo e repito: em todas as casas, **não comam** coisa alguma fermentada. E quanto aos pães, só comam pães sem fermento. (Êxodo 13.20, BV).

É possível observar, diante dos exemplos em (54) e (55), que as formas de expressão da segunda pessoa do plural não se alteram no modo indicativo. Assim, pode-se considerar que a entrada das formas *você* e *vocês* não só modificou a representação das formas do imperativo para a segunda pessoa do singular e do plural, como, no texto da Bíblia Viva, apresenta uniformidade dessa representação no imperativo afirmativo e negativo.

Considerando o mesmo tipo de comparação, foram levantados os números da Nova Tradução na Linguagem de Hoje a fim de apurar se nela acontecem as mesmas movimentações constatadas na Bíblia Viva quanto à representação do modo imperativo negativo. Os



dados estão dispostos no Quadro 4.

Quadro 4- Representação do modo imperativo negativo na Nova Tradução na Linguagem de Hoje

NTLH				
Verbos	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma inovadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma inovadora
Falar	0	0	0	1 (100%)
Andar	0	2 (100%)	0	0
Comer	0	1 (100%)	0	22 (100%)
Viver	0	0	0	1 (100%)
Sair	0	0	0	2 (100%)
Pedir	0	1 (100%)	0	0

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados do Quadro 4 demonstram as ocorrências de imperativo negativo na Nova Tradução na Linguagem de Hoje, tanto para a segunda pessoa do singular quanto para a segunda pessoa do plural. Assim, é possível notar que apenas três verbos ocorrem no singular, a saber, “andar”, “comer” e “pedir”. No entanto, todos eles apresentam a forma inovadora para a representação do imperativo negativo, como em (56).

- (56) **Não ande** espalhando mentiras no meio do povo, nem faça uma acusação falsa que possa causar a morte de alguém. (Levítico 19.16, NTLH).

O excerto acima é parte de uma lista de preceitos que cada membro do povo hebreu deveria seguir, assim os verbos são conjugados na segunda pessoa do singular. A redação da Nova Tradução na Linguagem de Hoje emprega a forma imperativa negativa *não ande*. É evidente que essa forma está relacionada ao paradigma *você*, que está presente em 95,4% nessa edição da Bíblia. Dessa maneira, dentre os verbos selecionados, que apresentaram a forma imperativa negativa para a segunda pessoa do singular, nessa amostra, totalizam 100% das ocorrências.

Do mesmo modo, as formas imperativas negativas para a segunda pessoa do plural, na versão Nova Tradução na Linguagem de Hoje, também apresentam uso categórico da variante inovadora, como em (57).

- (57) Mas **não comam** o sangue dos animais; o sangue deve ser despejado no chão, como se fosse água. (Deuteronômio 12.23, NTLH).

Em (57) é apresentada uma ordem que teria sido dada por Deus ao povo hebreu. A redação da Nova Tradução na Linguagem de Hoje utiliza a variante inovadora *não comam* como imperativo negativo, contrariando o preconizado pela norma-padrão *não comais*. Há de se considerar outra vez que essa edição da Bíblia ajusta a representação do modo imperativo ao pronome *vocês*, assim como o faz a Bíblia Viva.

É necessário considerar que as duas publicações, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Bíblia Viva, se utilizam do método dinâmico (ou funcional) de tradução, ajustando a forma de representação do imperativo negativo ao paradigma *você*. Porém, a versão Nova Almeida Atualizada também emprega os pronomes *você* e *vocês*. Dessa forma, se faz necessário averiguar se nela também esses ajustes acontecem, assim como no modo imperativo afirmativo, haja vista que adota um viés mais formal. Os dados relativos à representação do imperativo negativo na Nova Almeida Atualizada estão expostos no Quadro 5.

Quadro 5- Representação do modo imperativo negativo na Nova Almeida Atualizada.

NAA				
Verbos	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma inovadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma inovadora
Falar	0	3 (100%)	0	0 (100%)
Andar	0	1 (100%)	0	2 (100%)
Comer	0	0	0	17 (100%)
Viver	0	0	0	0
Sair	0	0	0	1 (100%)
Pedir	0	1 (100%)	0	0

Fonte: dados da pesquisa.

A redação da Nova Almeida Atualizada apresenta ocorrências de 3 verbos na forma imperativa negativa para a segunda pessoa do singular: “falar”, “andar” e “pedir”. Também ocorrem formas imperativas negativas de três verbos para a segunda pessoa do plural: “andar”, “comer” e “sair”. Em todos os casos são constatadas as formas concorrentes, ou seja, 100% das vezes em que o imperativo negativo é representado nessa edição, e de acordo com os dados do Quadro 5 ocorre a variante inovadora, seja na segunda pessoa do singular (58) ou do plural (59).

- (58) De noite, porém, Deus veio em sonhos a Labão, o arameu, e lhe disse: — Cuidado!  
**Não fale** a Jacó nem bem nem mal. (Gênesis 31.24, NAA).

Em (58) há o relato de que Deus teria aparecido para Labão, tio de Jacó (Israel), e teria dado uma ordem a ele. É possível observar que, no texto, a forma aplicada é *não fale*. Isso demonstra que a Nova Almeida Atualizada, a exemplo da Bíblia Viva e da Nova Tradução na Linguagem de Hoje, ajusta a forma negativa do imperativo para o paradigma *você*.

- (59) Não façam como se faz na terra do Egito, onde vocês moraram, nem façam como se faz na terra de Canaã, para onde eu os estou levando. **Não andem** segundo os estatutos desses povos. (Levítico 18.3, NAA).

O exemplo (59) registra ordens dadas por Deus ao povo de Israel. Esse trecho demonstra que a forma de representação do imperativo negativo da segunda pessoa do plural, na redação da Nova Almeida Atualizada, também é ajustada para combinar com *vocês*. Assim, é possível averiguar que, mesmo se tratando de uma versão que adota o modelo formal, apresenta inovações constatadas em normas urbanas do português, a despeito do defendido pela norma abstrata do século XIX.

A norma-padrão, abstrata, é amplamente empregada na redação na versão Almeida Revista e Corrigida, cujos dados estão disponíveis no Quadro 6, para fins de comparação.

Quadro 6- Representação do modo imperativo negativo na Almeida Revista e Corrigida.

ARC				
Verbos	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa singular - Forma inovadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma conservadora	Imperativo negativo - 2ª pessoa plural - Forma inovadora
Falar	37 (100%)	0	4 (100%)	0
Andar	8 (100%)	0	2 (100%)	0
Comer	4 (100%)	0	5 (100%)	0
Viver	0	0	0 (100%)	0
Sair	14 (100%)	0	3 (100%)	0
Pedir	1 (100%)	0	4 (100%)	0

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se uma inversão nos dados do Quadro 6, e isso se deve ao fato de a versão Almeida Revista e Corrigida adotar a norma-padrão, conforme já exposto. Neste caso, só não foi encontrada forma imperativa negativa do verbo “viver”, entretanto, todas as outras ocorrências dos verbos selecionados apontam para o uso categórico da variante conservadora (60).

(60) Mas Deus apareceu de noite em sonho a Labão, o arameu, e disse-lhe: Guardate, que **não fales** a Jacó nem bem nem mal. (Gênesis 31.24, ARC).

Em (60), trata-se da mesma passagem apresentada em (58). Na redação da edição Almeida Revista e Corrigida, é possível perceber que a forma imperativa negativa da segunda pessoa do singular é *não fales*, enquanto nas edições mais recentes a norma é *não fale*. O mesmo ocorre na segunda pessoa do plural (61).

(61) Portanto, se vos disserem: Eis que ele está no deserto; **não saiais**; ou: Eis que ele está no interior da casa; não acrediteis. (Mateus 24.26, ARC).

No exemplo acima é possível observar que a forma negativa do modo imperativo do verbo “sair” é empregada conforme preconizado pela norma-padrão *não saiais*. Há de se considerar que essa versão da Bíblia não emprega as formas pronominais *você* e *vocês*; dessa ma-

neira, os verbos são ajustados a *tu* e *vós*. Além disso, trata-se de uma versão que adere ao modelo formal e a uma norma linguística ainda plenamente difundida em meados do século XX.

Diante dos dados apresentados, é possível afirmar que as versões mais recentes da Bíblia, ao aplicarem formas pronominais inovadoras no quadro do português do Brasil ao texto bíblico, seguiram uma série de rearranjos gramaticais descritos na literatura, como a alteração entre os pronomes possessivos e alterações no paradigma da conjugação verbal, inclusive na expressão do imperativo afirmativo e negativo.

Evidentemente, as discussões a respeito da variação na representação do modo imperativo são mais profundas e complexas. No entanto, o objetivo aqui é apenas de demonstrar como a inserção das formas inovadoras de pronome provocou modificações gramaticais relevantes nas edições bíblicas Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada de formas pronominais inovadoras, como *você*, *vocês* e *a gente*, em diversas normas do português falado no Brasil tem provocado rearranjos no sistema linguístico. Por seu turno, as normas urbanas consideradas cultas têm registrado essas movimentações em situações monitoradas de fala. As diversas possibilidades de uso da forma pronominal *seu/sua*, ora representando a terceira pessoa do singular, ora indicando a segunda pessoa do plural e o emprego da variável da expressão do modo imperativo, são exemplos de como a disputa entre formas pronominais canônicas e inovadoras têm contribuído para alterações gramaticais descritas nos estudos linguísticos.

Com o objetivo de atualizar o texto bíblico e de aproximá-lo dos registros orais do português, algumas das versões mais recentes da Bíblia adotam os pronomes inovadores *você*, *vocês* e *a gente* em sua redação. Considerando que ela é um texto sensível e sagrado, para os cristãos, o presente estudo procurou analisar possíveis rearranjos gramaticais, não contemplados pela norma-padrão ou por manuais escolares, nas edições bíblicas: Bíblia Viva, Nova Tradução na Linguagem de Hoje e Nova Almeida Atualizada.

Os dados levantados confirmam a hipótese de que as versões bíblicas analisadas, mesmo se tratando de textos na modalidade escrita e de viés religioso, apresentam reorganizações gramaticais não observadas na norma-padrão. As formas pronominais *você* e *vocês* parecem ser determinantes para as movimentações ocorridas entre os pronomes possessivos.

A forma *seu/sua*, tradicionalmente usada para representar a terceira pessoa, passa a indicar também a segunda pessoa, como maneira de ajustar-se ao paradigma *você*. A esse paradigma, também, se adéquam as formas de representação do modo imperativo, que se valem da forma de terceira pessoa para conjugação da segunda pessoa, nas edições estudadas.

O pronome *vocês*, nas versões bíblicas, passou a ser de uso categórico, manifestando a arcaização de *vós*, constatada nos registros orais das normas linguísticas urbanas. É possível verificar também que a expressão do modo imperativo e os pronomes possessivos de terceira pessoa do plural se combinam com a forma concorrente, que pode ser, inclusive, classificada como forma consolidada. Assim, *seu/sua* pode, também, representar a segunda pessoa do plural. Quanto às formas do imperativo, com a obsolescência de *vós*, se ajustam a *vocês*, fazendo desaparecer também o paradigma associado à variante arcaica, como, por exemplo “saiais”, que já não possui ocorrências nos textos bíblicos mais recentes.

Foi observado, ainda, que as múltiplas possibilidades no uso de *seu/sua* poderiam ocasionar ambiguidades e, conseqüentemente, problemas de compreensão. Dessa forma é favore-

cida a ocorrência das formas genitivas *dele/dela* e *deles/delas* para representar a terceira pessoa e desfazer possíveis embaraços semânticos nas edições bíblicas.

Cabe, também, ressaltar que o emprego de *você* e *vocês*, nos textos bíblicos, proporcionou um fenômeno de rearranjo gramatical, frequentemente observado na oralidade, a saber, a “mistura de tratamento”. Mesmo se tratando de textos escritos e que passam por revisão técnica, foram encontrados casos da combinação entre variantes dos paradigmas *tu* e *você* nos textos da Bíblia Viva e da Nova Almeida Atualizada.

A forma pronominal *a gente*, embora com baixos níveis de ocorrência nas três edições analisadas, parece contribuir para o registro da variação observada na modalidade oral. Embora a redação das versões da Bíblia não reflita o grau de alternância constatado pelas pesquisas em dados de fala, deixa margem para ocorrência de *super tokens*, como observada na edição Nova Tradução na Linguagem de Hoje.

Outro fator que parece importante de destacar é o método de tradução empregado nas versões analisadas. A Bíblia Viva e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje adotam o modelo dinâmico, enquanto a Nova Almeida Atualizada lança mão do método formal. Considerando isso, de acordo com os dados, as traduções dinâmicas parecem estar mais abertas para as inovações linguísticas.

O que pode explicar os rearranjos averiguados na edição Nova Almeida Atualizada é o ano de publicação, haja vista que, se comparada com a versão Almeida Revista e Corrigida, ela é mais recente e procura atualizar a norma linguística empregada em sua redação, embora ambas adotem o modelo de equivalência formal.

Os objetivos de publicação e o público-alvo são, também, fatores relevantes para as inovações constatadas nos textos bíblicos em tela, haja vista que o intuito de simplificar a linguagem e de alcançar o público jovem conduza as edições Bíblia Viva e Nova Tradução na Linguagem de Hoje a serem mais receptivas às mudanças na língua, enquanto a Nova Almeida Atualizada, que propõe leitura em voz alta e em cerimônias religiosas e o estudo acadêmico, parece permanecer mais conservadora.

Evidentemente, ainda há outros fenômenos de rearranjos gramaticais observáveis nos textos bíblicos e em outros textos sensíveis, a marcação (ou não) da posição de sujeito, as ocorrências de objeto nulo e a redistribuição dos clíticos são alguns exemplos que podem ser explorados em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

APPEROAN. Contar Contador, versão 6.56GMS. Apperoan, 2014. Aplicativo.

ARAÚJO, M. A. M. de. **Será que a gente usa mais o nós?** Uma fotografia sociolinguística do falar popular de Fortaleza. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

BARCIA, L. R. **As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas:** peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: ( PDF ) As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal (livros-gratis.com.br). Acesso em: 20 abr. 2022.

BASSETO, B. F. **Elementos de filologia românica.** Vol. 2- História interna das línguas românicas. 1. ed. 1 reimp. São Paulo: Edusp, 2016.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** 39. ed. ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BECHARA, E.; MAHMUD, S. **Novo dicionário de dúvidas da língua portuguesa.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Viva.** 1. ed. Cruzada estudantil e profissional para Cristo. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1981.

BÍBLIA. Português. **Almeida Revista e Corrigida no Brasil.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BÍBLIA. Português. **Nova Almeida Atualizada.** Tradução de João Ferreira de Almeida. 3. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

BÍBLIA. Português. **Nova tradução na Linguagem de Hoje.** 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística.** 1 ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

CASTILHO, A. T.; ELIAS, V. M. **Pequena gramática do português brasileiro.** 1 ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

CERQUEIRA, V. C. A forma genitiva *dele* e a categoria de concordância (AGR) no português do brasileiro. In.: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: Uma viagem diacrônica.** 3 ed. São Paulo: 2018. p. 105-128.



CHAVES, E. **Implementação do pronome *você***: contribuição das pistas gráficas. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

COHEN, Maria Antonieta A. de M. A linguística histórica no Brasil. **Cadernos de pesquisa** – reflexões diacrônicas. Belo Horizonte, v. 30, 1995, p. 11-23.

COMFORT, P.W. História da Bíblia em Língua Inglesa e em Língua Portuguesa. In: COMFORT, P.W. (Org.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. p. 361-408.

COSTA, E. C. C. da.; GOMES, V. S.; SILVA, C. R. T. Variação e tradição: Uma análise do Tu e Você na posição de sujeito em cartas de Pernambuco (1860-1989). In.: **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: Variação e Tradição: uma análise do Tu e Você na posição de sujeito em cartas de pernambucanos (1860-1989) | Costa | LaborHistórico (ufrj.br). Acesso em: 18 maio 2022.

COUTINHO, I. de L. **Gramática histórica**. 6. ed. 7ª reimpr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CUÉLLAR, S. B. Aproximación sociolingüística a la traducción. In: **Forma y función**. n. 13, p. 157-192, 2000. Disponível em: 17189-54396-1-PB.pdf (unal.edu.co). Acesso em: 3 fev. 2023.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., reimpr. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: Objeto nulo e clíticos. In.: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: Uma viagem diacrônica**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 129-142.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In.: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: Uma viagem diacrônica**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 83-104.

EGGERS, Q. de M. **Sensibilidade, inteligibilidade e tradição em tradução bíblica**: um comentário sobre o projeto de revisão da tradução de João Ferreira de Almeida na versão brasileira Revista e Atualizada. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: Sensibilidade, inteligibilidade e tradição em tradução bíblica: um comentário sobre... (usp.br). Acesso em: 16 jun. 2021.

FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à Linguística** – fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da histórica das línguas. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. In.: **LaborHistórico**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, p. 114-132, jul./dez., 2007. Disponível em: O tratamento

"você" em português: uma abordagem histórica | Faraco | LaborHistórico (ufrj.br). Acesso em: 18 maio 2022.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRALDI, Luiz Antonio. **História da Bíblia no Brasil**. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GISLER, N.; NIX, W. **Introdução bíblica: como a Bíblia chegou até nós**. São Paulo: Editora Vida, 2006.

GOHN, A. C. Pesquisa em torno de textos sensíveis: os livros sagrados. In.: PAGANO, A. **Metodologias de pesquisa em tradução**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras – UFMG, 2001. p. 147-170.

GOMES, A. C. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In.: PAIVA M. da. C. de; DUARTE, M. E. L. (org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p 81-96.

GONÇALVES, C. R. **Uma abordagem sociolinguística do uso das formas você, ocê e cê no português**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: Uma abordagem sociolinguística do uso das formas você, ocê e cê no português (usp.br). Acesso em: 15 maio 2022.

GUIMARÃES, T. de A. A. S. **Tu e você no falar de Fortaleza- CE: Variação e avaliações linguísticas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

ILARI, R. Prefácio. In: ILARI, R. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: Vol. 2 – Palavras de classe fechada**. São Paulo: Contexto, 2015.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. **Principios Del cambio lingüístico**. Vol. 2: Factores sociales. Madri: Editorial Gredos, 2006.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 55. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

LOPES, C. R. dos S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. In.: **D.E.L.T.A.**, 1998. Disponível em: SciELO - Brasil - Nós e a gente no português falado culto do Brasil Nós e a gente no português falado culto do Brasil . Acesso em: 7 jan. 2023.

LOPES, C. R. dos S. O quadro dos pronomes pessoais: o descompasso entre pesquisa e ensino. In.: **Matraga**, vol. 19, n. 30, jan./jun., 2012. Disponível em: O QUADRO DOS PRONOMES PESSOAIS: DESCOMPASSO ENTRE PESQUISA E ENSINO | Lopes | Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. Acesso em: 30 abr. 2022.

LOPES, C. R. dos S. Pronomes pessoais. *In*: BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

LOPES, C. R. dos S. Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. *In*: Claudia Roncarati; Jussara Abraçado. (org.). **Português Brasileiro II** - contato lingüístico, heterogeneidade e história. 1 ed. Niterói: EDUFF, 2008, v. 2, p. 55-71.

LOPES, C. R. S. A gramaticalização do *a gente* em português em tempo real de longa e de curta duração: Retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. *In*: Fórum Lingüístico, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 47-80, julho de 2004. Disponível em: A gramaticalização de *a gente* em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos - Dialnet (unirioja.es). Acesso em: 30 de abr. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.: **Metodologia do trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATTOS E SILVA, R.V. **Caminhos da Linguística Histórica**: Ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENON, O. P. da S. O sistema pronominal do português do Brasil. **Letras**. n.44, p.91-106. 1995. Disponível em: O SISTEMA PRONOMINAL DO PORTUGUÊS DO BRASIL | Pereira da Silva Menon | Revista Letras (ufpr.br). Acesso em: 12 maio 2022.

MENON, O. P. da S. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: Tu/ você/ senhor em Vinhas da Ira. *In*: **Letras de Hoje**, vol. 35, n. 1, p. 121-164, mar., 1999. Disponível em: Pronome da Segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira | Letras de Hoje (pucri.br). Acesso em: 29 abr. 2022.

NASCENTES, A. **O tratamento de "você" no Brasil**. 1956. Disponível em: O TRATAMENTO DE "VOCÊ" NO BRASIL | Nascentes | Revista Letras (ufpr.br). Acesso em: 22 abr. 2022.

NEVES, M. H. de M. Os pronomes. *In*: ILARI, R. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: Vol. 2 – Palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015.

NIDA, A. E. **Toward a science of translating**: With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating. Leiden: E. J. Brill, 1964.

NIDA, A. E.; TABER, C. R. **Theory and practice of translation**. Leiden: E. J. Brill, 1982.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro**: Uma viagem diacrônica. 3 ed. São Paulo: 2018. p. 161-174.

OLIVEIRA, T. L. Os pronomes dativos de 2ª pessoa na escrita epistolar carioca. *In*: **Labo-Histórico**. Rio de Janeiro, Vol. 1: 81-98, jan. | jun. 2015.

OMENA, Nilze P de.; BRAGA, Maria L. A gente está se gramaticalizando? *In*: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C. R.; MOLLICA, M. C. (org.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 75-83.

OUSTINOFF, M. **Tradução: História, teoria e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In.: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: Uma viagem diacrônica**. 3 ed. São Paulo: 2018. p. 143-160.

PYM, A. **Explorando as teorias da tradução**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

QUAL a diferença entre tradução e versão? Belo Horizonte: ATP Minas. Disponível em: Qual a diferença entre tradução e versão? - ATPMinas - Associação dos Tradutores Públicos de Minas Gerais. Acesso em: 20 mar. 2023.

RAUPP, Marcelo. **A história da transmissão e da tradução da Bíblia em nível mundial e no Brasil e as marcas ideológicas nas primeiras traduções brasileiras completas dessa obra**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: A história da transmissão e da tradução da Bíblia em nível mundial e no Brasil e as marcas ideológicas nas primeiras traduções brasileiras completas dessa obra (ufsc.br). Acesso em: 16 fev. 2023.

RIBEIRO, Susie Helena. Elementos para a historiografia da tradução da Bíblia em língua portuguesa. In: **Revista de Teologia Prática – FATEBH**. v 2, n. 04, p. 25-40, 2004. Disponível em: Elementos para a Historiografia da Tradução da Bíblia em Língua Portuguesa (bibliotekevvirtual.org). Acesso em: 11 fev. 2023.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**, 51(1), p. 189-222, 2007.

SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q. ; CATÃO, R. de C. Por onde transitam o *tu* e o *você* no Nordeste? In.: **Revista de Letras**, vol. 1, n. 40, jan./jun., 2021. Disponível em: POR ONDE TRANSITAM O TU E O VOCÊ NO NORDESTE? | Revista de Letras (ufc.br). Acesso em: 10 maio 2022.

SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, D. B. B.; LUNGUINHO, M. V. da S.; SALES, H. M. M. L. Reflexões sobre o imperativo em português. D.E.L.T.A. , vol. 23; especial. 193 – 241, 2007. Disponível em: SciELO - Brasil - Reflexões sobre o imperativo em Português Reflexões sobre o imperativo em Português. Acesso em: 22 maio 2022.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, J.; YACOVENCO, L. C. *Nós e a gente* em quatro amostras do português brasileiro: Revisitando a escala da saliência fônica. **Diadorim**. Vol. 20, Especial, p.428-457, 2018. Disponível em: Nós e a gente em quatro amostras do Português Brasileiro: revisitando a escala da saliência fônica | Scherre | Revista Diadorim (ufrj.br). Acesso em: 18 maio 2022.

SCHOLZ, V. A transmissão do texto bíblico. In: MANUAL do Seminário de ciências bíblicas. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 2014.

SCHOLZ, V.; ZIMMER, R. Bíblia: sua natureza, funções e finalidades. In: MANUAL do Seminário de ciências bíblicas. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 2014.

SCHOLZ, Vilson. As traduções da Bíblia publicadas pela Sociedade Bíblica do Brasil: breve histórico e características. **Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral**, vol. 8, n. 1, p. 73-88,

2016. Disponível em/; As traduções da Bíblia publicadas pela Sociedade Bíblica do Brasil: breve histórico e características (redalyc.org). Acesso em: 25 jul. 2021.

SCHOLZ, Vilson. O Desafio da tradução bíblica para o Português hoje. In.: A TRADUÇÃO da Bíblia para a língua portuguesa: 325 anos da 1ª edição do Novo Testamento em português. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 2013.

SILVA, L. F.; VITÓRIO, E. G. de S. L. A. O uso do pronome *nós* e da variante *a gente* na posição de sujeito entre falantes não escolarizados do alto sertão alagoano. In.: **Verbum**, v. 10, n. 2, p. 197-212, set. 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwinzPvj874AhX9sJUCHdDcAkwQFnoEAcQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Fverbum%2Farticle%2Fdownload%2F54800%2F37886%2F168736&usg=AOvVaw1YKeh3uulPsk5zhDXt5KoP>. Acesso em: 27 maio 2022.

SILVA, M. R. da ; CAMACHO, R. G. Os pronomes *nós* e *a gente* no português falado em Rio Branco. **Estudos linguísticos**, São Paulo, vol.46, n. 1, p. 311-321, 2017. Disponível em: Os pronomes "nós" e "a gente" no português falado em Rio Branco | Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978) (gel.org.br). Acesso em: 02 maio 2022.

SIMMS, K. **Translating sensitive texts: linguistic aspects**. 2. ed. Amsterdam/Atlanta: Editions Rodopi, 1997.

TAGLIAMONTE, S. A. **Variation sociolinguistics: change, observation, interpretation**. Oxford : Wiley-Blackwell, 2012.

TAMAINÉ, A. M. B. **A alternância *nós/ a gente* no interior de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: A Alternância nós / a gente no interior de Santa Catarina (ufpr.br). Acesso em: 07 jun. 2022.

TARALLO, Fernando. A fênix finalmente renascida. **Boletim ABRALIN**. N. 6, 1984, p. 95-103.

TEIXEIRA, P.; ZIMMER, R. Traduções da Bíblia: história, princípios e influência. In: **Manual do Seminário de ciências bíblicas**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 2014.

VIANNA, J. B. de S. A variação entre *nós* e *a gente*: Uma comparação entre o português europeu e o português brasileiro. In.: **Revista do GELNE**, vol. 14, Especial, p. 95-116, 2012. Disponível em: A variação entre nós e a gente: uma comparação entre o português europeu e o português brasileiro | Revista do GELNE (ufrn.br). Acesso em 27 maio 2022.

VIANNA, J. B. de S.; LOPES, C. R. dos S. A competição entre *nós* e *a gente* nas funções de complemento e adjunto: Desvendando outras portas de entrada para o pronome inovador. **Estudos linguísticos**, São Paulo, vol.46 n.1, p. 311-321, 2012. Disponível em: A competição entre «nós» e «a gente» nas funções de complemento e adjunto: desvendando outras portas de entrada para o pronome inovador | Segadas Vianna | Caligrama: Revista de Estudos Românicos (ufmg.br). Acesso em. 11 maio 2022.

VIDIGAL, J. R. A palavra de Deus traduzida para os romeiros. Entrevista concedida a Elisângela Cavalheiro. **Portal A12**, 21 set. 2020. Disponível em: Palavra de Deus traduzida para os romeiros - Vatican News. Acesso em: 15 fev. 2023.

WALTER, Victor. Versões da Bíblia. In: COMFORT, P.W. (org.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. p. 409-435.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. 1 ed. São Paulo: Parábola. 2006.

WON, P. **E Deus falou na língua dos homens**: Uma introdução à Bíblia. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.

ZIMMER, R.; TEIXEIRA, P.: A formação do cânon. In: **Manual do Seminário de ciências bíblicas**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 2014.